



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia - IP

Departamento de Psicologia Clínica - PCL

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG PSICC

Entre a criação e a transgressão: As maternidades na realidade brasileira.

Renata Garutti Rossafa

Brasília-DF

2026

Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia - IP

Departamento de Psicologia Clínica - PCL

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG PSICC

Renata Garutti Rossafa

Entre a criação e a transgressão: As maternidades na realidade brasileira.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Clínica e Cultura.

Área de Concentração: Psicologia Clínica e Cultura

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Carla Antloga

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Daniela Sheinkman

Brasília-DF

2026

Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia - IP

Departamento de Psicologia Clínica - PCL

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG PSICC

Renata Garutti Rossafa

Entre a criação e a transgressão: As maternidades na realidade brasileira.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Clínica e Cultura.

Brasília, 6 de abril de 2026.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Carla Antloga (PsiCC/PCL/IP/UnB) - Presidente

Prof^ª. Dr^ª. Vera Lúcia Blum (PPGPsi/IE/DP/UFMT) - Membro Externo

Prof^ª. Dr^ª. Maria Liliane Gomes dos Santos (PPGPsi/IP/UFAC) - Membro Externo

Prof^ª. Dr^ª. Gabriela Sousa de Melo Mietto (PsiCC/PCL/IP/UnB) - Membro Interno

Prof^ª. Dr^ª. Gisele Cristine da Silva Dantas (SEEDF/DF) - Suplente

Resumo: Esta investigação empreende uma análise psicossocial e psicanalítica das maternidades brasileiras, compreendendo-as como fenômenos indissociáveis das desigualdades de classe, raça e gênero. Através dos métodos de pesquisa em psicanálise pautado na escuta analítica, a pesquisa confronta as realidades de mulheres de classe média e periféricas na região de Cuiabá. O estudo fundamenta-se na dialética entre lei, desejo e transgressão, evidenciando como os ideais normativos de "boa mãe" operam como um superego punitivo. Para os sujeitos desta pesquisa, a transgressão não se limita à quebra de normas, mas constitui um ponto de fricção necessário entre o desejo singular e as leis simbólicas, econômicas e raciais que tentam capturá-lo. As participantes veem-se compelidas a transgredir a "lei econômica" da produtividade neoliberal para exercer o cuidado, ou a injunção da presença integral para garantir a sobrevivência material, pagando o preço subjetivo de qualquer escolha. A análise dos registros Real, Simbólico e Imaginário demonstra que, embora o neoliberalismo e o racismo capturem o tempo e o corpo dessas mães, atesta-se a indestrutibilidade do desejo. Este se manifesta em atos de resistência criadora e transgressões éticas que recusam o sacrifício absoluto. Conclui-se que a emancipação das mulheres-mães brasileiras exige a superação do sacrifício individual em favor de uma ética de responsabilidade pública. Tal transição requer a consolidação de uma "maternagem ativista" e de políticas intersetoriais que reconheçam a maternidade como função social, garantindo a dignidade do corpo e a soberania do desejo.

Palavras-chave: Maternidades; Psicanálise; Interseccionalidade; Transgressão; Desejo

Abstract: This investigation undertakes a psychosocial and psychoanalytic analysis of Brazilian maternities, understanding them as phenomena inseparable from class, race, and gender inequalities. through research methods in psychoanalysis based on analytical listening, the research contrasts the realities of middle-class and peripheral women in the region of Cuiabá. The study is grounded in the dialectic between law, desire, and transgression, highlighting how the normative ideals of the "good mother" operate as a punitive superego. For the subjects of this research, transgression is not limited to the breaking of norms but constitutes a necessary point of friction between singular desire and the symbolic, economic, and racial laws that attempt to capture it. The participants find themselves compelled to transgress the "economic law" of neoliberal productivity in order to exercise caregiving, or the injunction of full presence to guarantee material survival, paying the subjective price of any choice. The analysis of the Real, Symbolic, and Imaginary registers demonstrates that, although

neoliberalism and racism capture the time and bodies of these mothers, the indestructibility of desire remains evident. This desire manifests in acts of creative resistance and ethical transgressions that refuse absolute sacrifice. It is concluded that the emancipation of Brazilian mother-women requires overcoming the individual sacrifice in favor of an ethics of public responsibility. Such a transition requires the consolidation of "activist mothering" and intersectoral policies that recognize motherhood as a social function, ensuring the dignity of the body and the sovereignty of desire.

Keywords: Motherhood; Psychoanalysis; Intersectionality; Transgression; Desire

Sumário

Agradecimentos	6
Apresentação: Carta aberta aos leitores	7
1. Primeiras concepções: O embrionário campo da pesquisa	15
Artigo 1	21
Interseccionalidade, maternidade e psicanálise:	21
Uma revisão crítica das produções científicas no Brasil	21
2. As maternidades no Brasil e suas morfologias.....	46
Artigo 2	54
A crise do cuidado e a mulher-mãe de classe média brasileira.....	54
3. Gestar e pesquisar: Caminhos que se fazem caminhando	76
Artigo 3	80
“Estás por conta própria”: reflexões psicanalíticas acerca da maternidade no Brasil	80
4. O encontro com o outro: É assim que se faz um corpo	102
Artigo 4	110
Entre a criação e a transgressão: As maternidades na realidade brasileira	110
5. Nasce uma elaboração	144
Artigo 5	148
O corpo proletário e a insubmissão do desejo:.....	148
As maternidades e suas possibilidades no Brasil	148
6. Considerações finais	171
7. Perspectivas futuras: O trabalho de maternar	174
Anexo 1:	179
Roteiro de entrevista	179
Anexo 2:	181
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	181
Anexo 3:	183
Termo de autorização para utilização de imagem e som de voz para fins de pesquisa .	183
Anexo 4:	184
Declaração de uso de inteligência artificial generativa	184

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Carla Antloga, por abrir as portas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicodinâmica do Trabalho Feminino — Psitrafem — para a minha pesquisa. Obrigada pelo constante incentivo e apoio ao longo dessa jornada.

Agradeço às colegas pesquisadoras, especialmente às mulheres incríveis que tive a honra de conhecer por meio do Psitrafem.

Agradeço à minha coorientadora, Prof^ª. Dr^ª. Daniela Scheinkman, pela disponibilidade e pelo auxílio nas minhas escolhas de pesquisa, estendendo os meus agradecimentos às colegas do Grupo de Escuta Perinatal.

À minha família — meu esposo Lieber e meu filho Benjamin, por estarem ao meu lado ao longo desses quase cinco anos de pesquisa, e ao meu filho Gabriel, por nascer no meio do percurso e participar do final dessa jornada.

Agradeço aos meus pais, Carlos Augusto e Maria Sueli, pelo apoio e por me ajudarem a cuidar dos meus filhos quando eu precisava trabalhar.

À tia Alcimene, pela acolhida em Brasília, sem a qual nenhuma dessas linhas teria sido possível.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado que, em muito, sustentou esta pesquisa.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura (PPGPsiCC) da Universidade de Brasília e ao Antônio, da secretaria do PPGPsiCC, que inúmeras vezes me socorreu com boa vontade.

Às mulheres que participaram desta pesquisa, compartilhando suas histórias, suas dores e seus sonhos.

Às alunas que estagiaram em minha pesquisa e muito contribuíram com seu olhar e dedicação: Ingrid Soti, Loren Xaxá, Ana Letícia e Julyana Alves.

Às professoras que se disponibilizaram a participar desta banca e a colaborar com os meus escritos acerca das maternidades no Brasil.

Às minhas ancestrais, por sussurrarem em meus ouvidos os hinos insurgentes da persistência.

Apresentação: Carta aberta aos leitores

Vera Iaconelli (2023) afirma que não somos nós que escolhemos nossos temas de pesquisa, “são eles que nos perseguem e, desde o inconsciente, nos fazem sonhar e produzir” (p. 15). A presente tese, intitulada “Entre a criação e a transgressão: As maternidades na realidade brasileira”, surgiu de inquietações herdadas da pesquisa de mestrado “Ser mulher: A clínica psicanalítica a favor da escuta e produção de sentido”, conduzida no período de 2017 a 2019, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso.

O tema “ser mulher” tem me perseguido, na verdade, desde antes do mestrado, desde antes mesmo da faculdade. Talvez eu sempre tenha estado às voltas com essa questão, mas foi o nascimento do meu primeiro filho que me colocou a agir sobre ela. Assim como as mulheres da minha família, eu sempre fui criada para ser solidária ao outro, para ser responsável, saber esperar a minha vez, trabalhar e ser dona do meu nariz.

O nascimento do meu primeiro filho, contudo, revelou-me algo que talvez eu já soubesse e a experiência da maternidade tornou impossível de ignorar: Ser mãe parecia ser, em alguma medida, incompatível com a atividade produtiva. Eu me pegava a pensar: “Como assim, uma construção profissional que mobilizou tanto investimento pode ser tão facilmente ameaçada?” Que parte da história eu havia perdido? Estava, ao mesmo tempo, vivendo um momento maravilhoso da minha vida, e temendo pelo meu futuro e o futuro da minha família.

Será que outras mulheres passam por isso? Que forças estão em jogo? Trata-se de um fenômeno individual, apenas? Tais indagações me levaram ao complexo campo de pesquisa sobre psicanálise, gênero, interseccionalidade e cultura. Foi possível compreender, a partir do mestrado, que falar sobre mulher é, necessariamente, adentrar um campo multidisciplinar. O que quer dizer que a psicanálise, ou qualquer outra disciplina sozinha, não irá muito longe na formulação de compreensões profundas.

O campo epistemológico das teorias feministas, através de escritos de autoras como Simone de Beauvoir, Joan Scott, Nancy Fraser, Helena Hirata, Heleieth Saffioti, Gayle Rubin, entre outras, foi fundamental para mapear a história da constituição do corpo feminino ao longo da história. Foi igualmente importante para entender que “mulher” enquanto categoria universal não existe, o que existe são “mulheres”, e são profundamente atravessadas pelas interseccionalidades de gênero, raça, classe e outras interseccionalidades.

Recordo que um dia, ainda iniciando o percurso no mestrado, meu filho estava com pouco mais de um ano e estávamos em um evento cultural. Eu estava brincando com meu filho perto de um jardim, estávamos com roupas confortáveis, pois era tarde e fazia muito calor em Cuiabá. Um menino que aparentava ter perto de 10 anos se aproximou de mim e perguntou: “Onde está a mãe dele?”, se referindo ao meu filho. “Eu sou a mãe dele”, respondi à criança. Ao que ele afirmou: “Você parece a babá dele”. Ele saiu e eu o acompanhei com o olhar. Vi quando ele pegou na mão de uma mulher elegantemente vestida, utilizando sapatos e bolsa de grife, sua pele e seu cabelo eram bem cuidados. Presumi que aquela não era uma mãe que brincava com o filho; as babás, por sua vez, muito provavelmente.

Compreendi que brincar com o filho é uma forma de cuidar, uma vez que exerce de forma lúdica a tarefa de apresentar o mundo. Requer tempo e disposição, o que significa dizer que, para uma mãe fazer isso, ela precisa abdicar de outras atividades pessoais. A cena do jardim me indicava que brincar com o filho não era necessariamente um privilégio do desejo materno, poderia ser também indicativo de posição social. Passei a observar de forma mais crítica a própria maternidade e as relações à minha volta.

Assim, à medida que eu ia pesquisando, ia também percebendo o meu lugar no mundo, os processos subjetivos que me constituíram e compreendendo mais e mais a minha própria história, a história de minhas antepassadas e o contexto em que todas nós mulheres estamos

mergulhadas... Elaboraões essas impulsionadas a partir da investigação acerca do trabalho psíquico das mulheres-mães-trabalhadoras brasileiras em meio à cultura brasileira.

Foram tais inquietações e elaborações que me conduziram à formulação da presente tese. Longe de pretender esgotar o tema, esta pesquisa possibilita colocar alguma luz em aspectos inconscientes operantes em nossa cultura que exploram cotidianamente os corpos e o trabalho materno de mulheres, sobretudo, em condição de pobreza. A maternidade é, para muitas dessas mulheres, uma sentença de estagnação social e é por isso que perseguir os múltiplos aspectos relacionados a esse fenômeno torna-se condição necessária para participar da construção de políticas públicas que permitam maior equidade social.

Embora o volume de pesquisas que se interessem em avaliar a complexa experiência materna no Brasil tenha crescido nos últimos anos, particularmente após a Pandemia de Covid-19, muito ainda se precisa fazer para mitigar o sofrimento de milhões de mulheres que diariamente precisam inventar formas de sobreviver para si e para seus filhos.

Defendemos ser este um tema de utilidade pública que, em 2026, tem a histórica possibilidade de converter no Congresso Nacional iniciativas federais que podem simultaneamente beneficiar as mães brasileiras e desencadear recursos estaduais e municipais: Auxílio Mãe Atípica (PL 1520/2025, Brasil, 2025), destinado a oferecer apoio financeiro e psicossocial às mães ou responsáveis legais de crianças e adolescentes com deficiência severa ou Transtorno do Espectro Autista (TEA); a ampliação da Licença-Paternidade, PL 5811/2025 (Brasil, 2025), que amplia a licença-paternidade dos atuais 5 dias para até 20 dias; Extensão de Direitos Prioritários, PL 3733/2024 (Brasil, 2024), que estende a pais e mães com bebês de até 2 anos todos os direitos de prioridade que hoje são exclusivos das gestantes; a Rede Nacional de Acolhimento da Maternidade Atípica, PL 6730/2025 (Brasil, 2025), que institui uma rede de suporte psicossocial com rodas de terapia semanais gratuitas e atendimento individual mensal para mães atípicas; o Estatuto da Mãe Solo, PL 129/2026

(Brasil, 2026), que oferece prioridade em programas de habitação popular como o Minha Casa Minha Vida, reserva de vagas em creches e incentivos fiscais para empresas que contratem mães solo em regime de teletrabalho ou horários flexíveis e Proteção à Maternidade na Ciência, PL 646/2026 (Brasil, 2026), propõe a suspensão automática de prazos de bolsas de pesquisa e editais durante a licença-maternidade, além de proibir que o período de afastamento seja usado para reduzir notas de produtividade acadêmica.

A aprovação de tais iniciativas seria o mínimo para tornar a maternidade mais digna no Brasil, sobretudo a maternidade atípica, mas, ainda assim, estaria muito longe de proporcionar uma experiência materna à altura de todo o trabalho que se impõe sobre as mulheres cuidadoras do Brasil, conforme os resultados desta pesquisa permitem atestar.

Ao objetivar investigar o fenômeno das maternidades no Brasil e suas interseccionalidades, elegeu-se o método de pesquisa em psicanálise, justamente pela singularidade que pesquisas dessa natureza solicitam, bem como a metodologia feminista sob a psicanálise. Diferentemente dos modelos experimentais das ciências naturais, o método psicanalítico não busca a neutralidade do observador, mas utiliza a própria transferência e a implicação do pesquisador como ferramentas de produção de saber. Como aponta Freud (1926/1996), o exercício da clínica é, em si, um ato de pesquisa, no qual a singularidade do sujeito se torna o campo de em que emergem as leis do funcionamento psíquico. Assim, o método adotado nesta tese é o clínico-teórico, que se sustenta na escuta qualificada e na análise de fenômenos que escapam à mensuração quantitativa e que permite problematizar os aspectos sociais, históricos, econômicos e culturais relacionados ao fenômeno em questão.

O percurso empreendido incluiu estratégias metodológicas diversas, tais como: Revisões bibliográficas, diário de campo, análise discursiva e entrevistas abertas. As entrevistas abertas foram realizadas na etapa empírica da pesquisa em que participaram 12 mulheres em condição de pobreza e oito mulheres de classe média da região metropolitana de

Cuiabá, Mato Grosso. Os detalhes dessa etapa, bem como os aspectos achados e criados serão apresentados adiante, em “O encontro com o outro: É assim que se faz um corpo”.

Uma vez que o método de pesquisa em psicanálise opera por uma lógica abdutiva, na qual a interpretação dos dados não visa apenas a confirmação de hipóteses, mas a criação de novos conceitos que deem conta da complexidade do objeto de estudo (Dunker, 2020), a utilização de outras metodologias antes de se apresentarem como um problema, são antes de tudo uma vantagem, pois mantêm a subjetividade da pesquisadora implicada em seu objeto.

As várias estratégias metodológicas, dessa forma, serviram para auxiliar a compreender as forças em conflito, os investimentos pulsionais e as instâncias psíquicas envolvidas. O método de pesquisa em psicanálise propõe articular os achados empíricos com o arcabouço teórico a fim de produzir uma "verdade histórica", aquela que diz sobre a verdade do sujeito, que, embora singular, lança luz sobre processos universais da constituição subjetiva e dos laços sociais contemporâneos (Freud, 1926/1996).

Para responder ao objetivo geral de investigar o fenômeno das maternidades brasileiras e suas interseccionalidades, o percurso da pesquisa se desenvolveu de forma a atender os seguintes objetivos específicos: Compreender em que medida publicações científicas norteadas pelo paradigma psicanalítico compreendiam a maternidade como um fenômeno interseccional; investigar como ocorre o processo de tentar conciliar a maternidade e o trabalho profissional para as mulheres brasileiras; analisar criticamente o conceito de parentalidade no Brasil a partir da psicanálise; revisar os conceitos de lei, transgressão, desejo e corpo em Freud, Lacan e Winnicott; pensar políticas públicas favoráveis às mulheres brasileiras e suas maternidades e, por fim, pensar as maternidades como um trabalho à luz da psicodinâmica do trabalho feminino.

Cada objetivo possibilitou a construção de produtos de pesquisa em formato de artigos científicos, atendendo assim às exigências curriculares do PPG PsiCC. Uma tese organizada

em artigos é um grande desafio tanto para quem escreve quanto para quem lê. Por isso, a estrutura da presente tese foi organizada de forma a revelar os bastidores da pesquisa, abrindo aspectos do diário de campo nos textos que antecedem cada artigo.

Com isso, espera-se fornecer um panorama do percurso da pesquisa da forma mais nítida possível, convidando os leitores a imaginar como foi gestar, elaborar e parir esta tese, tanto quanto a linguagem nos permitir alcançar. Além disso, apresentar os pormenores do processo de investigação oferece também uma melhor perspectiva do momento em que cada artigo surgiu no percurso da investigação e suas contribuições para as etapas que o precederam.

Quanto ao público-alvo desta pesquisa, a discussão se organizou na perspectiva da heteronormatividade com foco nas mulheres casadas, divorciadas ou viúvas, excluindo as experiências de mulheres solteiras, homoafetivas, indígenas e/ou de classe alta, o que ensejaria novas investigações. Cada participante é identificada nesta tese por um nome fictício, a fim de preservar suas identidades.

Em anexo se encontram o roteiro utilizado nas entrevistas (Anexo 1), o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 2), o Termo de autorização para utilização de imagem e som de voz para fins de pesquisa (Anexo 3) e Declaração de uso de inteligência artificial generativa (Anexo 4).

Por fim, o encontro com as mulheres participantes da pesquisa e a escuta analítica de suas histórias e de suas visões de mundo foi potencializado pela própria gestação da pesquisadora e todas as mobilizações que uma gravidez produz no corpo que passou a, igualmente, integrar o campo clínico da pesquisa. As necessidades e urgências da pesquisadora se conectavam às relatadas pelas participantes deste estudo, compartilhando situações cotidianas que os entendimentos teóricos foram permitindo transformar em atos políticos a conclamar: - Precisamos de Cuidados!

Este grito ecoa, portanto, como o cerne da presente tese, transcendendo a dimensão individual da psique para ancorar-se na crítica estrutural do regime de trabalho reprodutivo no Brasil. A intersecção da psicanálise com as teorias feministas não é fortuita; é a estratégia metodológica e epistemológica que permite à tese desnaturalizar o sofrimento materno e politizar a invisibilidade do trabalho de cuidado.

As participantes, ao expressarem o cotidiano de sobrecarga e a ausência de redes de apoio efetivas, denunciam implicitamente a falácia do apoio estatal e comunitário. O que a tese expõe não é a insuficiência individual dessas mulheres, mas a insuficiência do tecido social em sustentar a vida, delegando o custo integral dessa sustentação ao sujeito feminino. A Psicanálise oferece a lente para a compreensão da pulsão como uma força revolucionária a confrontar os mecanismos de exploração neoliberal e a maternidade, enquanto construção social, como um campo de luta em que essa mesma força irrompe e opera.

A maternidade, aqui, é reconceituada não como um destino biológico ou uma vocação privada, mas como um ato de criação social e política que requer amparo coletivo. A experiência da pesquisadora, ao se tornar mãe durante o processo, não é um mero elemento biográfico, mas uma ferramenta de engajamento clínico-político que valida a urgência da escuta e a necessidade de cuidados que sejam, de fato, universais e integrais.

Em suma, esta tese pretende se apresentar como um exercício importante para a compreensão do sofrimento psíquico materno no Brasil contemporâneo. Ao unir a profundidade da Psicanálise à crítica estrutural de teorias feministas, ela oferece não apenas um diagnóstico, mas um poderoso clamor por mudanças, evidenciando que a saúde e a autonomia da mulher frente à maternidade são indissociáveis da luta por uma sociedade mais justa e cuidadora.

Referências:

Brasil. Câmara dos Deputados. (2024). *Projeto de Lei n. 3733/2024*. Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para estender a prioridade de atendimento a acompanhantes de crianças de até dois anos.
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2453812>

- Brasil. Câmara dos Deputados. (2025a). *Projeto de Lei n. 1520/2025*. Institui o Auxílio Mãe Atípica (AMA) e dá outras providências.
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2494982>
- Brasil. Câmara dos Deputados. (2025b). *Projeto de Lei n. 6730/2025*. Institui a Rede Nacional de Acolhimento e Apoio à Maternidade Atípica.
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2498765>
- Brasil. Câmara dos Deputados. (2026). *Projeto de Lei n. 129/2026*. Institui o Estatuto da Mãe Solo e dispõe sobre políticas públicas de proteção e fomento à autonomia.
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2501234>
- Brasil. Senado Federal. (2025). *Projeto de Lei n. 5811/2025*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para ampliar a licença-paternidade e instituir o salário-paternidade.
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/161452>
- Brasil. Senado Federal. (2026). *Projeto de Lei n. 646/2026*. Altera a legislação de fomento à pesquisa para garantir a proteção à maternidade e à parentalidade de bolsistas e pesquisadores. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/162789>
- Dunker, C. I. L. (2020). *O método da psicanálise*. Zahar.
- Freud, S. (1996). A questão da análise leiga: Conversações com um interlocutor imparcial. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 20). Imago. (Trabalho original publicado em 1926)
- Iaconelli, V. (2023). *Manifesto antimaternidade*. Companhia das Letras.

1. Primeiras concepções: O embrionário campo da pesquisa

Uma pesquisa de doutorado é longa, leva em média quatro anos para se concluir e raramente termina com as mesmas ideias do começo. Toda pesquisa tem um antes. Um tempo que não aparece no texto final, que não integra as referências nem os procedimentos metodológicos, mas que é, talvez, o mais determinante de todos os tempos que a compõem: o tempo em que a questão ainda não era questão, em que o problema ainda não tinha nome, em que algo insistia na experiência da pesquisadora sem que ela soubesse ainda o que fazer com essa insistência. Freud (1900/2019) afirmou que os sonhos são a via régia de acesso ao inconsciente, mas talvez se possa dizer o mesmo das perguntas que nos perseguem antes que consigamos formulá-las: elas sabem, antes de nós, o que precisamos investigar.

O “antes” dessa pesquisa surgiu de elaborações herdadas da dissertação de mestrado “ser mulher: A clínica psicanalítica e a produção de sentidos”, em que foi possível escutar clinicamente mulheres comuns, de classe média, e suas queixas. Mulheres que trabalhavam, maternavam, cuidavam, administravam, planejavam, antecipavam, e que, ao final de tudo isso, ainda lidavam com a culpa e a sensação de fracasso. Culpa e fracasso por cuidar dos filhos e não poder trabalhar, ou por trabalhar e não poder cuidar dos filhos. Culpa e fracasso por não ter filhos ou por tê-los. A questão se apresentava sempre como problema individual da mulher. E foi exatamente nessa insistência em localizar no sujeito a falha que pertencia à estrutura que um grande campo de pesquisa se revelou.

Uma vez que a questão de “ser mulher” já se fazia como uma companhia antiga a fomentar questionamentos, a experiência da maternidade só intensificou tais questionamentos. A tensão entre o cuidado materno e a continuidade da atividade produtiva me levava constantemente a indagar se esse era um impasse que dizia respeito apenas à minha trajetória ou se era o prelúdio de um campo de investigação acerca de uma condição compartilhada por outras mulheres. Foi esse movimento que me conduziu a articular a psicanálise às discussões

sobre gênero, interseccionalidade e cultura, tornando evidente que a experiência materna não pode ser compreendida de modo isolado.

O diálogo com as teorias feministas foi fundamental para compreender que não existe uma mulher universal, mas mulheres situadas em condições distintas de gênero, raça e classe. Essa perspectiva alterou profundamente o rumo da pesquisa, ao tornar impossível pensar a experiência materna sem situá-la em seu contexto histórico e social.

Assim, as primeiras perguntas foram assumindo forma: qual a visão que a psicanálise tem transmitido acerca da maternidade e das mulheres? Pesquisas empíricas sobre a maternidade e a psicanálise levam em consideração a interseccionalidade? Essas formulações iniciais eram insuficientes, como todo primeiro passo de pesquisa o é, mas já continham o germe do que a investigação viria a desenvolver: a percepção de que havia uma distância radical entre a forma como o sofrimento era vivido, como questão pessoal, íntima, da responsabilidade de cada mulher consigo mesma, e as causas que o produziam, profundamente estruturais, inscritas na organização do trabalho, nas relações de gênero, classe e raça, na distribuição histórica do cuidado que a formação social brasileira havia naturalizado ao longo de séculos.

A escolha da psicanálise como referencial teórico principal desta investigação não é óbvia no contexto de uma pesquisa que se propõe a pensar as maternidades a partir de suas determinações estruturais, históricas e políticas. A psicanálise tem uma história de tensão com as abordagens sociais críticas, e essa tensão não é injustificada. Uma psicanálise que pensa o sujeito sem pensar a classe, que escuta o inconsciente sem escutar o racismo que o constitui, que nomeia o sofrimento sem nomear as estruturas que o produzem, está, mesmo sem o saber, sendo cúmplice com o sistema que opera pelo silêncio.

Mas há outra psicanálise possível. Uma psicanálise que, como propõe Dunker (2015), reconhece que o inconsciente não é universal no sentido de idêntico a si mesmo em todos os

contextos históricos e culturais: ele é universal no sentido de estruturalmente presente em todo sujeito falante, mas o seu conteúdo, suas formações específicas, os seus modos de sofrimento e de resistência, são sempre constituídos no interior de condições históricas e materiais particulares. É essa psicanálise que esta tese mobiliza.

Uma psicanálise que, no diálogo com Lacan (1964/1998), reconhece que o sujeito é constituído pela linguagem e pelo Outro, mas que precisa interrogar que Outro é esse no Brasil: um Outro marcado pelo colonialismo, pela escravidão, pelo patriarcado, pelo racismo estrutural que organiza as relações sociais desde antes da formação do Estado nacional. Uma psicanálise que, no diálogo com Winnicott (1958/2000), pensa o cuidado como condição de possibilidade do sujeito, mas que interroga as condições em que esse cuidado é possível ou impossível a partir das determinações materiais que organizam a vida das mulheres que cuidam. Uma psicanálise que, no diálogo com Freud (1930/2010), reconhece o mal-estar civilizatório como condição estrutural, mas que recusa reduzir a dimensão política do sofrimento a uma inevitabilidade metapsicológica.

Uma das decisões teóricas mais determinantes desta investigação foi a adoção do quadro interseccional como ferramenta analítica fundamental. Incorporar esse quadro a uma investigação de orientação psicanalítica exige um trabalho de articulação teórica que não é simples. A psicanálise e os estudos de gênero e raça partem de premissas epistemológicas distintas, utilizam vocabulários diferentes e têm tradições de desconfiança mútua que não podem ser ignoradas. Mas essa articulação é não apenas possível como necessária.

Essa decisão também teve consequências para o modo como o método de pesquisa foi construído. Ao eleger o método clínico-qualitativo de orientação psicanalítica, ou método de pesquisa em psicanálise, a tese apostou em uma escuta que não pretende a neutralidade do observador, mas que utiliza a própria transferência e a implicação da pesquisadora como ferramentas de produção de saber. Como aponta Freud (1926/1996), o exercício da clínica é,

em si, um ato de pesquisa, onde a singularidade do sujeito se torna o campo de onde emergem as leis do funcionamento psíquico. Nesse sentido, o método adotado não é apenas compatível com a perspectiva interseccional: ele a exige, porque reconhecer a posição de quem escuta é condição para escutar bem o que o outro tem a dizer.

Foi a partir de todas essas inquietações que surgiu o primeiro produto desta tese, intitulado "Interseccionalidade, maternidade e psicanálise: uma revisão crítica das produções científicas no Brasil". Um artigo que apostou na revisão crítica da literatura a partir dos descritores "psicanálise" AND "maternidade" OR "trabalho materno" nas bases de dados nacionais, com o objetivo de identificar qual a visão de maternidade é predominante em estudos empíricos brasileiros norteados pelo paradigma psicanalítico, revisados por pares, no período de 2017 a 2022.

A predileção por estudos empíricos como critério de inclusão se deu por se pressupor uma escuta daquele que fala, diferentemente de um estudo teórico que se propõe a revisões conceituais. Tal critério de investigação já se anunciava como uma das características fundamentais desta tese: partir do campo para pensar a teoria. Chegou-se, ao final da seleção, a 18 artigos analisados. O que esses artigos revelaram que em nenhum deles o termo "interseccionalidade" foi mencionado. Em dez dos artigos não foi possível identificar a presença de marcadores de raça, classe ou gênero na construção dos estudos. Em apenas oito deles esses marcadores foram incluídos na compreensão dos fenômenos estudados. A ausência não era acidental. Era sistemática.

A partir de uma análise discursiva crítica baseada em Foucault (1969/2008; 1979/1988), concluiu-se que as pesquisas orientadas pela psicanálise analisadas tendiam a não abordar os aspectos interseccionais diante do fenômeno da maternidade no Brasil e, justamente por esse motivo, poderiam corroborar a noção de "mulher" como categoria universal, não somente pelo que era dito, mas, sobretudo, pelo que era sistematicamente

deixado de lado. Verificou-se também uma tendência a atribuir à performance individual os problemas enfrentados no maternar, fazendo com que a psicanálise servisse como tecnologia de gênero (Zanello, 2018) a fomentar a culpabilização materna. A psicanálise brasileira, ao menos na produção empírica examinada, tendia a tratar o sofrimento das mães como questão da singularidade de cada sujeito, sem interrogar as condições estruturais que o produziram coletivamente.

Esse primeiro produto foi revisado e atualizado diversas vezes ao longo do percurso de doutorado, e quase foi descartado do corpo da tese. Por ter sido produzido no ano de 2022, contemplou o recorte temporal de cinco anos anteriores, e por vezes pareceu desatualizado, deslocado, um objeto sem forma dentro de uma investigação que ia ganhando densidade cada vez maior. Verificou-se que muitas produções de relevância acerca da maternidade e da psicanálise começaram a ser publicadas a partir de 2023, como é o caso de Iaconelli (2023) e Ferrari (2023), que produziram obras importantes e que foram amplamente utilizadas ao longo desta tese. Porém, estudos empíricos publicados em periódicos sobre o tema ainda eram escassos.

Em 2024, a notícia de que o artigo havia sido aprovado por um periódico de relevância no Brasil, ainda sem data para publicação, reacendeu a certeza de que os conteúdos nele trabalhados eram atuais para a temática como um todo. Assim, o artigo "Interseccionalidade, maternidade e psicanálise: uma revisão crítica das produções científicas no Brasil" consolidou seu lugar nesta tese como o que ele sempre foi: o embrião de toda a investigação, fruto de ideias fecundas, marcando a fase inicial de desenvolvimento do percurso e respondendo ao objetivo específico de compreender se as publicações científicas norteadas pelo paradigma psicanalítico compreendiam a maternidade como fenômeno interseccional.

A partir deste artigo e de aprofundamentos teóricos propostos pelo Grupo Estudos e Pesquisas Psicodinâmica do Trabalho Feminino (Psitrafem) e do grupo de Escuta Perinatal,

ambos da Universidade de Brasília, dos encontros e trocas que mobilizaram o objeto de pesquisa, novos olhares e produções foram sendo possíveis.

Referências:

- Dunker, C. I. L. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. Boitempo.
- Ferrari, R. (2023). *Maternidades, assombro e elaboração: uma perspectiva psicanalítica*. Artes & Ecos.
- Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber* (L. F. B. Neves, Trad.). Forense. (Trabalho original publicado em 1969)
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Edições Graal. (Trabalho original publicado em 1979)
- Freud, S. (1996). A questão da análise leiga. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 20). Imago. (Trabalho original publicado em 1926)
- Freud, S. (2010). Mal-estar na civilização. In P. C. de Souza (Trad.), *Obras completas* (Vol. 18, pp. 13–122). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (2019). A interpretação dos sonhos. In P. C. de Souza (Trad.), *Obras completas* (Vol. 4). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1900)
- Iaconelli, V. (2023). *Manifesto antimaternidade*. Companhia das Letras.
- Lacan, J. (1998). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (M. D. Magno, Trad.). Zahar. (Trabalho original publicado em 1964)
- Winnicott, D. W. (2000). *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas* (D. Bogomoletz, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1958)
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris.

Artigo 1

Interseccionalidade, maternidade e psicanálise: Uma revisão crítica das produções científicas no Brasil

Resumo: O presente artigo buscou avaliar em que medida a psicanálise pode ser utilizada a favor das tecnologias de gênero ao abordar o fenômeno da maternidade no Brasil, afastando-se de seu potencial revolucionário. Para isso, foi realizada uma revisão crítica da literatura nas bases de dados nacionais, com os descritores “Psicanálise” e “Maternidade”, publicados no período de 2017 a 2022, com o objetivo de identificar a utilização ou não de elementos interseccionais de raça, classe e gênero em estudos empíricos orientados pela psicanálise. A pesquisa resultou em 18 artigos analisados, dos quais verificou-se que em nenhum deles o termo “interseccionalidade” foi mencionado, em dez dos artigos não foi possível identificar a presença de marcadores de raça, classe ou gênero na construção dos estudos e em oito artigos esses marcadores foram utilizados para compreender o fenômeno da maternidade. Conclui-se que a ausência da relação interseccional pode colaborar com as tecnologias de gênero não somente pelo que é dito, mas, sobretudo, pelo que não é dito, uma vez que a ausência dos contrapontos oferecidos pelas especificidades de raça, classe e gênero corroboram com a noção de “mulher” como categoria universal, presente nas tecnologias de gênero que historicamente oprimem e exploram as mulheres no Brasil.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Maternidade; Psicanálise; Gênero; Mulher

A psicanálise, enquanto teoria da subjetividade e das fontes de sofrimento psíquico, surge no final do século XIX a partir das pesquisas de Sigmund Freud, em uma parceria inicial com Josef Breuer, acerca da histeria. Em um de seus primeiros textos, “Estudos sobre a histeria”, Freud e Breuer (2010) apresentam ao mundo as hipóteses iniciais de um embate de forças intrapsíquicas, entre desejos inconscientes e a moral sexual civilizada.

Não se pode afirmar que a histeria se tratava de um mal comum a todas as mulheres europeias, de todas as classes sociais, pois de fato não se tratava disso. Pode-se dizer que esse sofrimento dizia respeito a uma contradição social que afetava especialmente as mulheres orientadas pelos ideais burgueses de maternidade, família, cuidado e pureza e, acima de tudo, repressão sexual.

Em “A moral sexual cultural”, Freud (1908/2015) alertou acerca da dupla moral admitida para o homem, punindo-o menos rigorosamente ante as transgressões do que a mulher, expondo que “uma garota precisa ser muito sadia para ‘aguentar’ o casamento” (p. 262), uma vez que a “educação não deixa que as mulheres se ocupem intelectualmente dos problemas sexuais, embora sejam dotadas de enorme curiosidade em relação a eles” (p. 265).

Freud se reporta aos estudos do filósofo Von Ehrenfels (1859-1932), acerca da moral sexual, para destacar a distância entre o ideal de conduta pregado à época e a realidade vivida pelas mulheres:

“Von Ehrenfels realmente atribui à moral sexual que governa a sociedade ocidental de hoje uma série de males pelos quais não pode deixar de responsabilizá-la, e, embora reconheça que ela se presta otimamente para promover a civilização, conclui por julgá-la necessitada de reforma. Seria próprio da nossa moral sexual cultural a transferência para a vida sexual do homem de exigências feitas à mulher, e a proscrição de toda relação sexual exceto as do casamento monogâmico” (Freud, 1908/2015, p. 250).

Freud não apenas denunciou o lado obscuro da modernidade, conforme afirma Joel Birman (2014), ao expor as contradições da modernidade regida por uma moral sexual cultural, mas também declara a cultura como um fator indissociável na constituição subjetiva, da qual ser humano algum pode escapar.

É em seu célebre texto “O mal-estar na civilização”, que Freud (1930/2010) aborda as forças que estão em jogo quando o assunto é viver em sociedade. Nesse texto o fundador da psicanálise pondera que a vida em sociedade impõe aos seres humanos uma renúncia fundamental, um preço a ser pago em favor do social: A renúncia da satisfação plena das pulsões. Ou seja, a cultura não está e jamais estará à altura das paixões humanas e, não raras vezes, cobra um preço demasiado alto para a vida em sociedade exigindo muito mais renúncia do que possibilidades criativas em contrapartida.

Mas, antes mesmo de Freud empreender suas investigações acerca da histeria e da moral sexual cultural, proeminentes pensadores iluministas já denunciavam a opressão cultural sobre as mulheres. Um desses pensadores foi Stuart Mill (1869/2017), autor do livro “A sujeição das mulheres”, já apontava a contradição entre os valores defendidos pela burguesia inglesa e a realidade despótica educacional, sobretudo para as mulheres.

Nesse clássico texto, o autor defende a tese de que a desigualdade entre os sexos é um equívoco que acarreta uma grande desvantagem social. Mill, faz uma construção argumentativa calcada na lógica e na crítica das convenções sociais, sobretudo à idolatria da razão, que para ele, era utilizada para justificar as ideias mais convenientes às circunstâncias, no caso das relações de gênero na sociedade inglesa, para a manutenção das relações de poder. Nas palavras do autor:

“Todas as mulheres são educadas, desde os primeiros anos, na crença de que seu ideal de caráter é oposto ao dos homens; nenhuma vontade própria e nenhum domínio sobre si mesmas, mas submissão e sujeição ao controle de outros” (Mill, 1869/2017, p. 28).

Uma condição que Mary Wollstonecraft (1792/2017) denunciou quase cem anos antes de Stuart Mill, na mesma Inglaterra, com a obra “Reivindicação pelos Direitos da Mulher”, revelando que a problemática do que hoje pode ser nomeado como violência de gênero já percorria a mente de pensadores influentes.

Defensora da humanidade plena das mulheres e de uma educação que valorizasse as mulheres, Wollstonecraft (1792/2017) era radicalmente contra a ideologia dominante de estereotipação da mulher. Para a autora, as mulheres deveriam ter a mesma educação e a mesma participação política e social que os homens. Considerada “uma precursora das filósofas de gênero que situou as mulheres perante os problemas filosóficos essenciais pelos quais passam as mulheres” (p. 10), seus escritos influenciaram diretamente o movimento sufragista na Europa ocidental.

Mesmo com a inserção do debate teórico colocado por pensadores tão importantes, as contradições sociais e o debate sobre as condições de sujeição impostas às mulheres não são explicitadas no campo cultural e acadêmico antes do século XX. Segundo Felipe Lattanzio e Paulo Ribeiro (2018), na "década de 1950, John Money, psicólogo e sexólogo norte-americano, foi o primeiro teórico a utilizar o termo gênero no sentido de relacioná-lo às diferenças entre o sexo anatômico e o que ele considerava o sexo psicológico" (p. 412).

Segundo Joan Scott (1995), foi a partir dos anos 1970 que o termo gênero surgiu como categoria de análise histórica, produzindo um movimento de ruptura epistemológica, quando feministas se apropriaram deste termo, quando se passou “a atribuir à palavra seu sentido literal de organização e classificação de fenômenos para referir-se às distinções sociais manifestadas na relação entre os sexos”, conforme consta em Rossafa e Blum (2021, p. 35).

A noção de mulher essencial, que admitia como categoria universal de ser mulher as características biológicas do corpo e os pressupostos culturais de feminilidade e delicadeza (Rossafa & Blum, 2021), passa a ser radicalmente combatida, compreendendo-se como uma categoria de análise interdisciplinar e plural: Mulheres. Dentre as pensadoras que contribuíram com esse processo de ruptura epistemológica, Simone de Beauvoir (1949/2016) se destacou ao apresentar uma perspectiva crítica de aspectos históricos, sociais e culturais que consideraram a mulher como inferior ao homem.

Beauvoir, inclusive, se opunha à ideia freudiana de que a mulher, na condição de castrada, encontraria na maternidade um substitutivo para o falo, referindo-se à Freud (1933/2010) ao afirmar que a feminilidade “normal” era aquela cujo desejo “de possuir um pênis transforma-se normalmente no desejo de um filho e, depois, de um homem, como portador de um pênis e doador de um filho” (p. 250).

A autora igualmente questionou as noções universalistas de homem, sexualidade e democracia; não à toa, foi uma influente integrante do movimento revolucionário de maio de 1968 que sacudiu a França, comandada à época por um general, Charles de Gaulle. A “Primavera Francesa”, como ficou conhecida, foi um movimento social disruptivo que influenciou outro filósofo contemporâneo de grande importância, Michel Foucault.

Uma das grandes contribuições de Foucault (1979/1988) foi abordar a questão da sexualidade como um dispositivo histórico, que muito beneficiou os estudos de gênero. Para o autor, um dispositivo é constituído a partir de uma rede de enunciados, instituições, leis, práticas culturais que produzem saberes e se relacionam com o poder. A educação, nesse sentido, tende a funcionar a favor de tais dispositivos como uma tecnologia de poder. Valeska Zanello (2018) lembra que os dispositivos “implicam sempre, portanto, um processo de subjetivação, ou seja, devem produzir o seu sujeito” (p. 55).

A ruptura epistemológica ocasionada pela categoria “gênero” e a possibilidade de análise discursiva do poder permitiu lançar novos olhares acerca da posição simbólica das mulheres nas mais diversas culturas. Abriu-se campo, sobretudo, para pensar criticamente os meios pelos quais as mulheres têm sido subjetivadas na cultura e como as tecnologias de poder tem se perpetuado historicamente na constituição dos ideais que configuram o “tornar-se mulher” (Beauvoir, 1949/2016, p. 10).

A esse respeito, a teoria foucaultiana alerta que não é fácil evitar as maneiras pelas quais as práticas discursivas produzem subjetividades e incidem nas representações do sujeito,

principalmente quando esses enunciados possuem *status* de ciência e, portanto, ostentam o *status* de verdade, configurando narrativas que passam a circular pela cultura influenciando práticas sociais e formas de subjetivação, enfim, encarnando formas de ser e estar no mundo.

Ainda nessa linha de pensamento, Zanello (2018), ao se reportar especialmente à realidade brasileira, considera que o amor é o "pivô da opressão das mulheres" (p. 83) e chama a atenção para dois dispositivos de poder ligados diretamente às mulheres: O amoroso e o materno. Sendo o dispositivo amoroso aquele que subjetiva as mulheres a partir do olhar do homem, ou seja, toda e qualquer dimensão de valor que a mulher possa ter é medida pelo homem. O dispositivo materno, por sua vez, estabelece como prioridade o outro, a quem a mulher tem o dever de cuidar.

Trata-se de um tipo de tecnologia fundamental para que as mulheres continuem subjetivando-se em função do outro, sendo o cuidado a sua principal fonte de reconhecimento social. Tal outro institui-se tanto enquanto campo do simbólico, da linguagem, conforme nos adverte Jacques Lacan (1973/1979): "Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo e que vai poder presentificar-se no sujeito" (pp. 193-194), quanto nas relações concretas cujos correspondentes desse grande Outro passam a ser os homens com os quais se se relaciona: Pai, marido, chefe.

O dispositivo amoroso e materno retrata um traço arcaico da cultura ocidental que impõem às mulheres, de maneira geral, uma forma de subjetivação cuja máxima é a subjugação, onde há um outro que tudo pode sobre ela (Rossafa & Blum, 2021). Mas, isso não significa dizer que todas as mulheres são subjetivas da mesma forma ou que a eficácia do dispositivo amoroso e materno as atinja igualmente.

Em um país de origem colonial e marcado profundamente pela desigualdade social, a depender do contexto em que se pretende olhar, as imposições contra a mulher no Brasil podem ser sutis ou extremas. Isso quer dizer que as possibilidades de ser e estar no mundo de

uma mulher branca de classe média são bem diferentes da mulher negra em uma condição de vulnerabilidade. A própria Zanello (2018) nos adverte a esse respeito, quando lembra do lugar altamente objetificado que os corpos negros ocupam na nossa cultura.

Exatamente por esse motivo que as questões sociais da mulher no Brasil convocam um olhar interseccional, aquele que busca considerar diretamente as formas de opressão não apenas de gênero, mas também de raça e classe, e como se entrecruzam produzindo múltiplas realidades (Hirata, 2014).

O conceito de interseccionalidade, segundo Pereira (2021), surgiu em 1989 pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw justamente para chamar a atenção do movimento feminista branco para a realidade de grupos invisibilizados e excluídos. Foi a partir da introdução do conceito de interseccionalidade que se passou a compreender efetivamente os movimentos feministas no plural, bem como as múltiplas categorias de mulheres.

Atualmente, ainda segundo Pereira (2021), o conceito de interseccionalidade expandiu-se para compreender também a construção de identidades coletivas, laços de solidariedade entre grupos e ativismos políticos. Uma ampliação necessária para se compreender processos de subjetivação das pessoas trans e os entrecruzamentos de suas respectivas realidades.

A interseccionalidade é um conceito que tenta dar conta, dessa forma, dos incontáveis meios pelos quais a cultura oferece de subjetivação e, em meio às singularidades, permite reconhecer e compreender tanto aspectos comuns de opressão e violência quanto os aspectos de criação e resistência que muito tem a somar com o paradigma de pensamento psicanalítico que é, em sua origem, revolucionário.

Iaconelli (2023), adverte que esse caráter revolucionário da psicanálise “foi sendo reduzido ao âmbito da clínica privada” (p. 18), sobretudo no cenário da Segunda Guerra Mundial, quando os pioneiros da teoria freudiana tiveram que adaptar-se muitas vezes à

condição de imigrantes. A autora destaca ainda que, no Brasil, a psicanálise “aportou já marcada pela lógica da clínica privada e com incontestado acento colonial” (p. 18).

Tendo em vista os movimentos revolucionários desde o final do século XIX nos países europeus e o surgimento de novas teorias que denunciam as relações de poder e seus efeitos sobre as mulheres, interessa a este estudo fazer jus ao aspecto inovador da psicanálise e analisar como as produções científicas brasileiras, que se baseiam na psicanálise e que se caracterizam por estudos empíricos, estão abordando a maternidade.

Os artigos publicados estão considerando a interseccionalidade de seus objetos de estudos? A psicanálise, cuja origem se deu na escuta e legitimação do sofrimento das mulheres e dos aspectos culturais que as oprimiam, pode estar sendo utilizada como uma tecnologia de gênero?

Para construir caminhos que permitam responder a essas perguntas, o presente artigo apostou em uma revisão crítica da literatura, de artigos empíricos publicados em psicanálise, que tem abordado/teorizado sobre a mulher-mãe brasileira. A predileção por estudos exclusivamente empíricos se justifica por serem, em sua maioria, estudos de casos, onde a escuta de sujeitos de pesquisa é desejável para sua construção.

Pretende-se avaliar, com isso, se as escritas científicas pautadas em teorias de base psicanalíticas colaboram de alguma forma para produzir rupturas nas narrativas eurocêntricas que nutrem os dispositivos que historicamente oprimem e exploram as mulheres, contribuindo para o crescimento de uma teoria que dê conta da complexidade da realidade brasileira.

Método

Para responder às perguntas de como a produção científica brasileira de artigos empíricos publicados em psicanálise têm considerado aspectos interseccionais ao abordar a maternidade, foi realizada uma revisão crítica da literatura, na área da psicologia. O artigo de revisão de literatura é, segundo Jean Von Hohendorff (2014), aquele que possibilita construir

“avaliações críticas de materiais que já foram publicados, considerando o progresso das pesquisas na temática abordada” (p. 40) com o objetivo de responder às questões específicas levantadas.

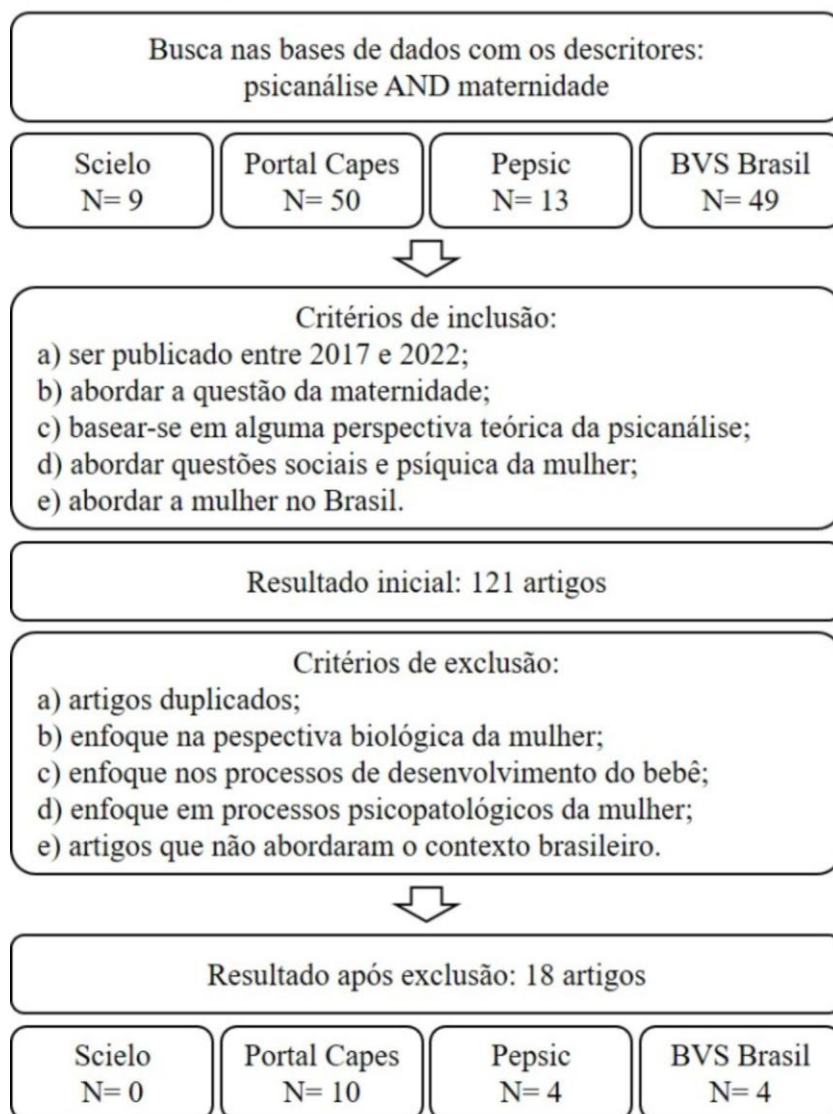
A literatura pesquisada deteve-se em produções científicas que levaram em conta o contexto nacional, justamente por se pretender analisar como as questões socioculturais regionais estão sendo consideradas no campo de pesquisas orientadas pela psicanálise. Fez-se uma busca por artigos de estudos empíricos, nas seguintes bases de dados: Scielo, Periódicos Capes, Biblioteca Virtual em Saúde - Brasil (BVS-Brasil) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic), a partir dos descritores “Psicanálise” AND “Maternidade” e “Psychoanalysis” AND “Maternity”, para os índices de título e assunto, entre os anos de 2017 e 2022.

Vale a pena destacar que a pesquisa incluiu em um primeiro momento, além dos descritores indicados acima, o descritor “interseccionalidade” e “intersectionality”. Porém, além de não constarem produções científicas no recorte temporal de 2017 a 2022, considerou-se que, para avaliar de fato em que estado se encontra o olhar orientado pela psicanálise acerca da maternidade no Brasil, o descritor “interseccionalidade” apresentaria dados tendenciosos, levando a crer que as produções científicas no Brasil que se propõe a olhar psicanaliticamente para a maternidade já teriam incorporado a tendência interseccional.

De qualquer forma, não foi o caso. Já que não foram encontradas produções com os descritores “Interseccionalidade”, “Psicanálise” e “Maternidade”, indicando por si só que a perspectiva interseccional não foi utilizada pelos pesquisadores que se propuseram a produzir conhecimento científico acerca da maternidade a partir da psicanálise, considerando o recorte temporal indicado acima. Um dado que pode indicar a prevalência da lógica colonial e o afastamento da construção de um olhar mais próximo da realidade brasileira e sua complexidade.

Tendo esse primeiro dado da pesquisa, a revisão crítica seguiu avançando na análise dos artigos encontrados com os descritores “psicanálise” e “maternidade”, entre os anos de 2017 e 2022, a fim de avaliar como o fenômeno da maternidade era investigado. Dessa pesquisa foram encontrados 121 artigos, conforme ilustra a Figura 1.

Figura 1. Fluxograma de Seleção dos Artigos



Os 121 artigos empíricos inicialmente encontrados foram aquelas que atenderam aos critérios de inclusão: Ser publicado no período de 2017 a 2022; abordar a questão da maternidade; basear-se teoricamente na perspectiva psicanalítica; tocar de alguma forma em questões sociais e psíquicas da mulher e estar contextualizado no Brasil.

Após essa primeira seleção, os 121 artigos foram analisados e discutidos pelas pesquisadoras aplicando sobre eles os seguintes critérios de exclusão: Artigos duplicados; enfoque na perspectiva biológica e não psíquica da mulher; enfoque no desenvolvimento do bebê; enfoque em processos psicopatológicos associados à maternidade; ensaios teóricos e abordar contextos culturais estrangeiros.

O número reduzido de artigos selecionados para o presente estudo pode ser compreendido como um outro dado relevante desta pesquisa, uma vez que dá indícios da baixa quantidade de produções científicas acerca da maternidade, orientadas pela psicanálise, cujo foco é a escuta da mulher brasileira.

Fora o grande número de duplicação de artigos nas bases de dados pesquisadas, somando 4, os demais critérios de exclusão permitiram selecionar 18 artigos empíricos que abordassem a questão da maternidade sob a perspectiva psicanalítica exclusivamente no contexto brasileiro, abrindo campo para responder às perguntas desta pesquisa, afinal, a interseccionalidade é considerada nesses estudos? E em que medida a psicanálise, cujas origens se deu na escuta e legitimação do sofrimento das mulheres e dos aspectos culturais que as oprimiam, pode estar sendo utilizada como uma tecnologia de gênero?

Resultados e Discussão

A análise das produções selecionadas permitiu compreender os caminhos que os estudos empíricos com referencial da psicanálise elegem para abordar a questão da maternidade no Brasil. No que tange ao método, todos os 18 estudos analisados realizaram estudos de caso a partir de algumas particularidades a serem detalhadas a seguir.

Cinco estudos utilizaram a análise de conteúdos em meios digitais, mais especificamente, blogs de mães relatando suas experiências, sendo eles: Maria Passos e Isabela Arteiro (2019), Andréia Schulte, Sueli Gallo-Belluzzo e Tânia Aiello-Vaisberg

(2019), Ana Luiza Souza (2018), Carlos Visintin, Andréia Schulte e Tania Aiello-Vaisberg (2021) e Carlos Visintin, Gisele Inacarato e Tânia Aiello-Vaisberg (2020).

Dois utilizaram entrevistas abertas: Juçara Clemens e Mériti de Souza (2020) e Carolina Miyazaki, Silvia Cordeiro, Rebeka Almeida e Flávia Verceze (2019); um fez uso do Teste de Apercepção Temática Infantil Animal – CAT-A como mediador para investigação da experiência parental: Ana Paula Tonetto e Valeria Barbieri (2018); outro estudo utilizou o Procedimento de Desenhos de Famílias com Estórias (DF-E): Marcela Andrade, Fernanda Mishima-Gomes e Valéria Barbieri (2017).

Por fim, nove registros realizaram estudo de caso clínico, sendo: Miriam Braga, Neuzeli Silva e Silvia Bonassi (2021), Débora Bossa e Anamaria Neves (2017), Hevellyn Corrêa (2022), Izabela Ferreira, Janaína Costa e Daniela Couto (2018), Ester Guggenheim, Laudy Guimarães e Aline Pinheiro (2019), Cristina Marcos e Renata Mendonça (2020), Alcimeri Prata e Elisa Cintra (2017), Leonil Prado Junior, Keyssiane Lima e Marcus Vieira (2021) e Patrícia Wanderley, Ana Falbo e Clarissa Barros (2021).

Quanto à base teórica em psicanálise, além de Freud, que esteve presente nos 18 estudos, Winnicott foi uma referência utilizada em seis estudos (Andrade et al., 2017; Braga et al., 2021; Passos & Arteiro, 2019; Schulte et al., 2019; Tonetto & Barbieri, 2018; Visintin et al., 2021). O referencial lacaniano também esteve presente em quatro artigos analisados (Bossa & Neves, 2017; Marcos & Mendonça, 2020; Miyazaki et al., 2019; Prado Junior et al., 2021), assim como Badinter em dois estudos (Correa, 2022; Souza, 2018), Klein (Prata & Cintra, 2017), Bleger (Visintin et al., 2020), Laznik (Ferreira et al., 2018), Birman e Chodorow (Clemens & Souza, 2020), Dolto, Aragão e Curi (Guggenheim et al., 2019) foram utilizados em um estudo.

Em outra parcela dos estudos da presente revisão, observou-se uma relação mais dinâmica entre as bases teóricas e os fenômenos estudados, privilegiando a atenção ao objeto

de estudo em questão e suas singularidades (Andrade et al., 2017; Braga et al., 2021; Ferreira et al., 2018; Miyazaki et al., 2019; Prado Junior et al., 2021; Wanderley et al., 2021; Visintin et al., 2020, 2021).

Notou-se, ainda, em alguns dos artigos, que os casos estudados foram colocados em primeiro plano e a teoria ocupou o lugar de apoio, oferecendo compreensão aos fenômenos em foco, dentro de uma perspectiva crítica e inovadora (Clemens & Souza, 2020; Passos & Arteiro, 2019; Schulte et al., 2019; Souza, 2018).

A perspectiva interseccional, por sua vez, foco central deste estudo, não esteve presente na maioria dos estudos analisados. A articulação com as questões sociais brasileiras que fizessem alguma menção ao gênero, classe ou raça para abordar o tema da maternidade foi mencionado por 8 dos 18 artigos (Bossa & Neves, 2017; Clemens & Souza, 2020; Correa, 2022; Marcos & Mendonça, 2020; Miyazaki et al., 2019; Schulte et al., 2019; Souza, 2018; Visintin et al., 2020, 2021), prevalecendo em todos esses a discussão de gênero para compreender as agruras da maternidade. Sendo que em quatro artigos observou-se um aprofundamento do contexto sociocultural do Brasil e qual foi a sua relação com a vivência da maternidade para a mulher (Clemens & Souza, 2020; Passos & Arteiro, 2019; Schulte et al., 2019 e Visintin et al., 2020).

A ausência da perspectiva interseccional em pouco mais da metade dos artigos, sobretudo dos aspectos de raça e classe, acende um sinal de alerta importante na consideração de que “a mulher”, como categoria universal, pode ainda estar longe de ser superada. Sem uma contextualização que leve em conta as intersecções de gênero, classe e raça, e seus consequentes efeitos na relação com a maternidade, incorre-se em generalizações e naturalizações que impedem o investigador de se fazer sensível à complexidade do fenômeno em si e trate os pressupostos teóricos como “verdades” que prescrevem como as mulheres devem se comportar, funcionando como tecnologias de gênero, ou seja, como dispositivo

materno que favorece a lógica de estar à disposição de um Outro e de vários outros, consequentemente, que tudo podem sobre a mulher.

Partindo de conteúdos dos 18 artigos incluídos na presente revisão, foi possível estabelecer uma crítica de como a psicanálise, ainda hoje, pode ser utilizada como tecnologia de gênero que pode se converter como uma série de exigências sobre a mulher, funcionando a favor do dispositivo materno e amoroso (Zanello, 2018). Nessa perspectiva, três categorias foram identificadas e organizadas a partir das argumentações psicanalíticas mais recorrentes nos estudos, com o objetivo de responder à questão principal do presente trabalho: (1) Winnicott e a mãe suficientemente boa; (2) Freud e Lacan: A maternidade como uma saída para o Édipo; e (3) Psicanálise e gênero: um diálogo emergente.

Winnicott e o ideal da mãe suficientemente boa

Observou-se que Donald Winnicott foi um autor em psicanálise muito citado, sobretudo quando o assunto é abordar os processos iniciais do desenvolvimento infantil e o papel da mãe nesse contexto. Um de seus conceitos mais conhecidos e propagados é o de mãe suficientemente boa, para dizer da mãe comum e suas funções de cuidado com a criança.

Para o autor a mãe suficientemente boa é aquela com bases na realidade, ou seja, a mãe que falha, que tem defeitos, mas que investe o seu afeto da melhor maneira que pode no *infans*. Embora simples, esse conceito pode apresentar variadas possibilidades de interpretação, como se verificou nos estudos revisados (Winnicott, 1958/2000).

Uma dessas possibilidades foi apresentada pelo estudo de Andreia Schulte, Sueli Gallo-Belluzzo e Tânia Aiello-Vaisberg (2019), em que a teoria winnicottiana é utilizada para pensar a maternidade possível, estabelecendo um posicionamento crítico em relação às exigências culturais sobre a mulher-mãe no Brasil e sua relação com o que o estudo considera como sofrimento social, aquele “vinculado ao modo como a sociedade organiza as relações de gênero e a criação dos filhos” (Schulte et al., 2019, p. 109).

Também dentro de uma perspectiva crítica, três dos estudos analisados, se utilizaram do pensamento de Winnicott para alertar que o discurso médico dominante pode atrapalhar mais do que ajudar na instalação da experiência da maternidade, destacando a importância de os profissionais exercerem uma escuta das mulheres baseada no acolhimento para dar conta dos fenômenos envolvendo a maternidade na atualidade, sendo eles: Maria Passos e Isabela Arteiro (2019); Mirian Braga, Neuzeli Silva e Silvia Bonassi (2021) e Carlos Visintin, Andreia Schulte e Tânia Aiello-Vaisberg (2021).

Em tais estudos, foi possível perceber um posicionamento crítico em relação à própria teoria winnicottiana, chamando atenção para as suas limitações. As questões sociais das mulheres em seus variados contextos em meio à maternidade, o processo de silenciamento por meio da patologização quando esta se distancia do ideal materno propagado pela cultura, além do acúmulo de tarefas na maternagem, foram destacados, chamando a atenção para a importância de cuidar dos conflitos que emergem no contexto da maternidade contemporânea no Brasil.

Contudo, a revisão dos artigos revelou que a teoria winnicottiana também foi utilizada como principal referência para pensar o fenômeno da relação mãe-bebê, sem dialogar de forma mais evidente com os aspectos socioambientais envolvidos no próprio fenômeno da maternidade, como tendem a apontar os estudos de: Marcela Andrade, Fernanda Mishima-Gomes e Valéria Barbieri (2017); Alcimere Prata e Elisa Cintra (2017) e Ana Paula Tonetto e Valéria Barbieri (2018).

Observou-se que o ponto central desses estudos gravitou em torno dos preceitos winnicottianos que consideram o quanto as mães precisam estar saudáveis para que possam entrar em sintonia com seus bebês e estabelecer uma boa comunicação com eles. Para Winnicott (1958/2000), a mãe saudável é aquela que dá conta de atender a si mesma e às necessidades do bebê, dando suporte físico e psíquico ao bebê (*holding*), desempenhando o

manejo corporal e psíquico do bebê (*handling*), dentro das suas possibilidades, ou como Winnicott nomeou: A mãe suficientemente boa (Winnicott, 1971/1975).

Reconhecidamente, o desempenho da função materna é um fator importante na construção de um ambiente satisfatório para o processo de desenvolvimento infantil, uma vez que nenhum ser humano se desenvolve sozinho. Chama-se a atenção, entretanto, para o fato de que a função materna não precisa necessariamente ser realizada pela mãe ou por alguma mulher, uma vez que se trata de uma função de cuidado (Iaconelli, 2023). Entretanto, no Brasil, são as mães que, majoritariamente, desempenham tal função.

Tendo essa realidade em vista, para que as mães estejam saudáveis e consigam promover um ambiente suficientemente bom no processo de maternar, alguns fatores ultrapassam o campo individual. Entre eles destacamos o tempo de dedicação, uma vez que exige disponibilidade de qualquer adulto em tal função de cuidado. Outro fator fundamental a ser destacado é o do trabalho psíquico que o adulto na função materna, a mãe, no caso do Brasil, precisa dedicar enquanto investimento libidinal em favor da criança.

Afinal, é simples para uma mulher que é mãe, no Brasil, dedicar-se aos filhos, à casa e ao seu trabalho? Com que rede de apoio essa mulher conta? O que pode-se compreender como uma mãe suficientemente boa no Brasil? São os mesmos parâmetros da Europa ocidental de onde originam tais conceitos?

Nos estudos mencionados acima, os imperativos sociais e culturais que provocam a mulher para que ela fique no encargo da construção desse ambiente satisfatório, e o quanto essa exigência pode custar à mulher em termos psicológicos e emocionais, acabaram por não ser problematizados, abrindo espaço para possibilidades interpretativas muito mais individualizantes e podendo servir como uma tecnologia de gênero a cobrar desempenho das mulheres-mães. Uma cobrança que, conforme lembra Foucault (1979/1988) pode ser transmitida justamente pelo que não é dito no debate.

Freud e Lacan: A Maternidade como uma saída privilegiada para o Édipo

Nesta categoria os estudos de Marcos e Mendonça (2020), Ferreira et al. (2018), Miyazaki et al. (2019), Souza (2018), Wanderley et al. (2021), Bossa e Neves (2017), Correa (2022) e Guggenheim et al. (2019) partem das teorizações de Freud e Lacan acerca da maternidade.

Conforme esses estudos, Freud, ao longo de sua obra, considerou três saídas possíveis para o Édipo feminino (1931/2010): Inibição da sexualidade quando a mulher aceita sua castração, escolha homossexual de objeto, e a maternidade, tida como a saída possível para suprir a falta do pênis. Para Freud, a mulher encontraria na maternidade uma saída privilegiada para lidar com a castração. Diferentemente de Freud, Jacques Lacan (1975/1985), afirmava que “Não há *A* mulher, artigo definido para designar o universal” (p. 98) ao considerar a ausência de um significante que nomeia e representa a mulher na dimensão fálica, sendo não-toda fálica e também não-toda fora da linguagem.

A partir da proposta freudiana das saídas para o Édipo feminino, Lacan teoriza que o bebê não satura o desejo materno, inserindo a noção de gozo suplementar ou gozo Outro, situado para além do falo. Assim, a maternidade seria uma das respostas possíveis à feminilidade, “embora não haja uma relação de completude, já que esta é circunscrita pelo encontro com a falta, com a castração, lançando a mulher para uma lógica não-toda fálica” (Miyazaki et al., 2019, p. 8).

Ao considerar, por exemplo, que a maternidade, mesmo sendo um caminho culturalmente apresentado à mulher, não dá conta de apaziguar os seus anseios, ou que o bebê é o representante fálico da mulher, ou ainda, a maternidade como busca pelo preenchimento imaginário da falta nas mulheres, sem as devidas contextualizações interseccionais, corre-se o risco de repetir estigmas históricos em relação às mulheres, tais como: Elas são naturalmente insatisfeitas e pouco confiáveis, conforme alertou Simone de Beauvoir (1949/2016).

Beauvoir (1949/2016) relembra que, desde a antiguidade, a mulher esteve associada a uma polaridade passiva, negativa e dependente, enquanto o homem era sempre associado à polaridade ativa, positiva e potente. Uma narrativa que historicamente foi orientando o lugar social da mulher no ocidente, sempre em segundo plano em relação aos homens.

A prevalência dos estudos aqui apresentados em olhar para os aspectos individuais frente à maternidade e a parca relação com os elementos interseccionais, parecem favorecer com que pressupostos teóricos importantes das teorias freudiana e lacaniana contribuam para reforçar os imperativos sociais e culturais que constituem os ideais de mulher e mãe, atuando como tecnologias de gênero, mais uma vez, não pelo que está sendo dito, mas pelo que fica de fora do conhecimento construído.

Partindo da lógica dos dispositivos de poder (Foucault, 1979/1988), pode-se considerar que à medida que se inclui as intersecções de gênero, raça e classe na investigação de um fenômeno subjetivo como a maternidade, torna-se possível lançar novas luzes a fim de compreender um pouco mais acerca do complexo processo da maternidade no Brasil.

Psicanálise e gênero: Um diálogo necessário

A pequena ocorrência de estudos com referencial psicanalítico que levasse em conta as interseccionalidades para abordar a maternidade no Brasil acende um sinal de alerta, sobretudo ao considerarmos estudos empíricos dos últimos cinco anos. Tratar fenômenos sociais como a maternidade apenas pela perspectiva teórico-clínica, sem problematizar os aspectos sociais, históricos, econômicos e culturais pode levar à reprodução de tecnologias de gênero e a consequente perpetuação de males que se pretende sanar.

Os escritos de Freud, Winnicott, Lacan ou outros psicanalistas, quando colocados de forma crítica e contextualizada, permitem produzir discursividades que dialogam com a realidade social do país, aproximando a própria psicanálise de sua origem revolucionária a exemplo do que fazem psicanalistas contemporâneas como Nogueira (2021) ao falar das

significações do corpo negro e Iaconelli (2023), Ferrari (2023) e Lima (2022) ao abordarem a maternidade a luz da psicanálise sob uma perspectiva interseccional, apenas para citar alguns exemplos.

A teoria psicanalítica ao dialogar com o contexto social brasileiro e suas peculiaridades, tem o potencial de se opor ao ideal burguês que historicamente volta a mulher para a maternidade e o cuidado. Trata-se de uma inversão, em que o instrumento da escuta não está a serviço da confirmação da teoria, mas que opera para tensioná-la, serve-se dela para produzir novas racionalidades acerca de um fenômeno. É dessa forma que as teorias são ampliadas, revigoradas, aprofundadas e novas teorizações são possíveis.

De todos os estudos aqui revisados, oito artigos se aventuraram pelo caminho da inclusão de algum aspecto interseccional, ainda que sem mencionar o termo “interseccionalidade”, a partir das seguintes especificidades: Desigualdade social (Schulte et al., 2019; Passos & Arteiro, 2019; Bossa & Neves, 2017; Correa, 2022; Miyazaki et al., 2019; Visintin et al., 2021 e Visintin et al., 2020); gênero e desigualdade social (Schulte et al., 2019; Passos & Arteiro, 2019; Bossa & Neves, 2017; Correa, 2022 e Visintin et al., 2020) e apenas gênero (Clemens & Souza, 2020).

Desses oito estudos, quatro ofereceram a chance de acessar os não ditos sobre a maternidade, suas culpas e sofrimentos, aprofundando de maneira muito significativa os aspectos de desigualdade social e gênero para a mulher-mãe no Brasil, sendo eles: Clemens e Souza (2020), Passos e Arteiro (2019), Schulte et al. (2019) e Visintin et al. (2020).

Dentre os pontos abordados, destacam-se: A dificuldade de conciliação entre a maternidade e a vida profissional, considerando os imperativos sociais da alta performance em que a mulher precisa ser uma boa mãe e uma profissional de sucesso (Passos & Arteiro, 2019); a maternidade na contemporaneidade sendo vivida como sofrimento social, a partir também dos modelos de família nuclear que se contrapõe às novas configurações familiares

(Schulte et al., 2019); o mal-estar materno relacionado com a ideia de que o cuidado dos filhos é responsabilidade exclusiva da mãe e de mulheres (Visintin et al., 2020); e por fim, a apresentação de padrões coloniais no Brasil que sustentam uma relação hierarquizada, a partir da qual a vida de mulheres e crianças são marcadas pela dominação masculina (Clemens & Souza, 2020).

Ao pensar a realidade brasileira, faz-se necessário retomar o olhar para sua história em um contexto de colonização e forte doutrinação religiosa. Para Del Priori (2009a; 2009b; 2011, conforme citado em Clemens & Souza, 2020), o processo de colonização nos fornece relações de poder que se sustentam até os dias atuais. Como exemplo, as autoras apontam a relação entre homens e mulheres no Brasil, muitas vezes marcada pelo abandono, que se dava pelo afastamento desses homens para trabalhar em áreas distantes em um país carente de mão de obra. Assim, cabia às mulheres a exclusividade no cuidado das crianças, realidade constatada nos quatro estudos revisados.

Dessa forma, os estudos que assim procederam permitiram, além de desculpabilizar a mulher por seus sofrimentos frente a maternidade, compreender as causas desses sofrimentos. Ao fazê-lo ofereceram ao leitor interessado novas indagações, olhares mais amplos frente ao fenômeno da maternidade no Brasil e, por consequência, um avanço na própria perspectiva teórica.

Considerações finais

Os artigos analisados serviram de base para avaliar em que medida a psicanálise tem sido utilizada como uma tecnologia de poder de forma a colaborar com os dispositivos amorosos e maternos, propostos por Zanello (2018). A partir de onde foi possível entender que a psicanálise, ainda hoje, pode sim ser utilizada como tecnologia de gênero pelo que se deixa de abordar no entendimento da maternidade no Brasil.

A revisão de literatura aqui apresentada possibilita pensar que o ideal burguês de mulher, o mesmo que fez com que casos de histeria surgissem na Europa ocidental no final do século XIX, não foi superado e encontra no próprio discurso psicanalítico novas formas de se reapresentar no contexto brasileiro.

O ideal da mãe suficientemente boa, referenciado na teoria winnicottiana, e a maternidade como uma saída privilegiada para o Édipo, partindo de Freud e Lacan, são enunciados ainda recorrentes na literatura e corroboram os dispositivos amoroso e materno na medida em que as dimensões sociais, raciais e políticas não são incorporadas para compreender o ser e sofrer da mulher brasileira na maternidade.

Sem a inclusão de elementos interseccionais que afetam os modos de subjetivação das mulheres no Brasil, as teorias psicanalíticas colaboram, ainda que não intencionalmente, com a reprodução dos dispositivos amoroso e materno ao disseminar verdades que exercem controle sobre os corpos das mulheres. Excluindo do debate os atravessamentos sociais e culturais sobre a maternidade, “mulher” tende a aparecer como uma categoria universal que deve encontrar na maternidade uma saída privilegiada de realização.

Mas se, por um lado, o discurso psicanalítico pode servir como tecnologia de gênero, por outro, pode também ser utilizado para subverter essa ordem. Uma parte relevante, ainda que minoritária, dos artigos revisados não se furtaram ao debate de gênero. Encaram a psicanálise em suas contradições e produzem um importante movimento de atualização teórica ao incluir os aspectos históricos, sociais e culturais e sua relação com a maternidade como escolha investigativa.

Embora esse último grupo de estudos analisados não tenha citado em nenhum momento as teorias interseccionais, ou tampouco mencionado os dispositivos amoroso e materno para pensar o fenômeno da maternidade, a categoria “gênero” foi mencionada e

constituiu uma parte fundamental para pensar a maternidade e a condição da mulher na contemporaneidade brasileira, a partir da teoria psicanalítica.

Levar em consideração a dimensão sociopolítica do sujeito e a influência do acento colonial na constituição atual do psiquismo, especialmente no Brasil, é uma forma de aproximar o pensamento clínico contemporâneo da realidade regional. Dos 18 artigos analisados foi possível encontrar em 8 artigos, e mais profundamente em quatro deles, uma leitura interseccional da maternidade, possibilitando um movimento de desconstrução das discursividades acerca das mulheres que as controlam e determinam seus corpos.

A passos lentos, o complexo fenômeno “maternidade no Brasil” segue timidamente sendo abordado, muitas vezes pelas beiradas, se espelhando em referências distantes da realidade analisada e repetindo tecnologias de gênero, muitas vezes, tal qual foram ensinadas nos centros de formação.

Referências:

- Andrade, M. L. de, Mishima-Gomes, F. K. T., & Barbieri, V. (2017). Recriando a vida: o luto das mães e a experiência materna. *Psicologia: Teoria e Prática*, 19(1), 21-32. <https://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v19n1p33-43>
- Beauvoir, S. de. (2016). *O segundo sexo. volume 1: fatos e mitos*. (S. Milliet, Trad.). Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1949).
- Birman, J. (2014). *A fabricação do humano: psicanálise, subjetivação e cultura*. Zagodini.
- Bossa, D. F., & Neves, A. S. (2017). Estranho, familiar e pathos: apreensões psicanalíticas sobre a adoção da criança com deficiência. *Estilos da Clínica*, 22(3), 455-467. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282017000300003&lng=pt&nrm=iso
- Braga, M. de C. A., Silva, N. A. da, & Bonassi, S. M. (2021). Vínculo mãe-bebê: acolhimento e intervenções no âmbito institucional, combate aos desamparos da maternidade. *Vínculo*, 18(2), 1-10. <https://dx.doi.org/10.32467/issn.19982-1492v18nesp.p468-484>
- Clemens, J., & Souza, M. de. (2020). Sobre o não dito do feminino e da maternidade. *Psicologia em Revista*, 26(2), 641-659. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n2p641-659>

- Corrêa, H. C. da S. (2022). Feminino e maternidade: mais ainda, a partir da prematuridade. *Psicologia USP*, 33 (Psicol. USP, 2022 33), 1-8. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200117>
- Del Priori, M. (2009a). *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. Editora Unesp.
- Del Priori, M. (2009b). *História das mulheres no Brasil*. Contexto.
- Del Priori, M. (2011). *Histórias íntimas*. Planeta.
- Ferrari, R. (2023). *Maternidades, assombro e elaboração: uma perspectiva psicanalítica*. Artes & Ecos.
- Ferreira, I. C., Costa, J. de J., & Couto, D. P. do. (2018). Implicações do diagnóstico de autismo para a vivência da maternidade. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, 3(5), 431-448. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/15936>
- Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Edições Graal. (Trabalho original publicado em 1979).
- Freud, S., & Breuer, J. (2010). *Obras completas volume 2: Estudos sobre a histeria (1893-1895)*. (L. Barreto e P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1895).
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização in *Obras completas volume 18: O mal-estar na civilização e outros textos (1930-1936)*. (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (2010). Sobre a sexualidade feminina in *Obras completas volume 18: O mal-estar na civilização e outros textos (1930-1936)*. (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1931).
- Freud, S. (2010). Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise in *Obras completas volume 18: O mal-estar na civilização e outros textos (1930-1936)*. (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1933).
- Freud, S. (2015). A moral sexual cultural in *O delírio e os sonhos de Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909)*. (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1908).
- Guggenheim, E. S., Guimarães, L. G. P., & Pinheiro, A. M. (2019). A escuta psicanalítica no núcleo perinatal: o processo de ser mãe como uma construção. *Revista da SBPH*, 22(spe), 174-185. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582019000200013&lng=pt&tlang=pt.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 26(1), 61-73. <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?lang=pt>

- Hohendorff, J. V. (2014). Como escrever um artigo de revisão de literatura in Sílvia H. Koller, Maria Clara P. de Paula Couto & Jean Von Hohendorff (Org.), *Manual de produção científica* (pp.39-54). Penso.
- Iaconelli, V. (2023). *Manifesto Antimaternalista : psicanálise e políticas da reprodução*. Zahar.
- Lattanzio, F. F., & Ribeiro, P. de C. (2018). Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. *Psicologia Clínica*, 30(3), 409-425.
<https://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0030n03A01>
- Lacan, J. (1985). *O Seminário : livro 20: mais, ainda*. (M. D. Magno, Trad.). Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1975).
- Lacan, J. (1979). *O Seminário : livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1973).
- Lima, J. L. (2022). *Tempo maternos : reflexões de corpo e alma*. Editora Artes & ecos.
- Marcos, C. M., & Mendonça, R. L. (2020). A disjunção mãe/mulher a partir de uma prática de conversação. *Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica*, 23(1), 94-102.
<https://doi.org/10.1590/1809-44142020001011>
- Mill, J. S. (2017) *Sobre a liberdade e a sujeição das mulheres*. (P. Geiger, Trad.). Penguin; Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1869).
- Miyazaki, C. M. A., Cordeiro, S. N., Almeida, R. P. de, & Verceze, F. A. (2019). Vivência da gestação e parto de alto risco: uma reflexão a partir do referencial psicanalítico. *Revista da SBPH*, 22(2), 04-24.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582019000300002&lng=pt&tlng=pt.
- Nogueira, I. B. (2021). *A cor do inconsciente [recurso eletrônico] : significações do corpo negro*. Perspectiva
- Passos, M. C., & Arteiro, I. L. (2019). Escrever e inscrever a maternidade por meio dos blogs. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*. 10(3), 85-100. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n3suplp85>
- Pereira, B. C. J.. (2021). Sobre usos e possibilidades da interseccionalidade. *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, 21(3), 445–454. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40551>
- Prado Junior, L. N. do, Lima, K. M. de A., & Vieira, M. K. M. (2021). A demanda materna por atendimento infantil: um estudo psicanalítico de caso. *Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica*, 24(1), 72-81.
<https://www.scielo.br/j/agora/a/dLtYL8xHLMwQfP48PbcPVYs/abstract/?lang=pt>

- Prata, A. K. A. V., & Cintra, E. M. de U. (2017). Apoio e acolhimento à mulher que se torna mãe: uma escuta psicanalítica. *Revista Latinoamericana De Psicopatologia Fundamental*, 20(1), 34-50. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2017v20n1p34.3>
- Rossafa, R. G. & Blum, V. L. (2021). *Ser mulher: a clínica psicanalítica a favor da escuta e produção de sentido*. EdUFMT.
- Scott, J. (1995) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. 20(2), 71-99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Schulte, A. de A., Gallo-Belluzzo, S. R., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2019). A experiência emocional de autoras de Mommy Blogs. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 10(1), 107-130. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072019000100007&lng=pt&tlng=pt.
- Souza, A. L. de F. (2018). Maternidade, culpa e ruminação em tempos digitais. *Revista Ártemis*, 25(1), 89–112. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2018v25n1.37640>
- Tonetto, A. P. M., & Barbieri, V. (2018). Maternidade de crianças com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade: contribuições psicanalíticas. *Psicologia Em Estudo*, 23(e40425), 2-16. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v23i0.40425>
- Visintin, C. del. N., Inacarato, G. M. F., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2020). Imaginários de mulheres que sofreram perda gestacional. *Estilos da Clínica*, 25(2), 193-209. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v25i2p193-209>
- Visintin, C. del N., Schulte, A. de A., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2021). "Meus hormônios me enlouquecem": investigação psicanalítica com mommy blogs brasileiros. *Psicologia USP*, 32(e180117), 1-8. <https://www.scielo.br/j/pusp/a/LHcqPcvwZhWdch6zLCspFyR/abstract/?lang=pt>
- Wanderley, P. C. de F. G., Falbo, A. R., & Barros, C. M. D. L. (2021). Vivência materna frente à surdez do filho sob a perspectiva do narcisismo na teoria psicanalítica. *Psicologia Clínica*, 33(2), 301-320. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-56652021000200006
- Winnicott, D.W. (1975). *O brincar e a realidade*. Imago Ed. (Trabalho original publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (2000). *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. (D. Bogomoletz, Trad.). Imago Ed. (Trabalho original publicado em 1958).
- Wollstonecraft, M. (2017) *Uma vindicação dos direitos da mulher*. (E. M. de Souza, Trad.). Antígona Editores Refractários. (Trabalho original publicado em 1792).
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris.

2. As maternidades no Brasil e suas morfologias

Se o primeiro artigo desta tese se debruçou sobre o que a produção psicanalítica brasileira havia deixado de ver, este segundo se dedica a construir, com mais rigor e mais densidade, o que ela precisaria ter visto. A revisão crítica realizada no artigo inaugural demonstrou que a maternidade vinha sendo tratada, em grande parte dos estudos empíricos de orientação psicanalítica, como experiência universal, desprovida dos marcadores de classe, raça e gênero que, no Brasil, são absolutamente constitutivos do que é possível viver, sentir e desejar como mãe.

A passagem desse diagnóstico para a construção de uma abordagem alternativa exige, antes de qualquer outra coisa, uma pergunta que o capítulo anterior apenas enunciou e que este capítulo se propõe a enfrentar diretamente: Se não existe uma maternidade, mas maternidades no plural, quais são as morfologias que essas maternidades assumem na realidade brasileira? E o que as diferencia, tanto na forma quanto no sofrimento que produzem?

A palavra morfologia, tomada aqui de empréstimo das ciências naturais, refere-se ao estudo das formas. Não das substâncias, não das essências, mas dos contornos que um fenômeno assume quando se materializa em condições concretas de existência. Falar das morfologias da maternidade é falar das formas que a experiência de ser mãe assume quando atravessada por determinadas coordenadas de classe social, de pertencimento racial, de inserção no mercado de trabalho e de acesso às redes de suporte e de cuidado. É reconhecer que a maternidade não tem uma forma única, que ela se constitui diferentemente segundo as condições materiais e simbólicas em que cada mulher existe, e que essas diferenças não são superficiais nem acidentais.

Nesse sentido, pensar a morfologia das maternidades é também nos obrigar a perguntar que pressões são essas? Que ambiente produz que tipo de forma materna? Quando

olhamos para as maternidades das mulheres de classe média e para as maternidades das mulheres da periferia, não estamos vendo variações de estilo ou diferenças de preferência pessoais. Estamos vendo os efeitos concretos, inscritos nos corpos e nas subjetividades dessas mulheres, de uma estrutura social que distribui de forma radicalmente desigual o tempo, os recursos, o cuidado e a possibilidade de desejar.

Um dos eixos centrais que este artigo introduz, e que os artigos que se seguem desenvolvem com crescente profundidade, é a dimensão do trabalho. A maternidade, no Brasil, não pode ser compreendida separada do trabalho. Outro eixo fundamental que este artigo começa a introduzir é o contexto social especificamente brasileiro.

O Brasil é um país marcado por desigualdades. A desigualdade de renda, o racismo sistêmico, a precariedade do sistema de proteção social, a herança colonial que organizou o trabalho das mulheres negras como trabalho de servir e de cuidar sem reconhecimento ou remuneração, tudo isso não é pano de fundo da maternidade brasileira. É o seu tecido constitutivo. É a condição dentro da qual as subjetividades maternas se formam, os desejos se organizam e os sofrimentos se produzem.

Esta etapa da pesquisa define, portanto, os primeiros “achados” da pesquisa. Dentre os “achados”, dessa fase da pesquisa, duas pensadoras e suas ideias foram de fundamental importância para pensar a morfologia das pressões sobre as mulheres frente suas maternidades: Fraser (2020) e o conceito de “crise do cuidado” e Federici (2017) com suas explicações acerca das consequências da exploração do trabalho reprodutivo das mulheres.

Nancy Fraser (2020) cunhou o conceito de "crise do cuidado" para nomear o fenômeno pelo qual o capitalismo contemporâneo, ao exigir a inserção integral das mulheres no mercado de trabalho produtivo, esvaziou progressivamente as condições para o exercício do trabalho reprodutivo sem criar mecanismos coletivos alternativos para sustentá-lo. O resultado é uma crise que não é apenas econômica, é uma crise de reprodução social, de sustentabilidade da

vida, que recai de forma desproporcional sobre as mulheres e, dentro do campo das mulheres, de forma ainda mais desproporcional sobre aquelas em maior situação de vulnerabilidade material e social.

No Brasil, essa crise assume contornos específicos que Fraser não poderia ter antecipado a partir de um contexto Norte-Atlântico. A ausência histórica de políticas públicas de cuidado que funcionem de forma eficaz, a concentração do trabalho doméstico e de cuidado sobre as mulheres, a precariedade do mercado de trabalho que impede que a maior parte das famílias de classes populares tenham acesso a serviços pagos de suporte ao cuidado, e o racismo estrutural que delega às mulheres negras e pardas o peso mais grave de toda essa estrutura: Esses fatores combinados produzem o que esta tese nomeia como “as morfologias da maternidade brasileira”, formas específicas de viver a maternidade que não podem ser compreendidas fora das condições que as produzem.

Federici (2017), por sua vez, ao pensar a origem da exploração do trabalho reprodutivo afirma que o capitalismo primitivo converteu o corpo feminino em objeto de biopoder, ela está descrevendo um processo que continuamente incide sobre os corpos das mulheres. O corpo ocupa, nesta tese, uma posição central que não é metafórica, é analítica. O corpo da mulher-mãe brasileira é o lugar onde as morfologias da maternidade se inscrevem de forma mais concreta e mais dolorosa.

O conceito de “crise do cuidado” de Fraser e as teorias de Federici pareciam dialogar diretamente com o meu objeto em estudo, e foram as teorizações dessas duas autoras que abriram novas perspectivas, configurando-se em “achados”, possibilitando pensar uma questão absolutamente comum às mães brasileiras: A dinâmica de tentar conciliar maternidade e trabalho profissional no Brasil. Mas, por que “tentativa” e não exatamente “conciliar”?

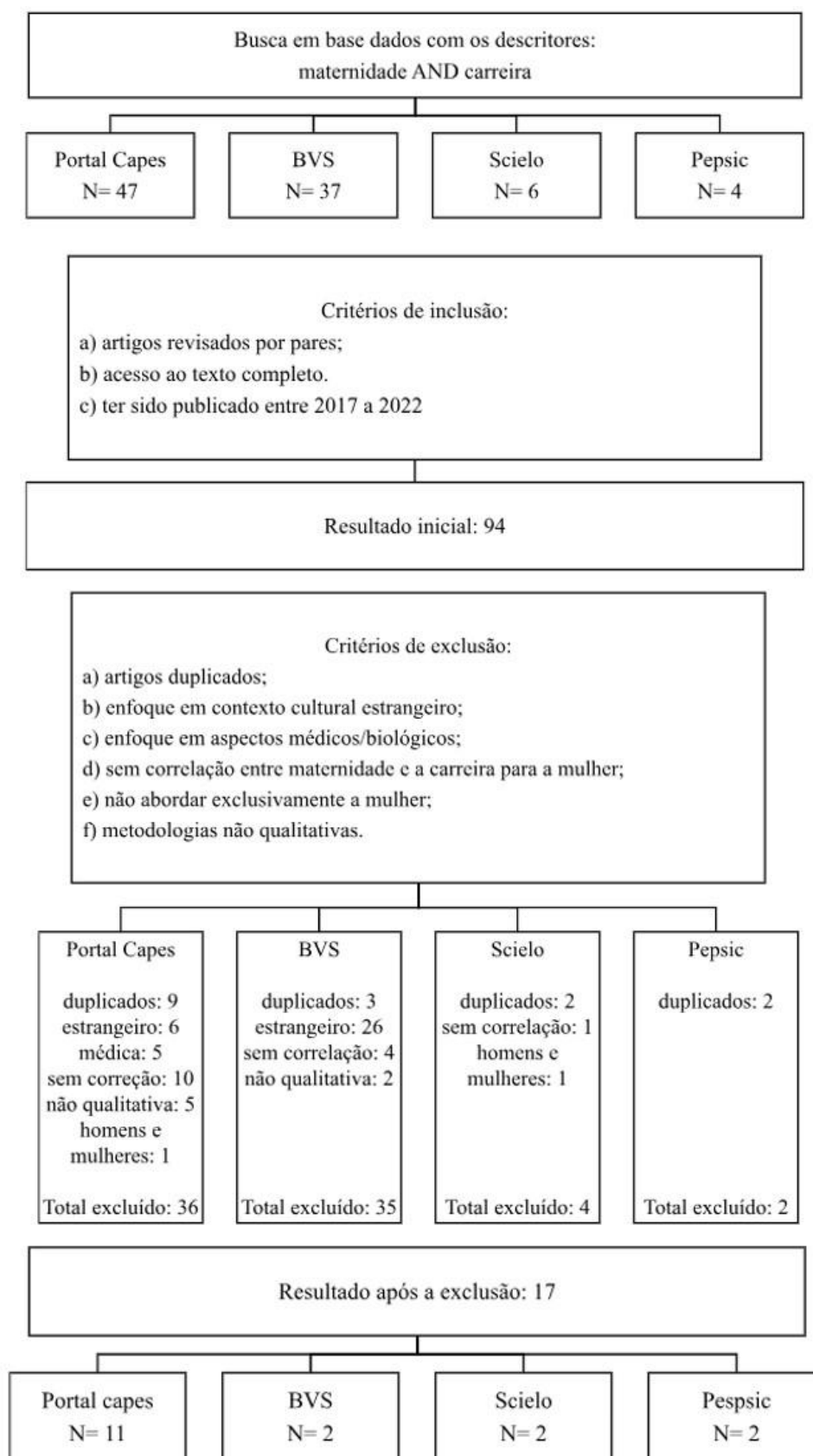
Inicialmente, o verbo “tentar” não fazia parte do vocabulário desse artigo da tese. A primeira versão deste segundo artigo tinha como proposta ser mais uma revisão crítica da literatura, com o objetivo de dar visibilidade a um aspecto importante do trabalho de maternar: O trabalho psíquico da mulher-mãe de classe média brasileira. Para tanto, buscou-se articular os resultados dos conteúdos presentes nos artigos revisados à metapsicologia psicanalítica, para pensar o jogo de forças que se impõe sobre a mulher em suas múltiplas funções, ou seja, as pressões sociais que recaem sobre ela ao conciliar maternidade e trabalho.

Assim, partiu-se de uma revisão crítica da literatura a partir dos descritores “maternidade” AND “trabalho” OR “trabalho materno” AND “carreira” nas bases de dados nacionais, do período de 2017 a 2022. O resultado inicial somou 94 artigos, atendendo aos critérios de inclusão: artigos revisados por pares e ter acesso ao texto completo. Todos os artigos encontrados foram submetidos, posteriormente, aos critérios de exclusão: artigos duplicados, localizar-se em contexto estrangeiro, não apresentar uma correção entre maternidade e carreira ou trazer um enfoque aos aspectos biológicos da mulher e não abordar a diferença sexual do trabalho, ou seja, não levar em conta as questões de gênero.

Para auxiliar no processo de seleção dos artigos foram elaboradas perguntas relativas ao objetivo da pesquisa: “Os estudos analisados estabelecem alguma correlação entre maternidade e carreira?”; “Os estudos analisados apresentam intersecção de classe, raça e gênero?”; e, por fim, “Aspectos subjetivos da mulher brasileira são abordados?”.

Foram excluídos artigos teóricos ou de metodologias não qualitativas, sendo elegíveis apenas aqueles que de alguma forma se colocaram a ouvir as mulheres brasileiras que vivem a maternidade. A seleção dos artigos para esta pesquisa contou com a colaboração das pesquisadoras voluntárias Ingrid Soti e Loren Xaxá, na leitura e identificação das respostas das questões acima em cada artigo. O resultado foi de 17 artigos, cujo percurso de seleção está sintetizado no fluxograma abaixo:

Figura 1. Fluxograma de Seleção dos Artigos



A revisão crítica desses artigos tornou possível construir um novo entendimento acerca da extensão do trabalho psíquico da mulher de classe média frente às exigências da maternidade e do trabalho profissional. O que se percebeu em decorrência da revisão crítica dos 17 artigos sobre maternidade e trabalho é que a mulher de classe média, pode até tentar conciliar essas duas frentes de sua vida, sem jamais alcançar um ponto de estabilidade.

A partir das noções freudianas de aparelho psíquico e seu funcionamento, bem como os ideais culturais socialmente compartilhados de mulher contemporânea, a ideia de conciliação entre maternidade e trabalho foi por água abaixo. Foi possível igualmente perceber na análise dos artigos selecionados uma lacuna epistemológica, a ausência de estudos que pensem o fenômeno das maternidades nas classes sociais mais vulneráveis, uma vez que grande parte dos artigos revisados abordaram o contexto da classe média, enfatizando a importância na compreensão das interseccionalidades de gênero, raça e classe e sua relação no exercício da maternidade. Tais reflexões impuseram mudanças fundamentais no entendimento acerca do que nos acostumamos a aceitar como conciliáveis para as mulheres frente à maternidade e sua atividade remunerada no Brasil.

Assim, partindo de uma revisão crítica da literatura, o manuscrito final permitiu colocar a “crise do cuidado” como ponto central para pensar a impossibilidade de conciliar trabalho profissional e maternidade para mulheres de classe média, buscando contrapor-se à noção de fracasso pessoal, para pensar uma condição estrutural socialmente imposta a sobrecarregar a mulher.

Foi possível concluir ainda que a crise do cuidado que se impõe na atualidade inviabiliza que a mulher brasileira de classe média concilie efetivamente a maternidade e a manutenção do trabalho remunerado, produzindo processos de sofrimento nos quais comparecem a culpa e o medo do fracasso, exigindo que o psiquismo da mulher em tal condição no Brasil trabalhe sem pausa.

Por fim, o produto dessa etapa da pesquisa tornou-se um estudo teórico, uma vez que todo artigo teórico é também um artigo de revisão crítica de uma determinada literatura, conforme esclarece a American Psychological Association (2020), buscando-se utilizar a literatura científica existente de forma crítica para expandir os construtos teóricos estabelecidos, sem se limitar a relatar dados empíricos.

Referências:

- Albuquerque, N. P. de, Hasse, M., Silva, E. P. de Q., Anderson, M. I. P., & Teixeira, F. B. (2022). Entrecruzamento de desigualdade: gênero e maternidade na carreira de médicas de família e comunidade. *Revista de APS*, 25(Supl. 1), 41–57. <https://doi.org/10.34019/1809-8363.2022.v25.35434>
- Alencar, A. C. N., & Amarante, J. M. (2020). Mulheres que romperam o "teto de vidro". *CGE*, 8(1), 65–76. <https://doi.org/10.32888/cge.v8i1.40092>
- Alexandre, V. C. S., & Nobre, M. T. (2018). Ladainhas de juventudes: enredos de meninas-mulheres ribeirinhas e seus (des)encontros com a escola. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(3), 1–16. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-89082018000300006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt
- Almeida, V. C. de, & Mota-Santos, C. M. (2018). Trabalho, carreira e maternidade: perspectivas e dilemas de mulheres profissionais contemporâneas. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 19(3), 583–605. <https://doi.org/10.13058/raep.2018.v19n3.1119>
- Alvarez, A. (1994). *Companhia viva: psicoterapia psicanalítica com crianças autistas, borderline, carentes e maltratadas*. Artes Médicas.
- American Psychological Association. (2020). *Publication manual of the American Psychological Association* (7th ed.). <https://doi.org/10.1037/0000165-000>
- Andrade, C. de J., & Praun, L. (2020). Estratégias defensivas utilizadas frente à conciliação maternidade e trabalho: um olhar para as profissionais da educação. *Brazilian Journal of Development*, 6(6), 35436–35452. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n6-181>
- Bitencourt, S. M. (2019). A maternidade para um cuidado de si: desafios para a construção da equidade de gênero. *Estudos de Sociologia*, 24(47), 261–281. <https://doi.org/10.52780/res.11407>
- Cembranel, P., Floriano, L., & Cardoso, J. (2021). Mulheres em cargos de liderança e os seus desafios no mercado de trabalho. *Revista de Ciências da Administração*, 22(57), 57–67. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2020.e78116>

- Ceribeli, H. B., & Silva, E. R. (2017). Interrupção voluntária da carreira em prol da maternidade. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 11(5), 116–139. <https://periodicos.uff.br/pca/article/view/11316>
- Emidio, T. S., & Castro, M. F. (2021). Entre voltas e (re)voltas: um estudo sobre mães que abandonam a carreira profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, e221744. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221744>
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (Coletivo Sycorax, Trad.). Elefante. (Trabalho original publicado em 2004)
- Fraser, N. (2020). Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia*, 27(53), 261–288.
- Martins, G. D. F., Leal, C. L., Schmidt, B., & Piccinini, C. A. (2019). Motherhood and work: experience of women with established careers. *Trends in Psychology*, 27(1), 69–84. <https://doi.org/10.9788/TP2019.1-06>
- Monteiro, P. F. H. de Q., Lemos, A. H. da C., & Costa, A. de S. M. da. (2021). As razões do opt-out: um estudo sobre mulheres que interromperam suas carreiras em função da maternidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 16(2), 134–154. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.42934
- Nardes, L., Gallon, S., & Rech, E. (2022). Os desafios enfrentados no desenvolvimento da carreira das mulheres de diferentes gerações. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 21(2), 322–344. <https://doi.org/10.21529/RECADM.2022012>
- Rodrigues, J. S., & Morais, N. A. (2021). Interação família-trabalho: um estudo sobre maternidade na pós-graduação. *Revista da SPAGESP*, 22(2), 147–167. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702021000200012
- Rossini, A. P. P., & Messias, J. C. C. (2022). Desafios das trabalhadoras mães de crianças pequenas durante a pandemia Covid-19. *Revista Subjetividades*, 22(1), e12327. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v22i1.e12327>
- Schulte, A. A., Gallo-Belluzo, S. R., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2019). A experiência emocional de autoras de mommy blogs. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 10(1), 107–130. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072019000100007
- Silva, M. P., Pereira, M. M. O., Antunes, L. G. R., Silva, F. D., & Castelan, M. C. F. (2019). Conciliando maternidade e carreira profissional: percepções do ensino superior. *Revista Vianna Júnior*, 10(2), 190–216. <https://doi.org/10.31994/rvs.v10i2.586>
- Silva, N. C. da, & Gonçalves, E. M. (2018). O discurso das mulheres fotojornalistas: desequilíbrio entre trabalho remunerado e maternidade como apelo profissional. *Brazilian Journalism Research*, 14(1), 202–219. <https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1056>

Artigo 2

A crise do cuidado e a mulher-mãe de classe média brasileira

Resumo: Este é um ensaio teórico cujo objetivo é compreender os impactos da “crise do cuidado”, fruto da contradição existente entre o trabalho produtivo e reprodutivo presente nas sociedades ocidentais capitalistas, na vida da mulher-mãe-trabalhadora brasileira. Para tanto, articulou-se teoricamente conceitos psicanalíticos, teorias feministas e estudos empíricos que versam sobre a mulher brasileira em meio a tentativa de conciliar os trabalhos produtivo e reprodutivo. A partir do empreendimento proposto, foi possível considerar que o ideal de mulher vigente na cultura contemporânea brasileira ainda estabelece que a mulher deve ser esposa, mãe dedicada e profissional de sucesso, ao mesmo tempo em que a mesma cultura despreza e invisibiliza as funções de cuidado. Conclui-se, assim, que a chamada “crise do cuidado” expõe a negligência política a que as mulheres brasileiras estão submetidas, sobretudo as mães trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social, resultando em prejuízos que, além da sobrecarga advinda da invisibilização e desvalorização das funções de cuidado, impossibilita conciliar efetivamente o trabalho produtivo com a maternidade.

Palavras-chave: Mulher; maternidade; trabalho reprodutivo; trabalho produtivo; crise do cuidado.

A compreensão do que é ser homem e ser mulher está diretamente relacionada aos ideais que circulam na cultura, que por sua vez configura as formas possíveis de ser e sofrer no mundo, conforme afirma Minerbo (2014). Simone de Beauvoir (1949/2016) lembra ainda que, por um extenso período da história ocidental, o “ser homem” e o “ser mulher” estiveram diretamente relacionados à perspectiva biológica dos corpos, ancorando a identidade da mulher à maternidade, pela existência do útero e, a do homem, à força.

Muito mais do que apenas um simples conjunto de palavras a caracterizar a diferença sexual entre homens e mulheres, tal configuração é considerada por Freud (1914/2010a) como a dimensão social da subjetividade, ou seja, a dimensão detentora dos elementos simbólicos que irão constituir subjetivamente os homens e mulheres ocidentais. De forma semelhante, Jung (1959) nomeia essas imagens, primordiais e fundamentais a estruturar o inconsciente coletivo, de arquétipos.

A segmentação instituída pela cultura ocidental ao longo da história relaciona-se à divisão social do trabalho, baseada nas diferenças sexuais, conforme é possível extrair de Hirata e Kergoat (2007). Uma divisão ideológica que se pauta em elementos biológicos, que foi naturalizando a mulher como cuidadora por possuir útero, gestar e amamentar, e o homem como o provedor, por não possuir útero nem poder gestar e amamentar, destinando o lugar social da mulher ao espaço doméstico e familiar e do homem ao espaço público.

Federici (2017) nomeia como trabalho reprodutivo todo e qualquer trabalho que envolva a manutenção da vida, incluindo o trabalho doméstico e o próprio autocuidado, além do trabalho de gestar, parir e maternar. A autora nomeia, por sua vez, de trabalho produtivo o trabalho monetizado, aquele que prevê o pagamento de um salário. Assim, dentro dessa perspectiva histórica, homens e mulheres foram se constituindo numa cultura que organiza as mulheres para desempenharem o trabalho reprodutivo e, os homens, o trabalho produtivo.

Já no período do pós-guerra, especialmente na década de 1960, efetivou-se a introdução de “gênero” como categoria de análise histórica para a compreensão das diferenças sexuais. Para Scott (1995), a categoria “gênero” possibilitou considerar a cultura e não mais o anatômico como o aspecto predominante para se pensar as diferenças entre os sexos, bem como os mecanismos opressores historicamente perpetuados pela cultura sobre as mulheres. A introdução da categoria “gênero” produz, assim, uma ruptura epistemológica em que se impõe a necessidade de se encampar um processo multidisciplinar e interseccional ao se

abordar qualquer questão relacionada à mulher ou ao homem, conforme destacam Rossafa e Blum (2021).

Ressalta-se que o termo interseccionalidade foi nomeado pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw em 1989, conforme aborda Kyrillos (2020), de forma a permitir a análise de múltiplas formas de opressão conjuntamente. Um conceito que, para Hirata (2014), significa compreender as formas de opressão vigentes em uma determinada cultura, como de gênero, de raça e classe e as formas pelas quais esses fatores se entrecruzam e produzem realidades. Além da ruptura epistemológica ocasionada pela categoria “gênero”, várias outras mudanças políticas, sociais e culturais do período pós-guerra foram fundamentais para transformar a posição simbólica da mulher na cultura ocidental, instituindo novos ideais emancipadores, indicando que as violências, silenciamentos e opressões sofridos pelas mulheres poderiam ser superados (Rossafa & Blum, 2021).

Mesmo assim, estudiosas no campo dos feminismos, como Fraser (2009), têm alertado ao longo das últimas décadas como o poder patriarcal, aquele que se beneficia da desigualdade de gênero entre homens e mulheres, encontra formas de se atualizar e de se reapresentar ao longo da história, perpetuando uma relação de dominação que atravessa todas as instâncias sociais. Tal relação de dominação se manifesta no campo do trabalho produtivo, submetido à lógica capitalista de tal forma a configurar o mundo do trabalho como um espaço feito por e para homens, conforme asseveram Antloga et al. (2020), pautado na histórica e contínua degradação social das mulheres, por meio da exploração e desvalorização do trabalho reprodutivo, nas palavras de Federici (2017):

No novo regime monetário, somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho. O trabalho reprodutivo continuou sendo pago — embora

em valores inferiores — quando era realizado para os senhores ou fora do lar (Federici, 2017, p. 145).

A produção-para-o-mercado, nos termos de Federici (2017), apresentou-se no nos séculos XVI e XVII como os novos alicerces de uma configuração diferente da lógica feudal que vigorava no continente europeu até então, em que predominavam os trabalhos coletivos e a concessão de espaços de cultivo. Para a autora, é a partir desse novo regime que o útero efetivamente se torna um objeto de biopoder e o trabalho reprodutivo passa a ser amplamente desvalorizado, incorporando-se ao modo de produção capitalista ao longo dos séculos seguintes, interferindo diretamente na maneira como as atividades de cuidado são consideradas, desempenhadas e valorizadas.

Entre as consequências mais recentes dessa lógica de exploração do trabalho reprodutivo pode-se destacar o que Fraser (2020) denomina como a “crise do cuidado”, uma crise resultante das pressões multifatoriais que põem em risco capacidades sociais fundamentais para a manutenção da vida, ou seja, “as capacidades sociais disponíveis para dar à luz e criar crianças, cuidar de amigos e familiares, manter lares e comunidades mais amplas e, de modo mais geral, sustentar conexões” (p. 261).

Ao destacar a “crise do cuidado” como uma realidade nas sociedades ocidentais de bases capitalistas, a autora chama a atenção para a invisibilização e desvalorização de toda e qualquer atividade de cuidado, justamente o tipo de atividade que não pode deixar de ser feito para que a vida humana seja possível. A problemática exposta por Fraser é justamente a escassez de espaço reconhecido na contemporaneidade para o exercício de uma atividade tão fundamental em detrimento da supervalorização das atividades produtivas, colocando estas últimas em risco, uma vez que sem a primeira, qualquer outra atividade que se cogite desempenhar perece.

Esse descompasso entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, ou atividade sócio-reprodutiva, impacta, dessa forma, muito mais diretamente as mulheres do que os homens nas culturas regidas pelo patriarcado do salário (Federici, 2017). Esse impacto é ainda mais nocivo para as mulheres de países colonizados, como o Brasil, sobretudo quando considerados os aspectos interseccionais relacionados à vida das mulheres.

A mulher contemporânea brasileira tem sido subjetivada em meio a ideais nada modestos, em um contexto social marcado por desigualdades estruturais profundas, impondo uma lógica que a coloca entre a cruz e a espada, ou seja, a “cruz de subir o Gólgota bancando os próprios desejos e a espada das exigências sociais que impõem padrões para satisfazer o desejo de sucesso profissional e de mãe e esposa dedicada” (Rossafa & Blum, 2021, p. 125).

Frente a ideais que se avolumam sobre a mulher no Brasil, chama-se atenção para a sobrecarga de trabalho que envolve lidar simultaneamente com o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo, nos diversos contextos que compõem a realidade brasileira. É nesse campo de lutas entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, em meio a crise do cuidado, que este ensaio se localiza, fazendo jus a importância de visibilizar aspectos interseccionais da mulher brasileira frente aos desafios de seu tempo e país.

Reconhecendo, portanto, que homens e mulheres são constituídos num contexto em que vigora uma lógica de exploração do trabalho reprodutivo, um trabalho exercido ainda majoritariamente pelas mulheres, em plena crise do cuidado, interessa a este estudo evidenciar os impactos dessa grande contradição para a mulher brasileira. Mas, qual mulher brasileira? Interessa-nos pensar como essa contradição se impõe na vida da mulher que é mãe e, portanto, desempenha o trabalho reprodutivo diretamente com os filhos e, concomitantemente, busca desempenhar o trabalho remunerado, o produtivo, que lhe garanta participação no orçamento familiar.

Aqui vale destacar uma importante distinção entre ter uma carreira profissional e ter um trabalho produtivo. Carreira profissional é, segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2025), atividade profissional em que há progressão ou promoção. Embora tanto carreira profissional quanto trabalho signifiquem desempenhar uma atividade produtiva, a primeira é, geralmente, resultado de um processo de investimento pessoal que envolve um processo relativamente longo de formação técnica. Um recurso, ainda na contemporaneidade, muito mais acessível às mulheres de classe média, uma vez que Souza (2018), compreende a classe média como sendo a parcela da sociedade que se assenta, sobretudo, na apropriação e reprodução de capital cultural transmitido no interior da família desde a infância e a adolescência. Para o autor, a classe média não pode ser definida por critérios econômicos de renda, mas pela apropriação privilegiada do capital cultural.

Porém, mesmo no interior da classe média a categoria “carreira profissional” possui suas diferenças. Uma mulher que trabalha como juíza, médica ou servidora pública de altos postos é bem diferente da mulher que trabalha como professora da educação infantil, técnica em enfermagem ou técnica administrativa, por exemplo. Talvez, a principal diferença seja a possibilidade de permanência em um trabalho e de continuidade de renda. Para este estudo, nos interessa compreender como se dá essa tensão entre maternidade, ou trabalho reprodutivo, e o trabalho profissional ou carreira, para a mulher brasileira.

Orientado teoricamente pelas perspectivas feministas e pelo paradigma de pensamento da Psicanálise, este estudo tem como objetivo apresentar argumentos que permitam compreender como se dá o processo de tentar conciliar a maternidade e a manutenção de um trabalho profissional para a mulher brasileira de classe média e os correspondentes aspectos subjetivos.

Para tanto, o presente manuscrito busca expandir os construtos teóricos da literatura existente de forma crítica, conforme recomenda a American Psychological Association

(2020), propondo ampliar o entendimento acerca da extensão do trabalho psíquico da mulher de classe média frente às exigências da maternidade e do trabalho profissional e compreender até que ponto é de fato possível conciliar a maternidade e o trabalho profissional na vida da mulher de classe média no Brasil.

Afinal, olhar para a nossa realidade hoje e oferecer contribuições que permitam construir novas perspectivas para a mulher no Brasil, não apenas valoriza e legitima os trabalhos desempenhados por elas, mas também possibilita pensar formas de nos reposicionarmos na relação com este tempo e cultura e com a lógica do trabalho (produtivo e reprodutivo) que lhes são consubstanciais.

O duplo ideal constitutivo para a mulher no Brasil

O paradigma de pensamento psicanalítico considera que as formas pelas quais os sujeitos encontram de existir no mundo condicionados à cultura vigente em uma determinada época, conforme afirma Minerbo (2014). Nas palavras de Freud (1914/2010a): “O indivíduo tem de fato uma dupla existência, como fim em si mesmo e como elo de uma corrente, à qual serve contra — ou, de todo modo, sem — a sua vontade.” (p. 14).

Rossafa e Blum (2021) lembram ainda que a Psicanálise “admite que a vida psíquica do sujeito resulta do funcionamento do próprio aparelho psíquico, que é constituído por três instâncias: Id (isso), ego (eu) e superego (supereu)” (p. 100). A maneira como essas três instâncias relacionam-se entre si constitui uma organização subjetiva a partir de um elemento fundamental que Freud (1915/2010b) denominou como *Trieb*, cuja tradução pode ser encontrada por pulsão ou instinto. Por haver um consenso nos círculos psicanalíticos acerca da tradução “pulsão”, opta-se por manter essa terminologia.

A pulsão é o elemento fundamental da constituição psíquica, porque é a partir dela que o sujeito interage e internaliza os objetos externos. Para Freud (1915/2010b), a pulsão aparece como um conceito-limite entre o corpo e a alma, ou o somático e o anímico, “como o

representante psíquico dos estímulos oriundos do interior do corpo e que atingem a alma, como uma medida do trabalho imposto à psique por sua ligação com o corpo” (p. 37). A pulsão é, portanto, fundamental para a constituição psíquica justamente por impor ao sujeito uma exigência de trabalho do qual resultará uma estruturação psíquica. Um trabalho absolutamente singular que vai, nos termos freudianos, ligar a alma ao somático. Esse trabalho é, conforme Freud (1923/2011) postulou, resultado de um jogo de forças entre os elementos culturais e as instâncias da segunda tópica freudiana id, ego e superego, constituindo a dinâmica psíquica.

O Id é a fonte de energia psíquica, representante das pulsões, ou *Trieb*. O ego é a instância singular oriunda da relação que o Id estabelece com a realidade, a cultura e a linguagem. Já o superego é a instância que assinala a consciência moral no imaginário do sujeito, ou seja, as normas culturais e padrões de conduta. “Do ego espera-se uma plasticidade mais ou menos capaz de administrar as tensões pulsionais entre os imperativos do id e as normas culturais internalizadas pelo indivíduo, por meio de uma rede de representações simbólicas constitutivas” (Rossafa & Blum, 2021, p. 104).

Ao abordar a transmissão da cultura e seus ideais, Freud (1923/2011) considera que o superego “não se esgota na advertência: “Assim (como o pai) você deve ser”; ela compreende também a proibição: “Assim (como o pai) você não pode ser (pp. 42-43)”, ou seja, os ideais de conduta são transmitidos de superego a superego.

“Pode-se então considerar que o ideal de ego determina como o indivíduo deve ser, relacionando-se à dimensão identificatória, ou seja, o eixo narcísico primário. O superego, por sua vez, estabelece as proibições, aquilo que não se deve ser e está relacionado à instituição da lei” (Rossafa & Blum, 2021, p. 117).

Assim, o processo de constituição subjetiva, ou psíquica, vai se operando de maneira singular a introjetar elementos simbólicos da cultura em que comparecem, inevitavelmente, os

ideais culturais a compor o ideal de ego, de como o sujeito deve ser, e as proibições de como o sujeito não deve ser, sendo cobradas pelo superego. Embora esse trabalho psíquico seja necessariamente singular, ou seja, cada ser humano vai, como definia Winnicott (1971/1975), criando e achando um entendimento de mundo e de si mesmo, um ser humano necessita de outros seres humanos para se fazer humano.

Isso porque o bebê não pode inicialmente fazer esse trabalho sozinho, alguém precisa fazê-lo por ele e, posteriormente, com ele, até que o bebê tenha condições de fazer sozinho. É justamente nessa relação de transmissão, de cuidado, de maternagem que “a fruta não cai longe do pé”, ou seja, são os aspectos simbólicos da cultura que auxiliam a ligar a alma ao somático e transformar o ser nascente em um indivíduo socialmente forjado, segundo Castoriadis (1987/2002). Auxiliar a tornar humano um outro ser humano é, para Winnicott (1958/2000), desempenhar o *holding*, correspondente a sustentar o suporte físico e psíquico ao bebê e o *handling*, que corresponde a desempenhar o manejo corporal e suas consequências psíquicas.

No dia a dia da maternagem, desempenhar o *holding* é dar colo, trocar fralda, amamentar, vestir, velar o sono, tentar decifrar o que cada choro quer dizer, enfim, oferecer tudo que um bebê precisa para viver e fazer a manutenção de seu bem-estar. Desempenhar o *handling* é manter uma relação permeada de ternura com o bebê mesmo diante do cansaço, estresse e privação do sono, é reconhecer sua condição de dependência e transmitir cuidado e afeto durante o *holding*. Para Lacan (1964/1998), este processo de amparo e manutenção da vida é o que faz com que o bebê se assujeite ao campo do Outro, produzindo os efeitos das operações de alienação e separação, fundamentais para a constituição do psiquismo.

A alienação é a via pela qual o bebê pode suportar sua condição enquanto Eu não unificado. Esta operação torna-se possível apenas com o assujeitamento ao campo do Outro e, conseqüentemente, ao próprio desejo do Outro. Nas palavras de Sbardelotto et al. (2016),

É esse Outro quem vai nomeando o bebê, é ele quem diz ao bebê quem ele é, como ele é, o que ele sente e nessa operação de nomeação o que vai sendo inserido são significantes que não são do bebê, eles são do Outro. O bebê vai tomando para si esses ditos do Outro e a partir disso vai ocorrendo o processo que se denomina de alienação ao Outro (p. 114).

Porém, para constituir-se sujeito é necessário que eventualmente ocorra um corte na relação de completude entre cuidador e bebê. Assim, o processo de separação tem por função, na esfera do simbólico, separar-se do outro alienante para que possa advir um sujeito de desejo. Tal movimento ocorre com a inscrição de novos significantes que vão indicando à criança que há algo para além dela no desejo da mãe. Destaca-se como nas teorias psicanalíticas dos referidos autores, a constituição psíquica envolve um processo que tem como pilar um outro que realize esse contínuo trabalho de amparo e sustentação, para que só então o psiquismo do bebê tome corpo e constitua um Eu.

Trata-se, portanto, de uma face do trabalho reprodutivo que nem sempre é considerada, a face que diz respeito ao trabalho de realizar a tramitação da energia psíquica de um organismo ao outro, de um corpo ao corpo, dos adultos para a criança, que em síntese significa ser uma companhia viva para um outro, conforme Alvarez (1994). Um trabalho de cuidado de fato invisível, pois ocorre de aparato psíquico a aparato psíquico desde o nascimento e configura-se condição necessária para a constituição subjetiva. Um trabalho que nunca mais deixa de ser solicitado e que é desempenhado majoritariamente por mulheres em países como o Brasil, muitas dessas mulheres constituídas por um duplo ideal que estabelece que devem ser mães e esposas dedicadas e profissionais de sucesso.

Assim, como desempenhar o *holding* e o *handling* quando grande parte dos afazeres domésticos está também ao encargo da mulher? Como ser uma companhia viva para o outro quando há uma urgência para retornar ao mercado de trabalho? Como desempenhar esse

trabalho psíquico em meio à crise do cuidado? Essas são algumas das angústias que a realidade brasileira parece impor cotidianamente às mães-trabalhadoras no desempenho da maternagem.

Conciliação? A que preço?

No cenário contemporâneo, o materno, conforme afirma Bitencourt (2019), parece competir diretamente com a carreira e impacta de forma negativa a atuação profissional da mulher no Brasil, um fenômeno que pode ser atribuído ao “impulso do capital para a expansão da acumulação se desprende de suas bases sociais e se volta contra elas” (Fraser, 2020, p. 266), desvalorizando toda e qualquer atividade sócio-reprodutiva.

Mas, todas as mulheres brasileiras atravessam esse dilema? Embora não seja possível afirmar quantas mulheres enfrentam tal dilema, é possível considerar que é comum que as mulheres tenham suas carreiras diretamente impactadas pela maternidade – a incompatibilidade existente entre carreira e maternidade é uma das consequências impostas pela crise do cuidado (Fraser, 2020) à generalidade das mulheres no Brasil.

Alexandre e Nobre (2018), por exemplo, ao investigarem a vida de mulheres jovens e pobres da Zona de Expansão Urbana de Aracaju, puderam afirmar o peso do discurso tradicional a recair sobre elas, responsabilizando-as pelo próprio destino: Ser mãe ou estudar e ter uma carreira. Ao escutar essas jovens mulheres periféricas, as autoras atestam as dificuldades de ascensão social enfrentadas por elas, sobretudo por se tratar de um contexto em que a gravidez na adolescência é muito frequente e as estigmatiza, impedindo-as de frequentar uma universidade e, conseqüentemente, ter uma carreira.

Enquanto mulheres de comunidades vulnerabilizadas ainda se debatem sobre a possibilidade de ascender socialmente pelo ensino superior, às mulheres de classe média a maternidade se apresenta como um problema para a progressão e manutenção da carreira. O fenômeno do *opt-out*, ou seja, a interrupção voluntária da carreira de mulheres para se dedicar

exclusivamente à maternidade é, segundo Monteiro et al. (2021), uma saída para o exercício da maternidade, sobretudo para as mulheres de classe média.

Para as autoras, mesmo que as mulheres adeptas do *opt-out* sentissem inicialmente o alívio e a libertação por renunciarem a suas carreiras, tal escolha não foi isenta de conflitos como crises de identidade, depressão, desajuste matrimonial, sobrecarga e medo de retornar ao mercado de trabalho, sendo sentimentos que igualmente impulsionam a retirada do campo do trabalho. Além disso, o *opt-out* aparece como uma solução para questões que muito mobilizam as mulheres frente a maternidade: a impossibilidade de se ausentar e o tempo despendido no trajeto casa-trabalho; valorização da maternidade frente a dificuldade para engravidar; dar conta de si e do bebê frente ao puerpério; e a interrupção do aleitamento materno. Todos esses motivos deixam explícita a impossibilidade de conciliar as exigentes demandas dos ambientes profissional e familiar.

O retorno ao campo do trabalho produtivo após a licença-maternidade também impõe dificuldades às mulheres, conforme asseveram Andrade et al. (2020). Ao analisar as estratégias defensivas utilizadas por 13 profissionais da área de educação, do estado de Minas Gerais, egressas da licença maternidade, as autoras concluíram que, diferentemente do que sugerem teóricos da psicodinâmica do trabalho, as participantes fizeram uso das estratégias defensivas, não para se defenderem no contexto de trabalho, mas sim para saberem como lidar com seus conflitos pessoais frente à demanda de ser uma “boa mãe”.

O que os estudos acima mencionados parecem escancarar é como o *déficit* de cuidado derivado da contradição entre o trabalho reprodutivo e a atividade econômica tem se manifestado na sociedade brasileira, impondo uma sobrecarga na vida da mulher que, quando muito, pode “escolher” renunciar à própria carreira para dedicar-se à maternidade. Seja como for, estamos diante de um cenário em que se espera que o trabalhador esteja constantemente disponível às demandas do trabalho produtivo, segundo Nardes et al. (2022).

A sobrecarga fruto do acúmulo das tarefas sócio reprodutivas torna impossível para a mulher brasileira conciliar a maternidade e o trabalho profissional, denunciando que as atividades domésticas e de cuidado não apenas seguem atreladas à mulher como também há cada vez menos espaço para tais atividades (Fraser, 2020). A maternidade passou a ser considerada um obstáculo e até mesmo um problema no curso do desenvolvimento de uma carreira para a mulher (Bitencourt, 2019).

A estruturação das relações de gênero no mundo do trabalho não se limita à simples divisão de tarefas, mas se traduz em hierarquias sociais persistentes. Hirata e Kergoat (2007) demonstram que, mesmo diante da crescente participação feminina no mercado produtivo, a chamada “sobrecarga global de trabalho” permanece como marca da experiência das mulheres, que acumulam jornadas remuneradas e não remuneradas sem que haja redistribuição efetiva dessas responsabilidades.

No Brasil, essa sobrecarga é atravessada por marcadores de raça e classe: mulheres negras, historicamente vinculadas ao serviço reprodutivo, ainda hoje ocupam majoritariamente postos de trabalho doméstico precarizado, perpetuando estereótipos coloniais e aprofundando ciclos de marginalização (Hirata, 2014). Não por acaso, 58% das trabalhadoras domésticas remuneradas no país são negras (IPEA, 2025), evidenciando como a interseção entre gênero, raça e classe estrutura as desigualdades e limita as possibilidades de emancipação. Além disso, três em cada quatro domicílios brasileiros não têm acesso regular a creches e as mães solo já somam 11,6 milhões de famílias (IBGE, 2022), tornando-se as únicas provedoras e cuidadoras.

Enquanto os dados acima apontam para uma realidade social dramática para as mulheres, sobretudo as mulheres negras e periféricas, em termos arquetípicos, a mulher brasileira continua sendo subjetivada de forma a encarnar simultaneamente o arquétipo da “Grande Mãe”, símbolo de cuidado, proteção e abnegação, e o arquétipo da “Profissional

Bem-Sucedida”, que valoriza autonomia, produtividade e ascensão individual. Dessa disjunção é possível considerar a sobrecarga psíquica da mulher que se constitui em meio a um conflito arquetípico, conforme afirma Ussher (2011) – um conflito que parece afetar muitas mulheres brasileiras e que se manifesta cotidianamente como a ameaça de não poder entrar ou se manter no trabalho produtivo por causa da maternidade e a ameaça de não poder ser mãe por causa do trabalho produtivo.

Para as mulheres de classe média, as existências vão sendo assinaladas pelo trabalho de cuidado e pela luta pela permanência no trabalho remunerado, a exaustão da mulher brasileira em condição de vulnerabilidade social, cujo fracasso estrutural está posto pela desigualdade de raça e classe, é infinitamente maior, tornando a exaustão uma experiência ainda mais radical e invisibilizada (Alexandre & Nobre, 2018; Hirata & Kergoat, 2007). Dessa forma, a experiência das mães brasileiras é marcada por um ciclo de autossacrifício e autogerenciamento, em que a busca por corresponder ao ideal de mulher contemporânea acaba por reforçar mecanismos inconscientes de manutenção da própria sobrecarga.

As reflexões apresentadas apontam para a urgência de dar visibilidade e valor ao trabalho reprodutivo da mulher, reconhecendo-o como elemento central de sustentação da vida social e econômica. A construção de alternativas que promovam a redistribuição do cuidado, a ressignificação dos ideais culturais e o fortalecimento das redes de apoio é fundamental para que seja possível cuidar de quem tanto faz e tanto cuida.

Quem cuida da cuidadora? A outra face da crise do cuidado.

Se há um consenso entre as teóricas feministas acerca da maternidade, é o de que a sobrecarga vivida pela mulher brasileira ao conciliar a maternidade e o trabalho reprodutivo no Brasil é ainda mais pesada à medida que se desce na escala social, denunciando os meios pelos quais a crise do cuidado impacta as vidas das mulheres no Brasil.

A ausência de rede de apoio que permita à mulher dividir a carga do trabalho reprodutivo é um dos aspectos que chama a atenção. Para Rossini e Messias (2022), é evidente que o mundo do trabalho não considera a existência das atividades sócio reprodutivas na vida de seus trabalhadores e que cabe a cada mãe-trabalhadora a mobilização própria na construção de uma rede de apoio.

As autoras citam ainda que a principal função da rede de apoio é auxiliar a mulher a desempenhar o trabalho reprodutivo e, assim, manter-se no trabalho. Tal rede é composta principalmente por outras mulheres que são, muitas vezes, terceirizadas, como babás, empregadas domésticas, além de todo sistema pedagógico composto sobretudo por outras mulheres em creches e escolas. Um trabalho precarizado, desvalorizado e informal (Federici, 2019), configurando-se como mais um aspecto da crise do cuidado.

A importância da rede de apoio pode ser considerada igualmente relevante como fator de cuidado com a mãe, produzindo benefícios à saúde física e mental da mulher pela divisão das tarefas reprodutivas, possibilitando mais horas de descanso (Rossini & Messias, 2022). Uma vez que, quanto menor a rede de apoio e os recursos afetivos disponíveis, maior a carga psíquica, o que predispõe a quadros de exaustão e adoecimento, conforme lembram Albuquerque et al. (2022). Além disso, a presença de mais de uma pessoa responsável pelas atividades de cuidado acaba por se desenhar como uma estratégia coletiva das mulheres para lidar com as expectativas sociais relacionadas à maternidade que cobra ainda mais desempenho das mães no maternar (Alexandre & Nobre, 2018).

A constituição de uma rede de apoio pode, portanto, permitir que a mulher divida as tarefas de cuidado e negocie com os rigorosos ideais culturais de maternidade a exigir alta performance da mulher. Ao mesmo tempo em que está muito associada à divisão das funções reprodutivas para que a mulher possa corresponder aos imperativos do mundo do trabalho.

Para Schulte et al. (2019), não é apenas no contexto dos cuidados com a família que a rede de apoio ganha destaque, mas também no próprio ambiente de trabalho, de forma a permitir menor discrepância de produtividade, permitindo que as mulheres-mães se dediquem ainda mais ao trabalho produtivo, contribuindo com o estado de sofrimento social dessas trabalhadoras, oriundo do desamparo, da humilhação e da injustiça.

A análise teórica empreendida nesta pesquisa oportuniza visibilizar o volume de trabalho psíquico imposto à mulher brasileira, sobre a qual recai um trabalho constante em sustentar o ideal de mãe dedicada e profissional de sucesso e lutar contra o fracasso, sem contar com uma rede de apoio que permita realmente amenizar as cobranças do superego em relação aos ideais culturais internalizados. Pelo contrário, é possível vislumbrar que a rede de apoio serve muito mais para que as mulheres estejam mais disponíveis para o trabalho produtivo do que obter alívio da sobrecarga de trabalho, até mesmo porque, sendo uma estratégia coletiva entre mulheres, é provável que a mulher que recebe o apoio de uma rede hoje venha a compor a rede que apoiará outra mulher amanhã.

Assim, o cuidado com a cuidadora segue sendo exercido por mulheres, não raras vezes, terceirizadas e precarizadas. Para dar conta da complexidade do fenômeno envolvendo a relação entre maternidade e carreira em meio à crise do cuidado, fazem-se fundamentais pesquisas que permitam compreender mais profundamente os efeitos dessa exaustiva dinâmica sobre as mulheres no Brasil e que levem em conta os aspectos interseccionais de raça e classe, tão estruturais em nosso país.

Contando com uma rede de apoio precária e desvalorizada, as mães brasileiras de classe média se desdobram para tentar conciliar a maternidade e o trabalho, em meio a uma crise do cuidado que desvaloriza toda e qualquer atividade sócio reprodutiva. Se é preciso uma aldeia inteira para se educar uma criança, como afirma o conhecido ditado africano, a

cada dia é possível testemunhar a aldeia se tornar mais e mais reduzida, fazendo com que o *holding* e o *handling*, o sustentar, cuidar e educar também se fragilizem na mesma velocidade.

Nesse sentido, políticas públicas como a Lei nº 15.069 (Brasil, 2024), que institui a Política Nacional de Cuidados são vitais para as mulheres de todo o Brasil, especialmente as mais vulnerabilizadas. Tal lei visa legitimar o direito de ser cuidada, de cuidar e de autocuidar-se e estabelece entre seus objetivos promover a implementação de ações pelo setor público e privado que possibilitem a compatibilização entre o trabalho remunerado, as necessidades de cuidado e as responsabilidades familiares relacionadas ao cuidado, bem como promover o reconhecimento, a redução e a redistribuição do trabalho não remunerado do cuidado, realizado primordialmente pelas mulheres.

A referida lei prevê ainda a promoção de políticas públicas para a pessoa que necessita de cuidados e para quem desempenha o trabalho de cuidado não remunerado, estabelecendo estratégias orçamentárias para incluir estados e municípios nas diretrizes da Política Nacional de Cuidados.

Para as mulheres brasileiras que são mães, a lei pode representar passo importante para o reposicionamento simbólico do trabalho reprodutivo na cultura, valorizando-o e, conseqüentemente, distribuindo-o de forma mais igualitária entre homens e mulheres. Porém, a própria Política Nacional de Cuidados, a depender dos rumos de sua implementação, pode acabar servindo de instrumento de manutenção ou estratificação do *status quo* e onerar ainda mais as mulheres que já desempenham funções de cuidado.

Outro entrave que se pode observar é que, mesmo contando com a força de uma lei nacional, faltam ações afirmativas que materializem benefícios definitivos para a vida das mulheres brasileiras, tais como equipamentos públicos, destinação de verbas e recursos específicos que permitam concretizar ações de cuidado que as ampare e garanta mudanças

significativas no campo simbólico da cultura revertendo, ainda que lentamente, a crise do cuidado.

Considerações finais

A partir do paradigma psicanalítico, foi possível considerar o peso do duplo ideal de mulher contemporânea que se impõe sobre a mulher no Brasil – um ideal que desconsidera a realidade social e suas interseccionalidades para evocar as figuras arquetípicas ainda circulantes na cultura, constituindo subjetivamente mulheres que se lançam a tentar conciliar o desempenho da maternidade e a manutenção do trabalho profissional.

A maneira como o capitalismo se desenvolveu como modo de produção econômica não apenas organizou o mundo do trabalho produtivo, mas excluiu dele a perspectiva do cuidado – ou seja, o trabalho reprodutivo que, historicamente, foi ficando a cargo exclusivo das mulheres. Mais do que representar o trabalho de gestar e parir, o trabalho reprodutivo é todo e qualquer trabalho que envolva a manutenção da vida, incluindo o trabalho doméstico e o próprio autocuidado.

A contradição entre o trabalho reprodutivo e o produtivo, que fundamenta toda a lógica capitalista, lucra, portanto, às custas do trabalho desempenhado pelas mulheres, impondo um estado de crise que as escraviza e adocece, fazendo com que a mulher brasileira sofra na tentativa de corresponder a um ideal impossível, sobrecarregando-se. Isso significa dizer que as mulheres não apenas estão sozinhas desempenhando o *holding* e o *handling* (Winnicott, 1958/2000) com seus filhos, como também precisam lidar com a complexa realidade imposta pela desigualdade no Brasil na luta por sustentar o ideal de mãe dedicada e profissional de sucesso — um ideal que carrega em si mesmo o germe da contradição geradora da "crise do cuidado": a exploração do trabalho reprodutivo e a supervalorização do trabalho produtivo.

As argumentações construídas nesta revisão permitem compreender a dimensão da crise do cuidado sobre as mulheres brasileiras frente à maternidade, ao retratar a impermeabilidade do mundo do trabalho em relação às atividades reprodutivas, que não oferecem concessões à mulher que se tornou mãe. Dito de outra forma: estar no trabalho é um problema à medida que se tem filhos, e ter filhos é um problema à medida que se precisa comparecer ao trabalho. Sendo cobrada de todos os lados, a mulher brasileira de classe média não conta com uma rede de apoio à sua disposição, e os recursos vigentes na cultura que podem oferecer algum alívio determinam que, ou a mulher abre mão da maternidade para ter uma carreira, ou interrompe a carreira para se voltar à maternidade e posteriormente retomá-la.

Tal realidade se impõe à vida da mulher brasileira sob a forma de um fracasso constante, pois não importa qual caminho ela escolha — nenhum parece atender ao ideal de mulher contemporânea internalizado e todos eles impõem a exploração do trabalho reprodutivo. Assim, o presente ensaio permite expor a negligência política a que as mulheres brasileiras de classe média estão submetidas. Imaginemos, então, as mães trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social: desassistidas socialmente, as mães brasileiras podem apenas contar com uma rede de apoio restrita, composta por outras mulheres igualmente desassistidas e sobrecarregadas.

Fazem-se, portanto, urgentes mais pesquisas que se lancem a compreender os efeitos dessa exaustiva dinâmica sobre as mulheres no Brasil e sua saúde, de forma a confrontar também os aspectos interseccionais de raça e classe, tão estruturais em nosso país, bem como a desenvolver políticas públicas que garantam a valorização das atividades de cuidado. Leis como a de nº 15.069, que institui a Política Nacional de Cuidados, são passos de fundamental importância para ensejarem maior visibilidade e consequente valorização do trabalho reprodutivo desempenhado pelas mulheres no Brasil — mas apenas a lei nada pode

transformar. Políticas públicas afirmativas que se materializam em ações concretas de valorização do cuidado é que podem fazer alguma frente à crise instalada em nossa sociedade, que precariza a vida das mulheres.

Referências:

- American Psychological Association (2020). *Publication manual of the American Psychological Association* (7th ed.). <https://doi.org/10.1037/0000165-000>
- Albuquerque, N. P. de, Hasse, M., Silva, E. P. de Q., Anderson, M. I. P., & Teixeira, F. B. (2022). Entrecruzamento de desigualdade: gênero e maternidade na carreira de médicas de família e comunidade. *Revista de APS*, 25(Supl. 1), 41–57. <https://doi.org/10.34019/1809-8363.2022.v25.35434>
- Alexandre, V. C. S., & Nobre, M. T. (2018). Ladainhas de juventudes: enredos de meninas-mulheres ribeirinhas e seus (des)encontros com a escola. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(3), 1–16. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-8.90820180003e+16
- Alvarez, A. (1994). *Companhia viva: psicoterapia psicanalítica com crianças autistas, borderline, carentes e maltratadas*. Artes Médicas.
- Andrade, C. de J., Praun, L., & Avoglia, H. R. C. (2020). Estratégias defensivas utilizadas frente à conciliação maternidade e trabalho: um olhar para as profissionais da educação. *Brazilian Journal of Development*, 6(6), 35436–35452. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n6-181>
- Antloga, C. S., Monteiro, R., Maia, M., Porto, M., & Maciel, M. (2020). Trabalho feminino: uma revisão sistemática da literatura em psicodinâmica do trabalho. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36(spe), e36nspe2. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe2>
- Beauvoir, S. de. (2016). *O segundo sexo: Vol. 1: Fatos e mitos* (S. Milliet, Trad.). Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1949)
- Bitencourt, S. M. (2019). A maternidade para um cuidado de si: desafios para a construção da equidade de gênero. *Estudos de Sociologia*, 24(47), 261–281. <https://doi.org/10.52780/res.11407>
- Brasil (2024). *Lei nº 15.069, de 24 de dezembro de 2024*. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PL/pl-2762.htm
- Castoriadis, C. (2002). *As encruzilhadas do labirinto II: Os domínios do homem* (J. O. de A. Marques, Trad.). Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1987)
- Dicionário Houaiss da língua portuguesa (2025). Objetiva. Recuperado em 20 de junho de 2025, de <https://houaiss.online>

- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (Coletivo Sycorax, Trad.). Elefante. (Trabalho original publicado em 2004)
- Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (Coletivo Sycorax, Trad.). Elefante.
- Fraser, N. (2009). O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, 14(2), 11–33. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2009v14n2p11>
- Fraser, N. (2020). Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia*, 27(53), 261–288. <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876>
- Freud, S. (2010a). Introdução ao narcisismo. In P. C. de Souza (Trad.), *Obras completas* (Vol. 12, pp. 13–50). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (2010b). As pulsões e seus destinos. In P. C. de Souza (Trad.), *Obras completas* (Vol. 12, pp. 51–104). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915)
- Freud, S. (2011). O eu e o id. In P. C. de Souza (Trad.), *Obras completas* (Vol. 16, pp. 13–74). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923)
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61–73. <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/>
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595–609. <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: Outras formas de trabalho 2022*. IBGE.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2025). *Trabalho doméstico e de cuidados não remunerado no Brasil*. IPEA.
- Jung, C. G. (1959). *The archetypes and the collective unconscious*. Princeton University Press.
- Kyrillos, G. M. (2020). Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, 28(1), e56509. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>
- Lacan, J. (1998). O sujeito e o outro (I): A alienação. In *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (M. D. Magno, Trad.). Zahar. (Trabalho original publicado em 1964)
- Minerbo, M. (2014). *Neurose e não-neurose*. Casa do Psicólogo.
- Monteiro, P. F. H. de Q., Lemos, A. H. da C., & Costa, A. de S. M. da. (2021). As razões do opt-out: Um estudo sobre mulheres que interromperam suas carreiras em função da

maternidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 16(2), 134–154.
https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.42934

Nardes, L., Gallon, S., & Rech, E. (2022). Os desafios enfrentados no desenvolvimento da carreira das mulheres de diferentes gerações. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 21(2), 322–344. <https://doi.org/10.21529/RECADM.2022012>

Rossafa, R. G., & Blum, V. L. (2021). *Ser mulher: A clínica psicanalítica a favor da escuta e produção de sentido*. EdUFMT.

Rossini, A. P. P., & Messias, J. C. C. (2022). Desafios das trabalhadoras mães de crianças pequenas durante a pandemia Covid-19. *Revista Subjetividades*, 22(1), e12327.
<https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v22i1.e12327>

Sbardelotto, L., Ferreira, D., Peres, M. I. L., & Oliveira, A. M. M. (2016). A constituição do sujeito na psicanálise. *Akrópolis: Revista de Ciências Humanas da UNIPAR*, 24(2), 107–120.

Schulte, A. A., Gallo-Belluzo, S. R., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2019). A experiência emocional de autoras de mommy blogs. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 10(1), 107–130. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-6.407201900010001e+16

Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71–99. <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>

Souza, J. (2018). *A classe média no espelho: Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Estação Brasil.

Ussher, J. M. (2011). *The madness of women: Myth and experience*. Routledge.

Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade* (J. O. de A. Abreu & V. Nobre, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1971)

Winnicott, D. W. (2000). *Da pediatria à psicanálise: Obras escolhidas* (D. Bogomoletz, Trad.). Imago. (Trabalho original publicado em 1958)

3. Gestar e pesquisar: Caminhos que se fazem caminhando

Há uma estranheza produtiva que só se instala quando se percebe, já em meio ao percurso, que a pesquisa e a vida deixaram de ser duas coisas distintas. Não exatamente da forma que os manuais de metodologia advertem como risco, aquela confusão entre a subjetividade do pesquisador e a objetividade do dado, mas de outra forma: Uma forma em que a subjetividade implicada não é problema a ser contornado, mas a principal ferramenta de que se dispõe para compreender algo que, de fora, jamais se alcançaria. Foi assim que a presente pesquisa se fez, não segundo um plano linear cuja execução bastaria verificar ao final, mas aos tropeços, às descobertas, às revisões necessárias, às emoções que os dados provocaram antes que qualquer conceito pudesse nomeá-las, um caminho que se faz caminhando (Turato, 2013).

Neste caso específico, o caminho se fez também gestando na configuração de um campo fecundo de ideais. Cada escrita e reescrita, cada acerto e erro no percurso desta pesquisa, foi lançando novas luzes sobre o objeto de pesquisa. Há algo na metáfora da gestação que excede a biologia e alcança a epistemologia. Gestar é um processo que altera irreversivelmente o corpo que o conduz: O corpo que entra na gravidez não é o mesmo que dela sai. A transformação não é apenas física, embora a física seja sua condição de possibilidade. É também psíquica, relacional, política. Ambos os processos, gestar e pesquisar, envolvem percalços, mudanças e atravessamentos.

Freud (1926/1996) afirmou que o exercício da clínica é, em si, um ato de investigação, e que a singularidade do sujeito é o campo de onde emergem as leis do funcionamento psíquico. Não há, nessa perspectiva, separação possível entre o pesquisador e o campo, o investigador está sempre implicado naquilo que investiga, e a tentativa de eliminar essa implicação produz apenas uma ilusão de neutralidade que empobrece, em vez de enriquecer, a

compreensão do objeto. É uma lógica que valoriza o desvio, a exceção, o dado que atrapalha, porque é precisamente aí que o real se anuncia.

É por essa razão que a multiplicidade de estratégias metodológicas empregadas nesta pesquisa, revisões críticas da literatura, entrevistas em profundidade e análise discursiva com suporte de software, não se configura como inconsistência ou dispersão. Configura-se como uma vantagem, cada estratégia oferece um ângulo diferente de acesso ao mesmo campo, e a sobreposição desses ângulos é o que permite construir uma compreensão mais densa, mais fiel à complexidade do objeto. A subjetividade da pesquisadora permanece implicada ao longo de todo o percurso como o eixo em torno do qual os dados ganham sentido.

Para além de encontrar certezas, durante o percurso da pesquisa há muitos momentos de questionamento, alguns mais intensos do que outros. Há momentos em que o objeto parece estar perdido e há momentos de êxtase da descoberta, logo sucedidos por novas indagações: será que isso é mesmo relevante? Será que eu estou indo pelo caminho certo? Dúvidas que mobilizavam a construção de saídas, a busca por novos olhares.

O artigo "‘Estás por conta própria’: reflexões psicanalíticas acerca da maternidade no Brasil", nasce exatamente nessa encruzilhada. Ele parte do que o artigo anterior construiu sobre a crise do cuidado e sobre as contradições específicas que ela produz para a mulher de classe média, mas avança em uma direção que a análise estrutural, por si só, não consegue percorrer: A direção do sujeito, do inconsciente, do mecanismo intrapsíquico pelo qual a exploração estrutural se converte em culpa individual.

Este terceiro artigo teve por objetivo revisitar o conceito de parentalidade a partir de um olhar para o Brasil e seus extremos. Extremos de riqueza e de pobreza, de violência e de afeto, de modernidade e de arcaísmo. E é também, no que diz respeito à organização do cuidado, um país que mantém uma das contradições mais agudas do mundo contemporâneo: Ao mesmo tempo em que as mulheres brasileiras ingressaram massivamente no mercado de

trabalho nas últimas décadas, tornando-se economicamente indispensáveis à sobrevivência de suas famílias e à reprodução do sistema econômico, o trabalho reprodutivo que sustenta essa inserção continua a ser realizado por elas, majoritariamente sozinhas, sem que o sistema social tenha desenvolvido, de forma correspondente, os mecanismos coletivos de suporte ao cuidado que essa dupla inserção tornaria minimamente sustentável.

Lélia Gonzalez (1984) nomeou essa estrutura ao descrever o lugar da mulher negra na sociedade brasileira como aquela que sustenta pelo trabalho os pilares de uma casa que não é sua. Esses dados não são apenas estatísticas, são o pano de fundo estrutural sobre o qual as narrativas das mulheres entrevistadas nesta pesquisa se inscrevem.

Quando uma mulher da periferia diz, com a voz sem afetação de quem descreve um fato tão óbvio que mal merece ser mencionado, que trabalha fora e cuida da casa e cria os filhos e ainda cuida da mãe doente, ela não está descrevendo uma exceção. Ela está descrevendo a norma. E a normalização é, precisamente, o mecanismo mais eficaz pelo qual a exploração se perpetua, quando o extraordinário se torna ordinário, quando o impossível se torna esperado, deixa de ser possível reconhecê-lo como injustiça. Passa a ser simplesmente o modo como as coisas são.

Defende-se neste artigo que, constituídas sob o duplo ideal propagado pela cultura dominante (que não escolhe classe social) de mãe dedicada e trabalhadora infalível, que se cobra constantemente ser bem-sucedida, as mulheres trabalhadoras no Brasil estão por conta própria na busca por conciliar o inconciliável, uma vez que se deparam com dois campos de lutas: o externo, com a exploração do seu trabalho reprodutivo e o interno, com as intermináveis solicitações do superego que impõe como gozo: “Não deixe faltar”!

Em um contexto social marcado pelo racismo, sexismo e classismo, conclui-se que a mulher brasileira está por conta própria na busca por corresponder ao ideal de mulher contemporânea, o que a conduz inevitavelmente à exploração de seu trabalho reprodutivo. É

apresentado neste artigo o conceito psicanalítico de superego e introduzida a tese de que o corpo da mulher está sob constante exploração e o maternar é um trabalho que está diretamente relacionado com a realidade de classes no Brasil.

A pesquisa em gestação começava a apresentar contornos mais nítidos. Foram as indagações, dúvidas e achados no percurso da pesquisa que possibilitaram relacionar o trabalho de maternar no Brasil com a crise do cuidado e a exploração do trabalho de cuidado, embasando teoricamente e qualificando a escuta da pesquisadora para a etapa que viria a seguir: Conversar com mulheres sobre a maternidade.

Escrito em um momento de mudanças epistemológicas, quando o corpo teórico da pesquisadora estava em plena transformação, o título do artigo revela que a concepção de “maternidades” ainda não havia sido devidamente apropriada, constando “maternidade” no singular. Isso se deu porque a aprovação do artigo veio antes do contato com a obra de Ferrari (2023), a quem referenciamos acerca das “maternidades” no Brasil.

Esse é o risco e a maravilha da caminhada: Um pequeno encontro pode produzir grandes transformações, mas isso não invalida nem anula os passos dados anteriormente, até mesmo porque não se acredita que esse seja um detalhe que prejudique o conjunto da obra, ou seus resultados, conforme apresentamos a seguir.

Referências:

- Ferrari, R. (2023). *Maternidades, assombro e elaboração: uma perspectiva psicanalítica*. Artes & Ecos.
- Freud, S. (1996). A questão da análise leiga: conversações com um interlocutor imparcial. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 20). Imago. (Trabalho original publicado em 1926)
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 223–244.
- Turato, E. R. (2013). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Vozes.

Artigo 3

“Estás por conta própria”: reflexões psicanalíticas acerca da maternidade no Brasil

Resumo: Este artigo é um ensaio teórico que visa pensar criticamente a parentalidade sob o prisma da mulher trabalhadora brasileira no exercício da maternidade. Para tanto, o paradigma de pensamento da psicanálise foi convocado a fim de problematizar a dimensão sociopolítica encontrada pela mulher no Brasil e a influência dos dispositivos discursivos neoliberais e seus efeitos no psiquismo. Conclui-se que, sob o imperativo do gozo da cultura contemporânea, a mulher brasileira está por conta própria na busca por corresponder ao ideal de mulher contemporânea de mãe dedicada e profissional de sucesso, conduzindo-a inevitavelmente à exploração de seu trabalho reprodutivo.

Palavras-chave: Maternidade. Parentalidade. Psicanálise. Mulher. Trabalho reprodutivo.

O termo “parentalidade”, que começou a ganhar destaque a partir da década de 1980, especialmente na França, para designar os complexos processos envolvendo a relação entre pais e filhos é, para Gérard Neyrand, sociólogo e psicólogo francês, um dispositivo social (Souza & Fontella, 2016, p. 111). Apoiado no pensamento genealógico de Foucault, Neyrand afirma com todas as letras: “a parentalidade é objeto de uma política centrada nas figuras parentais em sua dupla versão: de apoio e de controle” (Souza & Fontella, 2016, p. 115). O autor não nega a dimensão subjetiva envolvida na relação entre pais e filhos, bem como seu caráter dinâmico, porém enfatiza que a parentalidade assim como a sexualidade, têm como componente central o político.

Neyrand traz à tona como a parentalidade tem servido ao ideal neoliberal que visa individualizar e depositar cada vez mais a gestão da vida nas mãos exclusivamente dos pais. Tal medida colabora com a ideia de desembaraçamento da necessidade lógica do outro

(Lebrun, 2009), transferindo para os ombros de cada cidadão a responsabilidade que antes caberia ao Estado.

Essa perspectiva é de fundamental importância para pensar os processos de parentalidade no Brasil, sobretudo por se tratar de um país devastado pela desigualdade social, cujas formas de opressão e seus entrecruzamentos incidem diretamente na vida dos cidadãos forjando múltiplas realidades, sendo o racismo, o sexismo e o classismo os aspectos interseccionais mais marcantes e prevalentes (Hirata, 2014).

Levar em conta a interseccionalidade significa reconhecer que a realidade de uma mulher negra periférica é muito diferente da mulher branca de classe média. Reconhecer e identificar os marcadores sociais de raça, gênero, classe, geração e sexualidade são fundamentais para a compreensão das experiências produzidas por cada lugar e de como a cultura incidirá em cada sujeito.

Tendo isso em vista, as condições para o exercício da parentalidade podem variar conforme os indicadores sociais de cada país de tal forma que o peso da ausência do Estado, de que fala Neyrand, pode ser sempre maior a depender do contexto socioeconômico de cada país. O Brasil é um desses países em que a mão tende a pesar um pouco mais, sobretudo no ombro das mulheres.

Um dos sintomas do sexismo no Brasil pode ser observado a partir da quantidade de horas semanais que homens e mulheres dedicam ao trabalho produtivo, aquele que é remunerado, e reprodutivo, aquele que não é remunerado. Segundo dados de 2015, para cada 10 horas que os homens dedicam ao trabalho remunerado, as mulheres dedicam, em média, 8 horas e 42 minutos e para cada 10 horas que os homens dedicam ao trabalho reprodutivo, as mulheres dedicam, em média, o dobro, ou seja, 20 horas (Myrrha et al., 2021).

O exercício da parentalidade, nesse sentido, está inserido no campo do trabalho reprodutivo, é exercido majoritariamente por mulheres no Brasil num contexto social

absolutamente desfavorável para elas. O peso que recai sobre as brasileiras, na perspectiva interseccional, não é apenas a ausência do Estado, mas a prevalência de uma organização social *gendrada*, sob a esfera do gênero que impõe sobre a mulher os dispositivos amoroso e materno (Zanello, 2018).

Para Michel Foucault (1996), dispositivo é uma a rede discursiva construída por elementos ditos e não ditos que constituem o sujeito com base em relações de poder, de tal forma que a produção do discurso é sempre intencional, “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos [...]” (1996, p. 9).

Não é à toa que o ideal de mulher contemporânea corresponde à mulher que concilia o sucesso profissional ao mesmo tempo em que é esposa e mãe dedicada (Rossafa & Blum, 2021). Além de lidar com a crescente complexidade do mercado de trabalho, a mulher precisa dar conta de conduzir a maternidade sob parâmetros parentais cada vez mais complexos.

Sabendo que 1) o trabalho reprodutivo no Brasil é realizado principalmente por mulheres, sobretudo o exercício da parentalidade, 2) que o ideal de mulher contemporânea não é nem um pouco modesto e que 3) a realidade brasileira é forjada em meio a formas de opressão, interessa a este estudo levantar reflexões acerca da dinâmica psíquica da mulher mãe trabalhadora em meio a essa complexidade.

Para tanto, o pensamento psicanalítico será convocado a fim de dar visibilidade à lógica inconsciente, marginal, não classificável e fora do alcance da racionalidade dos processos envolvendo o exercício da parentalidade para a mulher no Brasil. Afinal, quais forças inconscientes se impõem sobre a mulher frente ao exercício da maternidade no Brasil e por que pesam tanto?

As exigências da cultura e o ideal de maternidade

A célebre frase de Beauvoir (1949/2016, p. 10) “não se nasce mulher, mas torna-se mulher” retrata de forma sintética a contraposição entre aquilo que pode ser considerado natural e aquilo que é efetivamente constituído. Em outras palavras, Beauvoir chama a atenção para a relação entre a cultura e os elementos discursivos que historicamente sujeitam as mulheres.

A predominância da condição de inferioridade da mulher em relação ao homem remonta à Grécia clássica (séculos V e IV a. C.), atravessando todo o período medieval europeu até o fortalecimento da classe burguesa (Le Goff & Truong, 2006). Para as civilizações ocidentais, “a mulher é uma espécie de desvio relativamente a um tipo mais perfeito que se concretiza no homem. É uma privação. O homem é a medida da humanidade e ela é uma falha, uma falta” (Ferreira, 2006, p. 143). Uma lógica influenciada pelo pensamento de Aristóteles e que atravessou milênios sendo porta-voz do lugar simbólico que as mulheres ocuparam. Um lugar marginalizado que Lacan dá visibilidade ao afirmar que “A mulher não existe” (Lacan, 1972/1985), não está circunscrita pela lógica fálica dos homens, mas não está totalmente fora da linguagem.

Isso ajuda a entender porque as mulheres foram estigmatizadas como bruxas e caçadas sem grandes hesitações no período do capitalismo nascente, quando há a instituição de um novo modo de produção baseado na propriedade privada, na escassez e na separação entre produção e reprodução, como afirma Federici (2017).

A autora sustenta que foi no contexto histórico dos séculos XVI e XVII, quando já vigoravam a escravidão e as *plantations*, que o capitalismo nascente é assolado por uma grande crise. A política imposta como alternativa é a de substituição definitiva da produção-para-o-uso, típica das terras comunais, pela produção-para-o-mercado que entre outras consequências, contribui para a configuração do patriarcado do salário, ou seja, a dependência

econômica pelo salário num franco processo de degradação social pela privatização das terras e pela distinção entre a produção e a reprodução.

Ainda segundo Federici (2017), com o fim das terras comunais termina também a função social daqueles que delas se nutriam e exerciam funções sociais importantes, como as mulheres. A acumulação do capital excluiu o trabalho doméstico das atividades criadoras de valor e sentenciou as mulheres ao ambiente doméstico.

Seguindo com a autora, o capitalismo desde seus primórdios se sustenta na escravidão, na exploração da terra e no sexismo. Claramente numa posição muito desfavorável, as mulheres se rebelavam, recorriam aos seus rituais e saberes milenares e seus amuletos, mas essas práticas de resistência foram igualmente dizimadas pelos novos métodos disciplinares da reforma religiosa, incluindo a perseguição às bruxas.

As parteiras, igualmente consideradas bruxas, foram sendo substituídas por médicos que passaram a deter cada vez mais saberes sobre seus corpos e seus processos gestacionais. Além da exclusão da participação comunitária, as mulheres foram sendo gradativamente excluídas do saber de seus próprios corpos. O resultado dessas políticas de controle de corpos a favor do Estado conduziu as mulheres a um gradativo afastamento do próprio corpo e à escravização à procriação.

Durante o período medieval, as interpretações eclesiásticas determinavam que as mulheres deveriam ser submissas a seus maridos para evitar os vícios que lhes eram naturais, uma suposta consequência pela expulsão de Adão e Eva do paraíso (Le Goff & Truong, 2006). Sendo assim, a mulher era considerada como mais vulnerável às investidas do demônio e por isso, mais propensa às “bruxarias”. Uma prática que se estendeu a todas as colônias ocidentais.

As bases materiais que forjavam a vida em plena renascença se apoiavam sob a antiga teia discursiva de que à mulher não cabia falar, conhecer o próprio corpo, participar das

questões políticas e sociais. Seu espaço era o doméstico, privado; ao homem, como provedor, cabia ocupar o espaço público.

Mas engana-se quem pensa que as mulheres se submetiam pacificamente. Da revolta das mulheres rendeiras no século XVII na França contra as manufaturas reais e a jornada de trabalho (Perrot, 2006), às mulheres negras e indígenas escravizadas e condenadas à morte por bruxaria por ousarem praticar seus rituais “que os colonos temiam e demonizavam por considerá-los uma incitação à rebelião” (Federici, 2017, p. 414), o grito de revolta das mulheres era sempre silenciado.

Embora a Igreja tenha se mantido como a instituição mais poderosa da Europa até meados do século XV, as inevitáveis e incontáveis crises e possibilidades que o advento do capitalismo comercial impôs ao mundo ocidental começaram a modificar o panorama europeu do ponto de vista econômico, político, social e cultural. Trata-se de um momento de ruptura epistemológica na história do pensamento ocidental no século XVIII, sobretudo na ideia de superioridade da razão sobre a fé — marcando, assim, o Iluminismo, o século das luzes, e dando início ao período conhecido como modernidade (Gomes, 2011).

Mas nem mesmo as grandes transformações do século XVIII acenderam novas luzes sobre a condição da mulher, afinal as maneiras como os dispositivos incidem nas representações do sujeito não são tão óbvias; caso contrário, seriam facilmente evitadas (Rossafa & Blum, 2021). No Iluminismo, início do período moderno, “os filósofos eram incapazes de questionar profundamente os papéis das mulheres porque não houve rompimento econômico de grande escala na balança da produção e da reprodução” (Goldman, 2014, p. 39).

A modernidade foi marcada também pela ascensão do cientificismo, concepção filosófica de matriz positivista que afirmava a superioridade da ciência (cujo modelo era dado pelas ciências naturais). Sob sua inspiração, a modernidade produziu, entre tantas outras

coisas, muitas teses que apresentavam dados considerados científicos sobre a superioridade física e mental dos homens em relação às mulheres (Zanello, 2018).

Tais teses foram sendo legitimadas e tomadas como padrão absoluto e seguro do exercício da razão, organizando o homem para ser o "cabeça" da família e a mulher como sua dependente, e reforçando a maternidade como a principal vocação das mulheres. Agnès Fine (2003), ao retratar práticas médicas pediátricas na França do início do século XX, afirma que era considerado risco de morte para o bebê ingerir o leite de uma mãe contrariada — sendo a recomendação médica, nesse caso, interromper a amamentação imediatamente, uma orientação que se aprendia nas faculdades de medicina da época.

A modernidade, portanto, por meio de saberes pautados na mais avançada ciência da época, engendrou sentidos acerca dos papéis sociais a serem desempenhados por homens e mulheres, condizentes com um ideal burguês – papéis esses que deveriam ser exercidos dentro de um casamento heterossexual e no seio de uma família. Esse ideal burguês de amor pode ser relacionado com a ideia de "mulher vitoriana" (Saffioti, 1976), pois, para a sociedade inglesa dos séculos XIX e XX, uma verdadeira dama da sociedade era polida, dona de casa exemplar, esposa carinhosa e dedicada.

Nesse processo, o ideal se torna o desejável e não conseguir atingi-lo é condenável. Daí a eficácia de dispositivos de poder como o amoroso e o materno (Zanello, 2018), ou seja, “o sistema simbólico vigente ‘solda’ um significante a um significado que então parece único e natural. Por exemplo: família = casal heterossexual, de preferência com filhos” (Minerbo, 2012, p. 31).

O ideal sustentado pela rede discursiva propagada pelas instituições sociais modernas naturalizou a mulher como dona de casa, intelectualmente inferior, delicada e necessariamente mãe, seguindo rígidos e absolutos padrões de conduta. Um ideal deveras insustentável, tanto que no final do século XIX a histeria em mulheres aumenta significativamente, chamando a

atenção de pesquisadores como Sigmund Freud para a cultura e as fontes de sofrimento psíquico, dando início aos postulados psicanalíticos.

“A ordem familiar econômico-burguesa repousa, portanto, em três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres, a dependência dos filhos” (Roudinesco, 2003, p. 21). O que Sigmund Freud (1908/2015) constatou, à medida que escutava suas pacientes histéricas é que, se a palavra poderia curar, poderia também aprisionar, reconhecendo à época que “uma garota precisa ser muito sadia para ‘aguentar’ o casamento” (p. 262).

Mas, se a modernidade foi fundada às custas do trabalho reprodutivo das mulheres, relegando-as ao âmbito doméstico sob ideais vitorianos de boa moça e mãe exemplar, a emancipação das mulheres também não foi nem um pouco romântica. Com a derrocada dos valores absolutistas modernos e as constantes crises sociais, econômicas e políticas em decorrência do nada sustentável modo de produção capitalista (Federici, 2017), eclodem as duas Grandes Guerras Mundiais (1914–1918 e 1939–1945) que, por consequência, decretaram “a saída das mulheres da sua condição materna, buscando outras posições no espaço social” (Birman, 2014, p. 39).

Vale lembrar que essa “saída das mulheres de sua condição materna” dá-se muito mais no sentido simbólico da cultura, sobretudo para os referenciais de ideais burgueses, uma vez que a mulher do povo, a mulher operária, do início do século XX, já vivia em trânsito entre a casa e a rua - “todo o mundo é a sua casa, o mundo com o seu sofrimento e sua alegria, com sua atrocidade fria e seu tamanho [...] acampa em barracas e seca, enquanto cantarola, a roupa dos bebês ao lado de rochas explodindo” (Luxemburgo, 1914/2011, p. 493). O "ponto de clivagem" aconteceu quando a mulher da pequena burguesia se viu forçada, para o mal e para o bem, a ocupar o espaço da rua.

Se antes os sentidos do ser mulher estavam necessariamente vinculados às funções biológicas do corpo, construindo assim subjetividades que circunscrevem um modo de ser no mundo, agora novos significantes, além da maternidade, estão sendo apresentados ao significado do que é ser mulher na cultura. Ocupar outros espaços que não apenas a casa passa a ser desejável às mulheres e não mais motivo de reprovação.

Na contemporaneidade, o ideal de profissional de sucesso é incorporado ao ideal de mulher e, ao sair dos limites domésticos, é preciso agora disputar uma vaga no mercado de trabalho. Se o ambiente doméstico, desde os primórdios do capitalismo, foi instituído como o reino das mulheres, os ambientes da rua, aqueles definidos como atividades de valor, foram sendo instituídos como o reino dos homens. Assim, a entrada das mulheres no campo do trabalho assinala a entrada num espaço onde “os ambientes e rotinas de trabalho são geralmente desenhados por e para homens”, conforme alertam Antloga et al. (2020, p. 2).

O que se verifica é que se acumulam ideais para a mulher: os ideais tradicionais de mulher mãe e esposa dedicada e os ideais contemporâneos de profissional de sucesso (Rossafa & Blum, 2021). No Brasil, especialmente, onde a interseccionalidade de raça, classe e gênero muda radicalmente a realidade dos indivíduos, ser mãe dedicada e profissional de sucesso para algumas mulheres será absolutamente impossível, sobretudo porque o trabalho reprodutivo permanece invisibilizado e majoritariamente sendo exercido por mulheres.

A parentalidade tem servido ao ideal neoliberal como um dispositivo que visa responsabilizar exclusivamente o indivíduo pela gestão da vida (Souza & Fontella, 2016), bem como os demais dispositivos de poder diretamente relacionados à vida da mulher. Assim, segundo Rossafa e Blum (2021, p. 170), o enunciado é: estás por conta própria!

Trata-se de um contexto cultural que, semelhante ao final do século XIX quando eclodiram os surtos de histeria, impõe ideais exigentes de conduta às mulheres. Mas, de

maneira distinta, hoje as mulheres estão encontrando formas de falar de si e por si, em meio a uma cultura cujas bases ainda permanecem patriarcais.

Uma coisa chamada superego

O sujeito para a psicanálise é diferente do que o senso comum pressupõe. O sujeito em psicanálise surge do trabalho psíquico cujo elemento fundamental Freud (1915/2010b) denominou como *Trieb*, pulsão. É a partir desse elemento fundamental que a dinâmica psíquica é constituída, o elemento que irá se relacionar com os objetos externos constituindo-os como bases da subjetividade.

Freud (1915/2010b) considera a pulsão como uma espécie de estímulo, porém diferente de um estímulo comum. A pulsão se constitui como uma força constante que move o sujeito, estando além das necessidades fisiológicas e, por isso, é diferenciada do instinto. Essa força busca a satisfação, sem nunca se bastar, e está sempre sendo motivada por uma angústia relacionada à falta do sujeito.

Do psiquismo é exigido trabalho psíquico para que o estímulo possa ser satisfeito, ainda que parcialmente. Um trabalho que Jacques Lacan (1964/1988) considera como marcado por uma busca incessante por algo que se perdeu sem nunca efetivamente encontrar. Trata-se do trabalho psíquico que vai edificando um corpo pulsional que se torna capaz de existir e suportar a condição humana a partir do que falta, do que se impõe como a incontornável incompletude.

Lacan (1954/1986, 1958/1999, 1964/1988, 1972/1985) oferece ao longo de seus seminários um entendimento acerca de como o corpo pulsional se constitui e do trabalho psíquico inerente a ele. A partir de seus seminários é possível considerar que a constituição do sujeito enquanto corpo pulsional pressupõe o trabalho psíquico de se inserir no campo da linguagem, um trabalho que só pode mesmo ocorrer mediante a falta, uma vez que só pode haver uma busca por algo que não se apresenta, que não está dado.

A linguagem, portanto, é o que sustenta o corpo pois ela faz a mediação do trabalho psíquico. Na medida em que há a falta, o simbólico atua no imaginário, fazendo com que o sujeito vá adaptando à sua realidade e construindo seus próprios significados. O que significa dizer que é a partir da falta que se torna possível o trabalho de construção de uma rede de sentidos ofertados pela linguagem a povoar o imaginário, tecendo o que se denomina subjetividade, ou seja, a vida psíquica de um sujeito. Um trabalho, portanto, que não se faz sozinho e que é impactado diretamente pela cultura.

O corpo é mais do que a carne e não está apenas a serviço da satisfação das necessidades fisiológicas. O corpo é um “território em obras” que vai se constituindo por meio da linguagem e na relação com a demanda do outro, conforme Sobral e Viana (2019), referindo-se ao artigo de Bulat-Manenti (2008). Assim, o sujeito é primeiramente inserido na linguagem pelo outro.

Freud (1923/2011) já apresentava no conceito de recalque as bordas de um corpo, ao pressupor a renúncia à satisfação pulsional irrestrita para investir afetivamente em algo exterior a si, formando uma rede de representações, de significações, que constitui o corpo e garante ao sujeito um lugar no mundo. A busca por esse lugar no mundo, secundária à renúncia à satisfação pulsional por meio do processo de recalque, vai dando contornos ao corpo, na medida em que a construção da rede de representações é marcada pelo processo civilizatório.

A constituição psíquica, portanto, depende de como os objetos externos foram apresentados ao sujeito e como eles foram internalizados, ou seja, de como as relações parentais se estabeleceram, de como esses outros se apresentaram, apresentaram o mundo e a própria criança, formando os repertórios psíquicos que remetem ao campo simbólico da cultura. Os ideais propagados pela cultura, as normas de conduta, os padrões de sucesso e fracasso (Rossafa & Blum, 2021).

É nessa medida que a cultura não está à altura da pulsão, produzindo sempre alguma forma de sofrimento consubstancial. A cultura, por meio das instituições sociais, fornece o sentido aos indivíduos socializados e “os meios de fazer esse sentido ser por ele mesmo” (Castoriadis, 2004, p. 168) ou, pelo menos, deveria.

Acontece que tudo o que a cultura contemporânea não admite é a falta. As transformações sociais da contemporaneidade visam proliferar formas pretensamente liberais de vida, em que cada um sabe o que é melhor para si a partir do que o mercado disponibiliza (Bauman, 2001). Nesse contexto, opera o uso da retórica pelas narrativas de autoridade, fomentando o fenômeno da cultura de si, ou seja, “um conjunto hierarquizado de valores tidos como universais, mas de acesso restrito, segundo o grau de excelência do intérprete” (Dunker, 2011, p. 218).

O cenário contemporâneo impõe sem tréguas aos indivíduos: faça, realize, alcance, empreenda. O que, para as mulheres, dentro da perspectiva dos dispositivos amoroso e materno no Brasil, pode ser traduzido em: rejuvenesça, emagreça, case-se, embranqueça, tenha filhos, tenha um bom trabalho, tenha sucesso, acerte, consiga, ame, produza. Como se todas essas coisas fossem atingíveis pela autodeterminação de um só sujeito.

Trata-se do fenômeno do imperativo do gozo: “Nada força ninguém a gozar, senão o supereu. O supereu é o imperativo de gozo — Goza!” (Lacan, 1972/1985, p. 11). O paradigma psicanalítico admite que a vida psíquica do sujeito resulta do funcionamento do próprio aparelho psíquico, constituído por três instâncias revisadas por Freud (1923/2011) na segunda tópica: id (isso), ego (eu) e superego (supereu). São também três os aspectos do aparelho psíquico que se relacionam entre si: tópico, econômico e dinâmico. O inconsciente é a parcela psíquica que guarda as experiências mais primevas do ser e onde as matrizes simbólicas estão enraizadas, formando a rede representacional que irá se expressar como subjetividade.

Quanto ao aspecto econômico, o id é a fonte de energia psíquica, representante das pulsões. O ego é a organização especial forjada a partir do Id em relação com a realidade, a cultura e seus sistemas simbólicos. Do ego espera-se uma plasticidade mais ou menos capaz de administrar as tensões pulsionais entre os imperativos do id e as normas culturais internalizadas pelo indivíduo, que dizem respeito à rede de significações socialmente compartilhadas. O superego é o que se assinala no imaginário do sujeito como a consciência moral, os imperativos da cultura, aquilo que se constitui como os padrões de conduta.

No processo de encarnar o homem ou a mulher, tal qual é apresentado pelo mundo, a criança atravessa uma renúncia de ordem inconsciente, renunciando à completa satisfação pulsional em prol das exigências da cultura. O campo das normas, dos padrões da moral e dos costumes é o que Freud designa como superego, um elo estruturante do psiquismo.

No sentido mais amplo, o superego freudiano inclui a formação de ideais a serem atingidos pelo ego para merecer o amor do superego. Ao lado da culpa, o julgamento do superego – aqui já no sentido de um ideal do ego – origina também o sentimento de vergonha e/ou humilhação, quando o ego não se sente à altura de seus ideais (Minerbo, 2014, p. 145). Assim, as normas de conduta, os valores morais e as exigências sociais são introjetados no processo de constituição psíquica, sendo o ideal de ego relacionado à autoimagem (como devo ser) e o superego à autocrítica e à autocensura (como não se deve ser), em outras palavras, “O superego é constrangedor e o ideal do eu exaltante” (Lacan, 1954/1986, p. 123).

Quanto mais inalcançáveis são os ideais, maior a necessidade de uma resposta agressiva. Até porque, cabendo ao ego atender às demandas pulsionais e às exigências da cultura, quanto mais rigorosas forem as exigências culturais, menos condições o ego terá de satisfazer às pulsões, ocasionando um problema de economia psíquica, visto que a meta das pulsões é a satisfação (Figueiredo, 2001).

À medida que o ideal de mulher contemporânea vigente no Brasil corresponde à imagem da mulher que busca o sucesso profissional ao mesmo tempo que é mãe e esposa dedicada e faz tudo isso por conta própria, a necessidade em atender a esse ideal parece sinalizar mais um exercício elástico imposto à mulher, pois deve lidar com um jogo de forças interno frente a inevitável experiência de fracasso.

Um fracasso que é vivido como angústia, uma vez que o superego impõe “realize”, “faça”, “seja” tudo isso por conta própria. Os dispositivos de poder vigentes na cultura produzem subjetividades autorresponsabilizadoras do próprio fracasso, de forma que os ideais ou o ambiente opressor constitutivo não é questionado. A culpa e a vergonha são os indícios da luta interna contra as significações imaginárias socialmente compartilhadas introjetadas no superego ou nas instâncias ideais do ego e singularizadas no indivíduo.

No Brasil, a mulher trabalhadora que é mãe precisa ainda lidar com as formas de opressão oriundas do racismo, classismo e sexismo, que se inscrevem cotidianamente como abandono e ausência do pai no exercício da parentalidade. Em 2022, segundo dados da Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC) através da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil), o número de crianças registradas só em nome da mãe no Brasil foi de 164.928, correspondendo a 6,38% do total de registros realizados nesse mesmo ano.

Outro fator preocupante acerca da vida da mulher brasileira é quando se considera que das mulheres entre 25 e 49 anos de idade, com a presença de criança de até 3 anos de idade em casa, 54,6% possuem algum nível de ocupação e quando as mulheres não possuem crianças em casa, esse número sobe para 67,2%, segundo dados de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020). Sendo que, para os homens, no primeiro caso o percentual é de 89,2 e o segundo caso de 83,4, apresentando uma distinção entre ambas as situações bem menor em comparação com as mulheres.

Esses dados permitem considerar, ainda que superficialmente, as bases materiais em que os dispositivos discursivos estão sedimentados e como se expressam na realidade da mulher no Brasil que, além de lidar com o campo de lutas externo, precisa lidar com o campo de lutas interno com a culpa e a vergonha de não corresponder aos ideais dominantes da cultura a solicitar incessantemente: “goze”!

O que a psicanálise tem a ver com isso?

Freud (1914/2010a) em “Recordar, repetir e elaborar”, faz novas recomendações sobre a técnica da psicanálise orientando aos interessados no processo analítico que a doença é, para a pessoa, uma parcela do ser “fundamentada em bons motivos” (p. 152) e, portanto, deveriam renunciar à atitude de destacar fatores determinantes. Em vez disso, Freud recomenda que se deve contentar em estudar a superfície psíquica, deixar que os “bons motivos” que fundamentam o sofrimento da pessoa possam ser por ela conhecidos e apresentados.

Vale a pena lembrar que Freud, quando ainda iniciava seus estudos acerca da histeria em parceria com Breuer, já dava notícias de que as coisas não eram o que pareciam ser. Todo o conhecimento e tratamento médico disponível à época para se tratar a histeria se mostrava ineficiente, até que a “contravontade histérica” (Freud & Breuer, 1895/2010, p. 18) das mulheres pudesse ser ouvida e seus motivos expostos.

O fenômeno da conversão histérica possuía um saber até então não escutado e foi por meio da escuta dos sintomas histéricos que Freud pôde falar acerca da sexualidade reprimida, ou melhor, a escuta possibilitou que as mulheres falassem a Freud acerca da sexualidade reprimida, cabendo a Freud a sistematização desses dizeres.

Tal postura de escuta adotada e orientada por Freud já se distanciava da crença na soberania da razão no início do século XX e parece ter se distanciado ainda mais na contemporaneidade em que predomina a cultura do cuidado de si. Que espaço há hoje para a escuta do corpo? O cenário atual, conforme lembra Dunker (2011), supervaloriza a técnica e

impõe formas de cuidado em narrativas de autoridade carregadas de retórica, restando pouquíssimo espaço para que o indivíduo se torne sujeito do próprio desejo.

Para que o sujeito seja realmente livre ele necessita de espaço para buscar sua própria verdade, não pela via do conhecimento puro nos moldes cartesianos, mas pelo caminho que possibilita a sua transformação enquanto sujeito, aquele que o coloca diante da falta e, portanto, se contrapõe aos imperativos dos ideais culturais hegemônicos. Somente dessa forma um sujeito poderá existir e suportar as vicissitudes internas e externas inerentes à vida, contrapondo-se às exigências da obrigatoriedade do desempenho contemporâneo.

Esse contexto pode impactar a sociedade de diferentes maneiras, mas destaca-se aqui o prejuízo na relação do sujeito com seu próprio corpo, com o outro e consigo mesmo. Qualquer coisa que ignore esse alerta produzirá violência sobre o sujeito.

Alguém pode até conhecer as coisas que lhe dizem respeito sem conhecer a si próprio, mas nessa condição jamais poderá reconhecer o outro porque não reconhece a falta (Lacan, 1964/1988). Assim, quanto maior a distância do corpo, mais suscetíveis aos imperativos do gozo superegoico, maior a distância do outro e, por consequência, mais solitários os indivíduos se tornam.

É nesse traumático contexto cultural pós-moderno que a Psicanálise é especialmente importante, justamente por permitir dar visibilidade à lógica inconsciente na cultura, lançando luz sobre fenômenos humanos muitas vezes conhecidos, mas pouco compreendidos, sejam esses fenômenos individuais ou coletivos.

A partir do momento que é possível implicar a realidade no processo de constituição de traumas e apresentar suas consequências para o mundo é possível confrontar essa realidade e produzir novos destinos. Um trabalho incessante de nomear e deixar falar, ampliando redes de significados e significantes.

Assim, a psicanálise pode se constituir como uma das formas do sujeito trazer para si os seus próprios significados, que não sejam da ordem do outro. À medida que a psicanálise privilegia o saber de si como algo próprio e único de cada sujeito, ela abre um espaço de escuta no qual o sujeito é impelido a ouvir a si mesmo fazendo frente aos significados que foram atribuídos a ele. Significados esses atribuídos dentro de um contexto histórico e cultural, que comumente atende aos interesses das relações de poder.

Quando Anna O insiste em falar de suas experiências, como se quisesse se livrar de algo muito incômodo que trazia consigo, ela faz Freud repensar o papel da hipnose nas sessões de terapia e considerar a “cura pela fala” como técnica mais eficiente por meio das associações livres (Freud & Breuer, 2010).

Dar visibilidade aos campos de lutas externo e interno à mulher pode contribuir para o percurso da "cura pela fala", para a busca da própria verdade e para a desconstrução do próprio superego (Ferenczi, 1992), podendo erguer vozes cada vez mais coletivas contra o imperativo do gozo, colaborando com a construção de realidades menos opressoras e permitindo que a apropriação do próprio corpo possa ser culturalmente retomada.

Pensar a parentalidade como um dispositivo de poder a partir de aspectos da realidade brasileira e seus inegáveis agravantes interseccionais, permite dimensionar o quanto as mulheres são exploradas em seu trabalho reprodutivo no Brasil, impondo a elas desvantagem constitutiva, onde o Outro, “lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo e que vai poder presentificar-se no sujeito” (Lacan, 1964/1988, pp. 193-194), tudo pode e tudo pede.

Diante de tantos saberes propagados e tantas exigências por desempenho acerca da maternidade contemporânea, configurando ideais muitas vezes inatingíveis, lança-se as mulheres à culpa e à vergonha e ao fracasso inevitável, sobretudo tendo em vista a realidade social do Brasil.

Acredita-se que seja necessário que mais pesquisas e estudos das ciências psicológicas levem em consideração essa dimensão sociopolítica do sujeito e a influência do discurso neoliberal na constituição atual do psiquismo, de maneira que novas e sofisticadas formas de violência possam ser evitadas.

Considerações finais

Historicamente silenciada e oprimida, grande parte das mulheres brasileiras é constituída em meio a uma cultura que as prepara para corresponder a um duplo ideal: o de mãe e esposa dedicada e o de profissional de sucesso. Porém, o contexto social encontrado no Brasil oferece poucas condições para que as mulheres possam corresponder a esse ideal e, no entanto, a culpa e a vergonha pelo fracasso surgem como efeito do imperativo superegoico: "não deixe faltar", "goze!"

O modo de produção neoliberal, no qual o capital e o consumo são pontos centrais, dificulta que o processo de subjetivação parta das singularidades próprias de cada indivíduo, seguindo o caminho contrário à constituição do corpo pulsional, do sujeito de desejo. Há, portanto, a transformação dos sujeitos em objetos de controle, à mercê das exigências culturais sobre os corpos — uma condição que afeta especialmente as mulheres no Brasil, que se organizam sob a égide do racismo, do sexismo e do classismo.

Constituídas sob o duplo ideal de mãe dedicada e profissional de sucesso, as mulheres trabalhadoras no Brasil estão por conta própria na busca por conciliar o inconciliável, uma vez que se deparam com dois campos de lutas: o externo, com a exploração do seu trabalho reprodutivo, e o interno, com as intermináveis solicitações do superego.

Tal condição permite considerar que pouca coisa efetivamente mudou na vida da mulher. O desempenho da parentalidade por meio da maternidade continua sendo uma tarefa quase que exclusivamente feminina, mantendo a mulher como principal representante do trabalho reprodutivo e refém dos dispositivos materno e amoroso.

Dar visibilidade a tal lógica inconsciente, que tanto oprime as mulheres, não é uma tarefa fácil. Porém, acredita-se que é um caminho que pode levar a novas perspectivas, à medida que vai provocando reivindicações, permitindo que a palavra circule e produza conexões e identificações.

Para tanto, é necessário fazer com que os achados científicos circulem por todos os segmentos sociais, tornando-os acessíveis e, conseqüentemente, permitindo que uma parcela cada vez maior da população se identifique com narrativas que se contraponham às dominantes. Mas a divulgação e a popularização da ciência não bastam para fazer frente à lógica de opressão sobre a mulher enraizada no Brasil.

Políticas que valorizem e amparem as mulheres brasileiras em meio à maternidade, como o Projeto de Lei nº 2757/2021 (Brasil, 2021), que visa, quando aprovado, garantir a aposentadoria para mulheres com filhos que não conseguiram se aposentar por outros meios, são urgentes. Trata-se de uma ação que visibiliza o cuidado materno, sobretudo para as mulheres em condição de vulnerabilidade social, e aponta para uma falta, um limite — ou seja, a necessidade de legitimar o cuidado como fundamental.

Se o contexto sociopolítico ocidental se apoia na exploração do trabalho reprodutivo das mulheres, negando sistematicamente a falta e servindo-se do gozo como estratégia de ampliação da produtividade, talvez seja justamente destacando a própria falta que o trabalho reprodutivo seja finalmente valorizado, pautando o cuidado materno e a saúde da mulher como prioridade e implicando o Estado a cuidar de quem tanto cuida dos filhos do Brasil.

Referências:

- Antloga, C. S., Monteiro, R., Maia, M., Porto, M., & Maciel, M. (2020). Trabalho feminino: uma revisão sistemática da literatura em psicodinâmica do trabalho. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36(spe), e36nspe2. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe2>
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Jorge Zahar.
- Beauvoir, S. de. (2016). *O segundo sexo: vol. 1: fatos e mitos* (S. Milliet, Trad.). Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1949)

- Birman, J. (2014). Os paradigmas em psicanálise. In J. Birman, D. Kupermann, E. L. Cunha, & L. Fulgencio (Orgs.), *A fabricação do humano: psicanálise, subjetivação e cultura* (pp. 17–44). Zagodini.
- Brasil. Câmara dos Deputados. (2021). *Projeto de lei nº 2757, de 4 de agosto de 2021*. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2050615
- Bulat-Manenti, G. (2008). Le corps intéresse-t-il la psychanalyse? *La Clinique Lacanienne*, (14), 9–13. <https://www.cairn.info/revue-la-clinique-lacanienne-2008-2-page-9.htm>
- Castoriadis, C. (2004). *Figuras do pensável* (E. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira.
- Central Nacional de Informações do Registro Civil. (2023, 29 de março). *Crianças registradas somente em nome da mãe no Brasil em 2022*. Arpen-Brasil. <https://transparencia.registrocivil.org.br/painel-registral/pais-ausentes>
- Dunker, C. (2011). *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. Annablume.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (Coletivo Sycorax, Trad.). Elefante. (Trabalho original publicado em 2004)
- Ferenczi, S. (1992). *Psicanálise IV: obras completas*. Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1933)
- Ferreira, M. L. R. (2006). A mulher como "o outro": a filosofia e a identidade feminina. *Revista da Faculdade de Letras: Série de Filosofia*, 23(24), 139–153. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5612.pdf>
- Figueiredo, L. C. M. (2001). Mal-estar e subjetividade brasileira. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 1(1), 57–72. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482001000100004
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Edições Loyola. (Trabalho original publicado em 1970)
- Freud, S. (2010a). Recordar, repetir e elaborar. In *Obras completas* (Vol. 10, pp. 146–158). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (2010b). As pulsões e seus destinos. In *Obras completas* (Vol. 12, pp. 51–81). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915)
- Freud, S. (2011). O eu e o id. In *Obras completas* (Vol. 16, pp. 13–74). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923)
- Freud, S. (2015). A moral sexual cultural. In *Obras completas* (Vol. 8, pp. 229–262) (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1908)

- Freud, S., & Breuer, J. (2010). *Obras completas* (Vol. 2): *Estudos sobre a histeria (1893–1895)* (L. Barreto & P. C. de Souza, Trans.). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1895)
- Goldman, W. (2014). *Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917–1936*. Boitempo.
- Gomes, A. S. (2011). Mulheres, sociedade e iluminismo: o surgimento de uma filosofia protofeminista na Inglaterra do século XVIII. *Matraga*, 18(29). <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/26059>
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61–73. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023, 29 de março). *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil — 2ª edição*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: Mais, ainda*. Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1972)
- Lacan, J. (1986). *O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1954)
- Lacan, J. (1988). *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1964)
- Lacan, J. (1999). Os circuitos do desejo. In *O seminário, livro 5: As formações do inconsciente* (pp. 468–484). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1958)
- Lebrun, J.-P. (2009). *Clínica da instituição: o que a psicanálise contribui para a vida coletiva* (S. Chapadeiro, Trad.). CMC Editora.
- Le Goff, J., & Truong, N. (2006). *Uma história do corpo na Idade Média* (M. F. Peres, Trad.). Civilização Brasileira.
- Luxemburgo, R. (2011). A proletária. In I. Loureiro (Org.), *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos* (Vol. 1, pp. 493–496). Editora Unesp. (Trabalho original publicado em 1914)
- Minerbo, M. (2014). *Neurose e não-neurose*. Casa do Psicólogo.
- Myrrha, L. J. D., Queiroz, S. N. de, & Campos, J. (2021). Desigualdades de gênero no trabalho remunerado e no trabalho reprodutivo: uma análise para grandes regiões e estados brasileiros (2005–2015). *RBEST: Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, 3, e021004. <https://doi.org/10.20396/rbest.v3i00.14711>

- Perrot, M. (2006). *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1988)
- Rossafa, R. G., & Blum, V. L. (2021). *Ser mulher: a clínica psicanalítica a favor da escuta e produção de sentido*. EdUFMT.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Jorge Zahar.
- Saffioti, H. (1976). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Vozes.
- Sobral, P. O., & Viana, T. C. (2019). O corpo, o irrepresentável e a angústia. In D. S. Chatelard & M. C. Maesso (Orgs.), *O corpo no discurso psicanalítico* (pp. 405–431). Appris.
- Souza, F. H. O., & Fontella, C. (2016). Diga Gérard, o que é a parentalidade (tradução). *Clínica & Cultura*, 5(1), 107–120.
<https://seer.ufs.br/index.php/clinicaecultura/article/view/5375>
- Zanella, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris.

4. O encontro com o outro: É assim que se faz um corpo

A psicanálise enquanto teoria das subjetividades e do sofrimento humano compreende que não existe um “eu” sem o “outro”, um encontro que configura as mais variadas formas de ser e sofrer no mundo. Não existe corpo sem a presença de outro corpo que o precede, que o sustenta, que o nomeia, que lhe empresta um lugar na linguagem antes que ele tenha qualquer capacidade de reclamá-lo por conta própria.

Esta tese marcou o encontro com muitos outros até chegar à configuração de um corpus teórico. Outros na forma de autoras, aulas, supervisões, trocas com colegas, a vida em Brasília, as mulheres que participaram da pesquisa, enfim, encontros que produziram efeitos no corpo. Cada artigo, enquanto produto desse percurso, representa o processo de constituição desse corpo, um processo, definitivamente, longe de estar acabado. Como diria Lacan (1964/1998; 1966/1988), somos marcados pela falta, a falta que pressupõe a existência do desejo.

A teoria do estágio do espelho de Lacan (1966/1998) apresenta esse paradoxo na constituição do sujeito. Para o autor, à medida que adquirimos condição de reconhecer de forma consciente nossa própria imagem, nos reconhecemos no campo da linguagem, ou seja, construímos verdades acerca de quem pensamos ser a partir de uma formulação orientada pelo outro. Mas, adverte Lacan, que isso não basta, algo fica de fora desse próprio campo da linguagem e pode ser reconhecido pela indagação “o que o outro deseja?”. Essa é a pergunta que marca a falta e, por isso mesmo, a busca, ou, o desejo.

Embora possamos concordar, devemos acrescentar que essa construção não ocorre em um vácuo social. Ela é atravessada pelas tecnologias de poder e pelos dispositivos que, em nossa cultura, moldam o que significa ser e ter um corpo. Não nascemos com um corpo; nós o conquistamos através do investimento pulsional daqueles que nos precedem no mundo

simbólico. É pelo olhar, do toque e de cada palavra que o organismo biológico se transmuta em um corpo pulsional, habitado por uma subjetividade que busca incessantemente seu lugar na cadeia de significantes (Lacan, 1966/1998).

É para isso que Nogueira (2021) chama a atenção ao abordar em seu livro “A cor do inconsciente” e a herança racista nos corpos negros. O encontro com a obra de Isildinha abriu um campo importante de compreensão para pensar as maternidades e o corpo, mas que foram mais amplamente desenvolvidos no quinto e último artigo.

Assim, sabemos que apenas cada um de nós possa erguer a própria voz e falar em nome próprio, já sabemos, (inclusive é de onde origina a tão conhecida máxima psicanalítica “a cada um é preciso bancar o próprio desejo”). A questão, no entanto, é outra. O problema não é necessariamente não bancar o desejo, é ser impedido de fazê-lo. O mais difícil, em nossa cultura, talvez não seja perguntar “o que quer uma mulher”, ou ainda, “o que quer uma mulher negra”, mas permitir que ela faça o que quer. Não são perguntas difíceis de se fazer, mas os mecanismos de poder oriundos do racismo, classismo e do patriarcado naturalizaram a compreensão de que não é possível responder a essas perguntas ou, mais grave ainda, os próprios sujeitos não sabem o que querem.

O encontro com esses outros formou, nesse percurso de pesquisa, um corpo que fala, que arrisca, que dobra a teoria buscando subvertê-la e que a utiliza como meio e não como fim. Por isso, o encontro da pesquisadora com as vinte mulheres que aceitaram participar desta investigação não é apenas uma etapa do processo de coleta de dados: é o acontecimento central de toda a tese.

Foi no interior desses encontros que o material empírico desta pesquisa ganhou vida, e é a partir deles que qualquer análise subsequente precisa ser ancorada. Não porque as entrevistas “provem” as hipóteses teóricas anteriormente construídas, mas porque elas as

transformam, as complicam, as enriquecem com a resistência do real às categorias que o pensamento havia preparado.

As mulheres participantes, seus corpos, suas histórias, seus silêncios e suas resistências, possibilitaram acessar o campo intersubjetivo das relações que se estabeleciam com as mulheres e com a pesquisa em si. Encontros esses que foram atravessados pela própria gravidez da pesquisadora e suas intercorrências a solicitar um olhar no outro e em si mesma.

Levando incertezas, dúvidas e enjoos a tiracolo, o corpo grávido da pesquisadora pôs-se a pesquisar. Devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob registro CAAE número 73722523.3.0000.5540, a etapa empírica da pesquisa teve como palco dois espaços distintos da cidade. O primeiro localiza-se no bairro Jardim Potiguar, em Várzea Grande, região metropolitana de Cuiabá, Mato Grosso, uma região ribeirinha de grande vulnerabilidade social, conhecido pela prostituição de mulheres e e abuso sexual de crianças. O contato com as mulheres dessa região ocorreu por meio de uma instituição filantrópica chamada Fundação Nova Suíça Rachele Steingruber que, desde 1991 oferece assistência social às famílias locais com distribuição de cestas básicas. Atualmente oferece gratuitamente à comunidade aulas de música e mantém uma orquestra comunitária.

As mães moradoras dessa região que participaram desta pesquisa levavam seus filhos às aulas de música e, enquanto esperavam, aceitavam conversar sobre suas histórias, sonhos, desafios e experiências maternas em uma sala reservada. Foi inevitável observar que eram as mulheres que levavam os filhos às aulas de música. Raríssimas vezes se nota algum pai nessa função. Embora as aulas ofertadas pela instituição não sejam restritas às crianças, outros membros da família ou moradores da comunidade não costumam frequentar.

O segundo espaço que foi palco desta pesquisa foi uma clínica particular de serviços em saúde mental, a clínica Evolvere, localizada no bairro Boa Esperança 2, um bairro de classe média também da região metropolitana de Cuiabá, que oferece serviços de saúde

mental. Nesse caso, as mães que participaram desta pesquisa levavam seus filhos para acompanhamento profissional e, enquanto esperavam, conversávamos acerca de suas experiências maternas em um lugar reservado. Assim como no primeiro espaço, a presença era majoritariamente feminina.

As cenas em que a pesquisa deveria se desenrolar se apresentavam sem grandes impedimentos. As mulheres estavam em situação de espera e disponíveis, tudo que uma pesquisadora poderia querer. No entanto, o percurso não foi tão fácil quanto inicialmente imaginado. As mulheres sempre podem dizer “não” e muitas disseram. “Hoje não”, respondiam umas, “depois a gente fala”, respondiam outras, “eu vou sair daqui e já vou ter compromisso”. Algumas de olho no celular, outras conversando com a do lado, outras ainda sem fazer nada.

Neste momento uma rede de pensamentos me alcançou: “elas não querem ser incomodadas, como é bom poder ficar um tempo sem ninguém nos pedir nada”; “mas, será que elas não estão vendo que eu estou grávida? Custaria me ajudar?”. O início da pesquisa de campo geralmente frustra as mais nobres estimativas de seus pesquisadores, o outro é, de fato, um universo à parte que nunca poderemos alcançar na totalidade. Porém, essa relação transferencial da pesquisadora com o início do labor no campo, já oferecia pistas valiosas para a compreensão do objeto de pesquisa. As exigências superegóicas da pesquisadora que precisava pesquisar se chocavam com a liberdade de mulheres que não tinham obrigação nenhuma de falar. Mas, para além das vozes do superego, havia também o desejo da pesquisadora. Não se tratava apenas em cumprir protocolos de pesquisa, aquela liberdade, tão brevemente experimentada no intervalo de uma aula de música ou de uma consulta de psicoterapia. Claro, fazia todo o sentido, aceitar o pedido da pesquisadora, significava estar disponível para um outro mais uma vez.

Por isso, não houve outro caminho a não ser esperar que elas quisessem falar. Passei a ocupar os espaços em alguns dias da semana e ia puxando um assunto ou outro com as mulheres que estavam desfrutando de seus tempos, ainda que brevemente. Fui me mantendo ali, no horizonte, convidando a falar: “na próxima semana eu falo, tenho sim muita coisa para desabafar”, dizia uma. “Vixe, se eu começar a falar, vamos ficar horas conversando”, dizia outra. E assim, gradativamente, as mulheres iam se decidindo por falar sobre si e sobre a maternidade. No tempo definido por elas.

Foi um processo longo e muito persistente. Minha gravidez já estava no último mês de gestação quando as últimas entrevistas foram feitas. Sustentar a ética de respeitar o tempo do outro não foi fácil, sobretudo quando se está carregando um bebê. Mas, de certa forma, é isso que nós mães fazemos sempre, esperamos a nossa vez, respeitamos o espaço do outro, atendemos às suas solicitações e o que fazem conosco? O que nos resta são, muitas vezes, os espaços das recepções e salas de espera para, enfim, termos espaço.

De maneira geral, o contato com as mulheres do bairro Jardim Potiguar foi mais acessível do que as mulheres da clínica particular. Talvez a questão de classe social tenha alguma interferência nisso, talvez as mulheres mais pobres sejam mais acessíveis pela própria vivência comunitária que a condição social solicita, enquanto as mulheres de classe média se mantenham mais reservadas pela vivência mais individualizada.

Seja como for, todas as 12 mulheres da periferia de Várzea Grande e as 8 mulheres de classe média que aceitaram participar desta pesquisa, possibilitaram formar um campo intersubjetivo de entendimento do desejo e das transgressões necessárias na defesa de um corpo. Corpos esses que aprenderam ao longo de uma vida inteira a gestão da escassez e a administrar a tensão entre as exigências pulsionais e as normas culturais interiorizadas pelo superego, mas que encontram saídas, corpos insubordinados.

A partir desse encontro intersubjetivo foi possível compreender a transgressão como condição de possibilidade do desejo, que o desejo é indestrutível, e que as mulheres-mães brasileiras, apesar de tudo e contra tudo, continuam a desejar. Um desejo muitas vezes potencializado pelo nascimento dos filhos. Não é à toa que muitos movimentos sociais históricos importantes tenham sido precipitados por grupos de mulheres insurgentes. Talvez, por isso mesmo, algumas mulheres sejam tão temidas.

Após quase nove meses de trabalho de campo, era preciso iniciar um novo ciclo que, no caso desta pesquisa, foi marcado pelo nascimento do filho da pesquisadora. Todo o processo de licença-maternidade necessário para receber e cuidar daquele que chegava ao mundo recordava-me de fragmentos das falas das participantes. Nos dias mais desafiadores, de choros, noites em claro, dores da amamentação, lembrava-me da força inventiva daquelas mulheres. Nos momentos leves, calmos e risonhos, igualmente me lembrava de seus relatos de alívio.

O retorno ao campo de pesquisa não foi fácil. Cuidar da análise das falas das participantes, cuidar do bebê pequeno, cuidar do filho mais velho, cuidar dos prazos, cuidar da casa, cuidar do almoço... Quanto trabalho de cuidado e todos tão importantes. A pergunta que sempre batia à porta era: por que não desistir? Seria mais fácil. O problema é que ninguém persuade o desejo. Fragmentos das falas das participantes dialogavam (e ainda dialogam) constantemente comigo, me recordando de suas histórias e me fazendo recordar das histórias das minhas antepassadas. Me lembrava da cena no jardim e pensava na condição social a que muitas de nós mães estamos submetidas e, assim, o corpo se formava. Alternando entre processos criativos e transgressivos, para bancar o desejo e dar-lhe voz.

Nesse processo de construção dos dados da pesquisa, a dimensão da lei simbólica passou a ganhar destaque quando pensada em relação à transgressão. Muito se fala das transgressões da mulher na busca por atender seu desejo e pouco se fala das transgressões que

fazem com ela. E a ausência do Estado? E a exclusão da mulher-mãe do mercado de trabalho? E a gravidez na adolescência, fruto de abusos sexuais que tira a mulher da escola? Questões que todas as participantes relataram em suas falas e que precisaram transpor para continuar vivendo e investindo nos filhos.

Para Freud (1913/2012), a lei é compreendida como o limite simbólico necessário para a constituição do sujeito e do desejo. No pensamento de Freud, ela se manifesta no superego, que internaliza proibições sociais e monitora o ego, gerando culpa quando os ideais não são atingidos. A lei, nessa perspectiva, é a renúncia por satisfação total em favor do outro. Lacan (1966/1998) interpreta a lei através da ordem simbólica e do "Nome-do-Pai", que rompe a fusão mãe-bebê e instaura o desejo como uma busca incessante por algo que falta. Já Winnicott (1958/2000) vê a transgressão não como mera quebra de regra, mas como um "sinal de esperança" e um pedido de socorro frente ao aniquilamento subjetivo, sendo um ato de vitalidade e criação.

Homens de seu tempo que, embora tenham trazido conceitos importantes para a compreensão da subjetividade não avançaram sobre os efeitos da lei simbólica e sua misoginia sobre as mulheres. A idealização da "boa mãe", leia-se branca, de classe média e produtiva, funciona como uma lei social simbólica perversa, pois desconsidera os abismos sociais em que estamos inseridas. Nesse contexto, as falas das participantes emergiram como resistência criadora que ao transgredir conclama: precisamos de cuidados!

Assim, o artigo título desta tese, "Entre a criação e a transgressão: As maternidades na realidade brasileira" é o núcleo empírico de toda a investigação, o lugar onde os dados de campo são apresentados, interpretados e articulados ao referencial teórico. É nele que a tese central desta investigação encontra sua confirmação mais contundente e mais complexa: que a transgressão é condição de possibilidade do desejo, que o desejo é indestrutível, e que as mulheres-mães brasileiras, apesar de tudo e contra tudo, continuam a desejar. O encontro com

o outro as fez corpos. E esses corpos, como o artigo demonstrará, não se deixaram inteiramente capturar.

Referências:

Freud, S. (2012). Totem e tabu. In P. C. de Souza (Trad.), *Obras completas* (Vol. 11). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1913)

Lacan, J. (1988). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (M. D. Magno, Trad.). Zahar. (Trabalho original publicado em 1964)

Lacan, J. (1998). *Escritos* (V. Ribeiro, Trad.). Zahar. (Trabalho original publicado em 1966)

Nogueira, I. B. (2021). *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. Perspectiva. (Tese de doutorado original defendida em 1998)

Artigo 4

Entre a criação e a transgressão: As maternidades na realidade brasileira

Resumo: Este estudo investiga as maternidades brasileiras contemporâneas, articulando os conceitos psicanalíticos de lei, desejo e transgressão às profundas desigualdades sociais, raciais e de gênero, compreendendo a maternidade como um campo de disputa política e simbólica. A metodologia fundamentou-se no método psicanalítico de pesquisa, pautado na escuta clínica, na atenção flutuante e na transferência sobre o objeto. Participaram da pesquisa 20 mulheres da região metropolitana de Cuiabá, sendo oito frequentadoras de uma clínica particular de classe média e 12 vinculadas a uma instituição filantrópica em situação de vulnerabilidade. Os resultados indicam que, apesar do abismo socioeconômico, a ausência de corresponsabilização paterna e a sobrecarga doméstica são denominadores comuns que geram sofrimento psíquico. Enquanto o grupo de classe média utiliza a escolarização como escudo contra a vulnerabilidade financeira, as mães periféricas enfrentam trajetórias marcadas pela informalidade e dependência econômica. Conclui-se que a transgressão surge como uma resistência criadora frente à opressão, denunciando o "não cuidar" como um privilégio contemporâneo. O estudo propõe a transição do sacrifício individual para uma "lei de cuidado" coletiva, sustentada por políticas públicas que reconheçam a maternidade como função social essencial.

Palavras-chave: Maternidades; Psicanálise; Interseccionalidade; Transgressão; Desejo

Conforme apresenta Iaconelli (2023), ser mãe no Brasil é enfrentar um cenário marcado por profundas desigualdades sociais, raciais e de gênero, em que o exercício de cuidar é atravessado pela precariedade do trabalho, pela sobrecarga doméstica e pela responsabilização quase exclusiva das mulheres pela reprodução social. Tais marcadores

sociais são tão significativos no Brasil que Ferrari (2023) recomenda a utilização do termo “maternidades”, no plural, para se tratar desse fenômeno, a fim de deixar claro a disparidade de realidades que estão em jogo.

Martins et al. (2022), por exemplo, ao estudar as maternidades de mulheres, indicam que as mulheres, sobretudo negras, pobres e chefes de família, experimentam a maternidade sob forte tensão entre ideais normativos de “boa mãe”, por um lado, (que podemos afirmar serem impositivos culturais que, na perspectiva psicanalítica, têm participação importante na constituição daquilo que se compreende como ideias de Eu) e, por outro lado, condições objetivas de vida marcadas pela violência, pelo racismo e pela informalidade laboral.

Quer dizer, tem que ser “boa mãe”, mas ao mesmo tempo fazer isso sem qualquer suporte ou condições para tal, estando por conta própria (Rossafa & Antloga, 2025) para lidar com todos esses imperativos externos ao mesmo tempo em que eles se constituem como ideais a serem alcançados. Estudos interseccionais em atenção básica, conforme verificado em Nascimento et al. (2022), indicam que a maternidade solo constitui uma experiência frequente na vida de mulheres negras no Brasil, marcada por abandono paterno, precariedade econômica, sobrecarga de cuidado e ausência de políticas públicas específicas, configurando-se verdadeiras “ausências de cuidado”.

Ainda segundo as autoras, a falta de corresponsabilização paterna, a fragilidade institucional e a repetição de arranjos familiares marcados pela ausência do pai acentuam o risco de sofrimento psíquico materno e de efeitos transgeracionais na constituição subjetiva da criança, sobretudo entre mulheres negras periféricas.

Costa e Santos (2024), por sua vez, ao empreenderem pesquisas com adolescentes negras em situação de maternidade solo, mostram que elas representam sua experiência como responsabilização quase total pelos filhos, com sobrecarga financeira, moral e afetiva, sustentada por padrões sociais que convocam homens e mulheres a posições assimétricas na

parentalidade, e por dinâmicas racistas que as colocam em lugares de solidão afetiva e discriminação intrafamiliar.

Além disso, a articulação entre maternidades e trabalho no contexto neoliberal brasileiro torna-se especialmente relevante para pensar a situação de mulheres que vivenciam a perinatalidade e são chefes de família ou sustentam sozinhas seus filhos, segundo destacam Rossafa e Antloga (2025).

As autoras consideram que as mulheres-mães-trabalhadoras brasileiras estão “por conta própria” diante da conciliação sempre fragmentada entre cuidado e produtividade, ao mesmo tempo em que a exigência de “não deixar faltar nada” tende a ser vivida sob o signo de intensa culpa, vergonha e sensação de fracasso, acusações advindas da instância psíquica do superego, que tem como função exigir do ego corresponder às normativas e diretrizes culturais. Um peso que recai com mais intensidade sobre mulheres negras e pobres, que enfrentam simultaneamente racismo, sexismo e classismo.

É nesse complexo cenário que produções científicas orientadas pelo paradigma psicanalítico vêm articulando a própria teoria para chamar a atenção às condições concretas de vida das mulheres trabalhadoras brasileiras, abrindo caminho para análises que enxergam, no sofrimento perinatal de mães solo e mães negras, não apenas um drama íntimo, mas também um sintoma das formas contemporâneas de gestão neoliberal da vida e de persistência do racismo e do sexismo no país, conforme Ávila (2019); Nascimento et al. (2022) e Rossafa e Antloga (2025), entre outras.

Diante desse quadro, torna-se necessário que a pesquisa em psicologia e psicanálise tome a realidade brasileira como ponto de partida, articulando a maternidade aos contextos sociais e às múltiplas opressões presentes na cultura. O recurso da interseccionalidade, tal como elaborada por teóricas feministas e apropriada por estudiosas brasileiras da maternidade, oferece uma ferramenta teórico-metodológica indispensável para evidenciar

como gênero, raça, classe, sexualidade, geração e deficiência se entrelaçam na constituição das subjetividades maternas, produzindo modos diferenciados de vulnerabilidade e de potência, conforme apontam Brasil et al. (2025):

Não se nasce pai ou mãe, torna-se pai e mãe, pois a parentalidade se fabrica com ingredientes complexos: alguns coletivos, referidos à sociedade, outros pessoais e singulares, relativos à história de cada sujeito. O que está em jogo neste tornar-se é o que é transmitido, inclusive transgeracionalmente (p. 6).

Esse elemento transgeracional diz de algo operante e transmitido simbolicamente pela cultura e que, portanto, pode ser escutado e analisado. Não se trata, com isso, apenas de adicionar marcadores de diferença a um sujeito materno previamente definido, mas de recolocar a própria categoria “maternidades” como campo de disputa política e simbólica, em que determinadas experiências são legitimadas e outras, silenciadas ou criminalizadas.

A idealização da “boa mãe”, branca, de classe média, heterossexual, disponível integralmente para o filho e, simultaneamente, produtiva no mercado de trabalho vem exercendo status de lei social simbólica, sustentada por discursos médicos, religiosos, midiáticos e neoliberais, que apresentam o cuidado materno como destino natural das mulheres e invisibilizam seu caráter de trabalho reprodutivo (Halasi, 2018; Mendonça, 2021).

Uma lei injusta por desconsiderar os abismos sociais existentes entre as maternidades brasileiras e, por esse motivo, impossível de ser cumprida, mas que abre caminho para pensar e produzir teoria sobre o entrelaçamento entre os conceitos psicanalíticos de lei, desejo e transgressão frente à maternidade e à realidade brasileira.

A relação entre os conceitos de lei, desejo e transgressão em Freud, Winnicott e Lacan é um dos pilares fundamentais da psicanálise, constituindo uma dialética constante que define a subjetividade humana, sendo a lei a dimensão que estabelece um limite, a renúncia pulsional que Freud (1913/2012) denominou de recalque, limite esse necessário à possibilidade do

desejo e à inerente transgressão, apresentando o sujeito humano como um ser dividido, marcado pela falta e cuja existência se desdobra na tensão entre a necessidade de integração cultural e a impossibilidade de uma satisfação pulsional plena. Freud (1930/2010) argumenta ainda que a cultura opera através da inibição das pulsões agressivas e sexuais, institucionalizando normas simbólicas e expectativas morais que regulam o comportamento humano.

A lei, no pensamento freudiano, manifesta-se internamente através da formação do superego. Esta instância psíquica surge da internalização das proibições parentais e sociais, funcionando como um juiz interno que monitora o ego. A transgressão, nesse contexto, é muitas vezes uma resposta a essa pressão insuportável, ou uma tentativa de satisfação de impulsos que foram recalçados, mas que permanecem ativos no inconsciente. O desejo, portanto, é sempre estruturado em relação a essa proibição primordial: desejamos aquilo que a lei nos impede de possuir plenamente (Freud, 1913/2012).

Lacan (1966/1998), ao promover um retorno a Freud, reinterpretou a lei através da lógica estruturalista e da linguística. Para Lacan (1964/1988), o sujeito é constituído no momento em que entra na Ordem Simbólica, o reino da linguagem e da cultura. A lei lacaniana é representada pelo significante do "Nome-do-Pai", que exerce a função de castração, rompendo a relação imaginária e fusional entre a mãe e a criança. Para Lacan (1964/1988), o desejo humano é intrinsecamente insaciável porque não visa um objeto real, mas sim o preenchimento de uma falta que é constitucional ao ser falante. A transgressão, nessa perspectiva, é como uma tentativa de alcançar esse objeto mítico de satisfação total que a lei simbólica excluiu, garantindo que o sujeito permaneça em movimento, mas nunca alcance a completude. A lei, dessa forma, não é apenas um limite externo, mas uma estrutura interna fundamental para a emergência do desejo (Lacan, 1966/1998; 1964/1988).

Para Winnicott (1965/1993), a lei inicialmente situa-se na estabilidade e confiabilidade do ambiente provido pela família nuclear da criança e a transgressão constitui-se em uma espécie de “pedido de socorro” na busca por limites que faltaram no desenvolvimento precoce. Esse pedido é compreendido pelo autor como um “sinal de esperança”, uma vez que indica um esforço ativo para não ceder ao aniquilamento subjetivo, o que torna a transgressão um sinal de vida.

O desejo é compreendido por Winnicott (1958/2000) como vitalidade e espontaneidade que leva o sujeito a criar, um processo exercido por meio de espaços potenciais e objetos transicionais que permite construir caminhos para lidar com as realidades interna e externa. A transgressão seria, nessa perspectiva, a reivindicação desse espaço de criação de si.

Diferenças à parte, o que Freud, Lacan e Winnicott parecem concordar é que a lei estabelece uma moldura dentro da qual o sujeito pode encontrar caminhos de existência, o desejo surge a partir de limites impostos e transgressão um ato que impulsiona o sujeito em direção à sua verdade singular. Concordam, portanto, que a existência se desdobra na tensão entre restrições normativas e o movimento incessante de busca e reparação.

Vale dizer que não ignoramos a existência nos círculos psicanalíticos do discurso corrente que associa transgressão à perversão, aquela que se popularizou como uma estrutura psíquica de sujeitos que não reconhecem a lei e seus limites. Este estudo, no entanto, percorre outro caminho possível: o caminho que considera que, ao longo de mais de um século de desenvolvimento teórico, desde as primeiras formulações freudianas, a psicanálise tem refinado esses termos, transformando-os de categorias especialmente importantes para pensar a condição dos sujeitos e suas interseccionalidades e que neste estudo serão utilizadas para pensar as maternidades no Brasil.

Lippi (2010), ao articular Bataille e Lacan, por exemplo, mostra que a transgressão é um movimento que recobre o limite sem anulá-lo, comparável ao mar que transborda sobre a terra, de modo que lei e transgressão permanecem implicadas: a lei simbólica barra o gozo, mas, ao mesmo tempo, orienta a busca por ele.

Na ética lacaniana, é justamente na borda da lei, ou seja, na castração, que se abre o campo do desejo e que o gozo se apresenta como aquilo que, por estrutura, só pode ser tocado no registro de uma certa transgressão (Lacan, 1986, como citado em Lippi, 2010). O gozo, para Lacan (1972/1985), pode ser entendido como uma satisfação que vai além do prazer simples, envolve excesso e repetição, e pode até aparecer misturado ao sofrimento. Isso significa que, muitas vezes, o sujeito continua repetindo comportamentos ou situações que o afetam negativamente porque, de alguma forma, encontra nisso uma satisfação inconsciente (Lacan, 1959/1997).

Quando pensamos na maternidade, isso significa que o desejo materno não se constitui fora das leis simbólicas (parentais, de gênero, de filiação), mas se desenha na forma como cada mulher negocia, submete-se ou resiste aos mandatos que a convocam a ocupar o lugar de mãe. Por outro lado, a produção recente que articula psicanálise, feminismo e estudos de gênero tem enfatizado modalidades de transgressão que operam como resistência criadora frente à maternidade compulsória, resistência essa entendida no sentido social e não contra conteúdos possam ter sido recalcados.

Silva e Melo (2020) mostram, por exemplo, como mulheres que afirmam publicamente não desejar ser mães ou que expõem nas redes sociais a “maternidade real” com exaustão, raiva e desejo de afastamento são rapidamente nomeadas como egoístas, imaturas ou “monstruosas”, pois desestabilizam a imagem sacrificial da mãe e o dogma do amor materno incondicional. Nessa chave, a transgressão pode ser lida como gesto de separação em

relação a um Outro que exige da mulher que ela seja, antes de tudo, mãe, abrindo espaço para a emergência de um desejo feminino que não se reduz ao mandato reprodutivo.

No contexto brasileiro, esse jogo entre lei e transgressão ganha contornos específicos quando olhamos para a perinatalidade de mães solo e mães negras. Estudos psicanalíticos e interseccionais sobre maternidade solo em contextos de pobreza mostram que a maioria das mães solo é composta por mulheres pretas e pardas, vivendo com renda per capita de até meio salário-mínimo, em situações de alta vulnerabilidade (Abreu, 2018; Oliveira et al., 2025).

Essas mulheres carregam, simultaneamente, o peso de uma lei social que naturaliza o cuidado como seu destino e que as responsabiliza quase exclusivamente pelos filhos, e o peso da acusação de transgressão quando não conseguem corresponder ao ideal de disponibilidade integral, seja porque precisam trabalhar em horários extenuantes, seja porque deixam os filhos sob cuidado de terceiros para garantir a sobrevivência (Nascimento et al., 2022).

A psicanálise permite ler esse impasse para além da moralização: a culpa maciça que muitas dessas mães relatam pode ser compreendida como efeito da interiorização de um superego feroz, alimentado por dispositivos neoliberais e racistas que prometem reconhecimento à “mãe guerreira”, mas a abandonam materialmente (Rossafa & Antloga, 2025).

Nessa tensão, certos atos, como deixar o trabalho formal para cuidar dos filhos, ou, ao contrário, aceitar um emprego que exige longas ausências, podem ser sentidos pelas próprias mulheres como transgressões: ou transgridem a lei econômica que exige produtividade constante, ou transgridem o ideal de mãe sempre presente. Em ambos os casos, trata-se de decisões que tocam o campo da ética tal como formulado por Lacan: não se trata de “ser boa ou má mãe” conforme um código moral, mas de responder pela posição que se ocupa em relação ao próprio desejo e à lei (Lacan, 1986, como citado em Lippi, 2010). Ou seja: o que está em jogo, para a mulher, é pagar o preço de uma ou de outra transgressão, quando não, das

duas. Afinal, não é novidade para a psicanálise que tais conciliações na vida psíquica resultam em fracasso.

Uma leitura psicanalítica crítica das maternidades, nesse sentido, recusa tanto a glorificação da “mãe sacrificada” quanto a condenação moral da mãe que se afasta dos ideais normativos, interrogando que tipo de lei está em jogo em cada caso e que formas de transgressão se desenham na experiência de cada mulher.

Por fim, articular psicanálise, maternidades no Brasil e transgressão implica recolocar a pergunta pela lei que estrutura o campo materno: trata-se apenas da lei patriarcal que ordena “serás mãe”, da lei biomédica que normatiza o corpo grávido e puerperal, da lei neoliberal que comanda “dar conta de tudo”, ou também da lei simbólica que barra o gozo absoluto e torna possível um desejo? Quem está transgredindo o quê? Quem está transgredindo com quem?

Ao distinguir essas camadas, torna-se possível compreender que certas figuras contemporâneas como a mãe que verbaliza seu ódio, a mãe que não quer filhos, a mãe solo negra que recusa a culpa imposta por um Estado ausente, são identificadas como transgressoras porque expõem o caráter construído, e não natural, desses mandatos (Garcia, 2002; Mendonça, 2021).

Esta pesquisa, portanto, buscou ouvir em profundidade mulheres-mães da região metropolitana de Cuiabá, Mato Grosso, em suas mais diversas realidades, com o objetivo de escutar suas histórias, suas queixas, aspirações e suas relações com a própria maternidade, compreendendo como a transgressão e a criação se apresentam no cotidiano da vida de mulheres comuns do Centro-Oeste brasileiro.

A partir do método de pesquisa em psicanálise e seu aparato conceitual, buscou-se compreender a transgressão nas maternidades não apenas como quebra de regra, mas como ponto de fricção entre o desejo singular e as leis múltiplas, simbólicas, morais, econômicas, raciais, que tentam capturá-la, permitindo ouvir a experiência dessas mulheres sem reduzi-las

a desvios nem as idealiza como heroínas sacrificialmente adaptadas a uma ordem injusta, mas de forma a enxergar nelas a potência e a resistência de quem precisa criar uma saída para a própria existência. Possibilita também denunciar as relações de poder que se escondem nos limites impostos, simbólicos ou não, pela cultura e os privilégios mantidos por tais limites.

Percurso metodológico

Esta é uma pesquisa com método psicanalítico, objetivando pensar o fenômeno da maternidade em mulheres-mães frente à realidade social que as rodeia, norteadas pela crença de que “não perseguimos temas de pesquisa: são eles que nos perseguem e, desde o inconsciente, nos fazem sonhar e produzir” (Iaconelli, 2023, p. 15).

Para dar conta do objetivo proposto por esta pesquisa, compreendendo os aspectos inconscientes relacionados com as maternidades brasileiras e suas respectivas realidades, desenvolveram-se estratégias de pesquisa que permitissem ouvir em profundidade mulheres que se dispuseram a participar.

A pesquisa com método psicanalítico parte de uma opção epistemológica singular que a distingue de outras abordagens qualitativas: o sujeito investigado é concebido de forma complexa, não transparente a si mesmo nem aos outros, constituído por questões inconscientes, o que torna inadequado qualquer instrumento que pressuponha acesso direto e imediato à verdade de uma experiência.

Como observam Figueiredo e Minerbo (2006), a pesquisa com o método psicanalítico é aquela que se dá na transferência pesquisadora-objeto de pesquisa, formando assim um campo intersubjetivo no qual pesquisadora e objeto resultam transformados:

A relação sujeito e objeto em uma pesquisa tal como concebida nas ciências naturais e nas ciências sociais ou humanas implica um sujeito ativo debruçado metodicamente sobre seu objeto, munido de conceitos, instrumentos e técnicas de descoberta e de verificação — ou refutação — de suas hipóteses. Não é bem assim nas relações entre o

psicanalista, suas “teorias” e seus “objetos”. A entrega do “pesquisador” ao “objeto”, o deixar-se fazer por ele e, em contrapartida, construí-lo à medida que avançam suas elaborações e descobertas faz desta “pesquisa” um momento na história de uma relação que não deixa nenhum dos termos tal como era, antes de a própria pesquisa ser iniciada. Isso é mais óbvio em uma situação “terapêutica”, mas a atitude clínica pode se manifestar em outras condições e sempre terá como efeito a transformação das partes em jogo, o “objeto” e o “sujeito” da pesquisa (pp. 250-260).

Nesse sentido, Mezan (2024) sublinha que a pesquisa psicanalítica constitui uma reunião paradoxal de elementos subjetivo-afetivos e intelectuais: ela é simultaneamente um texto acadêmico, que precisa ser epistemológica e metodologicamente consistente, arquitetonicamente bem construído e retoricamente persuasivo, e um escrito psicanalítico, na medida em que contribui para que a pesquisadora compreenda melhor quem é e o que faz.

A pesquisa, portanto, nos dá notícia de um objeto interno que o percurso da própria pesquisa possibilitou nomear, destacar, tornando-o consciente, residindo aí o caráter artesanal e inovador da pesquisa em psicanálise. Vale destacar que objeto interno é um desdobramento kleiniano do conceito freudiano de imago (in Mezan 2002), para dizer das relações primárias e seus registros no inconsciente, acrescentando ao conceito freudiano a noção de que tais objetos internos têm para com o ego intenções, ou seja, estabelecem uma espécie de interlocução constante com o ego. Seja qual for a explicação teórica para esta relação interna, a escuta clínica pode captar através das falas, posturas, silêncios e lapsos no discurso do sujeito.

A escuta clínica constitui, assim, o alicerce do método psicanalítico de pesquisa. Trata-se de uma postura de abertura e receptividade que, diferentemente da escuta focal e dirigida por categorias prévias, mantém uma atenção a elementos marginais e dissonantes do

discurso (Minerbo, 2014), permitindo que conteúdos pré-conscientes e inconscientes possam emergir no próprio campo da pesquisa (Freud, 1912/2010).

Como apontam Silva et al. (2022), a psicanálise partiu de uma base de verbalização, mas boa parte do trabalho clínico passa também por aspectos pré-verbais, dado que muito depende da maneira como as palavras são usadas, da atitude que se oculta por trás das intervenções, o que se manifesta nas nuances, no ritmo e em outras formas expressivas que a escuta flutuante está apta a captar.

A escuta clínica, todavia, não se norteia exclusivamente pelo que o outro diz, mas igualmente às mobilizações inconscientes que emergem a partir do que foi dito. É uma escuta sensível ao que é solicitado na relação entre inconscientes, conforme assevera Minerbo (2013). Por isso mesmo a pesquisa com método de investigação psicanalítica não é neutra e nem pode ser. As solicitações inconscientes da pesquisadora no percurso da pesquisa e sua relação contratransferencial com o objeto de pesquisa compõem elementos fundamentais à própria pesquisa, constituindo seu caráter mais inovador.

Sendo a pesquisadora mulher, mãe, oriunda de classes trabalhadoras e passando por uma gestação no momento da pesquisa, poderia passar a impressão de que a escuta clínica estaria comprometida. No entanto, é precisamente nessas condições que se deu a transferência com o objeto, transferência essa que possibilitou a formação do campo de pesquisa, visto que, se na clínica psicanalítica a transferência analisante-analista é condição sine qua non para a análise, na pesquisa psicanalítica tal condição é a transferência sobre o objeto (Figueiredo e Minerbo, 2006).

Quem são as mulheres desta pesquisa?

Este estudo, que foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob registro CAAE número 73722523.3.0000.5540, contou com a participação de vinte mulheres voluntárias de dois contextos diferentes, um de classe média e outro de pobreza. As mulheres

de classe média foram convidadas a participar da pesquisa a partir de uma clínica multiprofissional particular da região metropolitana de Cuiabá. As mulheres pobres foram convidadas a participar a partir de uma instituição filantrópica localizada em um bairro de grande vulnerabilidade social, na cidade de Várzea Grande, também na região metropolitana de Cuiabá.

Às mulheres que aceitaram participar da pesquisa foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e agendados o dia e o local para as entrevistas. Os encontros seguiam os pressupostos do livre-falar, da escuta analítica e da atenção flutuante, partindo de um roteiro aberto de perguntas acerca do maternar. Cada entrevista foi gravada, posteriormente transcrita e revista, permitindo que os conteúdos pudessem emergir para além das informações ofertadas pelas participantes. Ao todo foram entrevistadas oito mulheres no contexto da clínica particular e 12 mulheres no contexto da instituição filantrópica. As tabelas abaixo apresentam o perfil sociodemográfico das participantes:

Tabela 1: Dados gerais do grupo 1, frequentadoras da clínica particular

	Idade	Raça	Estado Civil	Idade gestação 1º filho	Filhos	Escolaridade	Profissão
GR-10	35	Negra	Separada	16 anos	4 filhas (16 - falecida-, 11, 7, 5 anos)	Ensino médio	Servidora pública
GR-19	27	Branca	Casada	22 anos	1 filho (cinco anos)	Superior completo	Dona de casa
GR-21	32	Parda	Divorciada	26 anos	2 filhos (seis anos e 10 meses)	Superior completo	Servidora Pública
GR-23	49	Branca	Divorciada	32 anos	2 filhos (17 e 11 anos)	Superior completo	Servidora pública
GR-27	47	Branca	Solteira	36 anos	1 filha (11 anos)	Superior completo	Advogada autônoma
GR-28	39	Parda	Separada	31 anos	1 filho (8 anos)	Superior completo	Gestora setor privado
GR-29	44	Parda	Casada	33 anos	3 filhos (11, 8 e 5 anos)	Superior completo	Servidora pública
Gr-30	43	Branca	Casada	37 anos	2 filhos (6 e 4 anos).	Superior completo	Servidora pública

A partir dessa primeira tabela é possível verificar que a idade média do nascimento do primeiro filho das participantes de classe média é de aproximadamente 30 anos, acima da idade média de fecundidade estadual e nacional que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), é 27,4 anos e 28,1 anos respectivamente. A média de filhos, por sua vez, é de 2, também levemente acima da média estadual e nacional sendo, respectivamente, de 1,85 e 1,55 filhos por casal.

Quanto ao nível de escolaridade, sete das oito mulheres entrevistadas já possuem curso superior completo e apenas uma, desse grupo, não desenvolve uma atividade profissional, o que quer dizer que esse grupo de mulheres pertence aos 18,4% das mulheres que são mães e possuem curso superior no Brasil (IBGE, 2024).

A maioria dessas mulheres está divorciada ou separada, sendo apenas três participantes que declararam estar casadas. Observa-se também que as mulheres entrevistadas na clínica particular são majoritariamente brancas (50%), sendo que apenas uma das participantes se autodeclarou negra e três pardas.

Das participantes desse grupo, 62% relataram adiar a maternidade até completarem seus estudos e atingirem estabilidade profissional. Suas trajetórias são marcadas por um investimento precoce em escolarização como ferramenta de proteção contra a dependência financeira masculina e a maternidade surge como um evento que deve ser bem gerenciado financeira e emocionalmente a partir das experiências infantis: “Meu pai... extremamente machista... colocou um 38 na cara da minha mãe na sala... vivi o meu pai como homem, não como pai” (participante GR-23, grupo 1).

Temos, assim, indicativos de que homens e mulheres possuem motivações distintas para estudar. As falas das participantes deste estudo permitem considerar que uma de suas motivações mais frequentes é estudar para não ficar dependente e, portanto, vulnerável ao homem. Embora não possamos afirmar quais seriam as principais motivações para os homens

estudarem, podemos afirmar que o homem comparece no imaginário dessas mulheres como uma imago ameaçadora e que representa risco iminente ao Eu.

A participante GR-29 também relata falas que cresceu ouvindo da mãe: *“Estuda e trabalha. Vai arrumar seu emprego primeiro para não depender de marido”*. Ou ainda as falas da participante GR-16: *“Igual a minha mãe sempre tinha: ‘Eu quero que você estude para não ficar na lavoura sofrendo’”*.

A escolarização comparece no discurso das entrevistadas como um escudo contra a vulnerabilidade financeira, defesa incentivada majoritariamente pelas mães das participantes alegando a não dependência masculina, sempre vista como muito pouco confiável e ameaçadora, o que pode ter alguma relação com o alto índice de divórcio neste grupo. Imagina-se, assim, que a estabilidade financeira permite o desenlace sem cair nos estratos da vulnerabilidade social.

Nesse ponto se faz necessário mobilizar o conceito de fantasia que Laplanche e Pontalis (1967/2001) definem como sendo um “roteiro imaginário em que o sujeito está presente e que representa, de modo mais ou menos deformado pelos processos defensivos, a realização de um desejo” (p. 169). Aqui podemos ver um roteiro imaginário desse tipo, uma verdadeira saga da heroína na qual a protagonista, aconselhada por uma figura importante da história, se lança a percorrer a trama que a irá forjar heroína, que nesse caso consiste em superar inúmeros desafios para poder estudar e assim conquistar a sua independência frente ao opressor, ainda que não haja garantias de que esse esperado desenlace de fato ocorrerá. A clínica psicanalítica nos mostra todos os dias mulheres que percorreram esse trajeto e, no entanto, permanecem subjugadas à violência imposta pela misoginia. No entanto, esse roteiro imaginário é uma expressão do desejo de transgressão da ordem social opressiva contra as mulheres e que as entrevistadas pertencentes à classe média conseguem ao menos percorrer,

dado as suas condições socioeconômicas, o que possibilita uma independência, ainda que muito limitada.

Uma realidade bem distinta da encontrada no contexto da periferia de Várzea Grande, região metropolitana de Cuiabá, conforme a tabela sociodemográfica indicada abaixo:

Tabela 2: Dados gerais do grupo 2, frequentadoras da instituição:

	Idade	Raça	Estado Civil	Idade gestação 1ª filho	Filhos	Escolaridade	Profissão
GR-7	30	Branca	Casada	18 anos	6 filhos (11,6, 5, 3 e 1 ano e um bebê falecido)	Tecnóloga em Processos Gerenciais	Dona de casa
GR-8	49	Negra	Casada	29 anos	2 filhas. 20 e 15 anos	Ensino médio	Cuidadora
GR-9	35	Negra	Separada	21 anos	2 filhos (14 e 1 ano)	Superior completo	Analista contábil
GR-11	37	Negra	Separada	20 anos	3 filhos (16, 13 e grávida de seis meses)	Superior completo	Doceira autônoma
GR-16	32	Negra	Casada	20 anos	3 filhos: 12, 9 e 6 anos	Técnica de desempenho escolar	TDE em escola particular
GR-17	47	Parda	Casada	35 anos	1 filha de 12 anos	Superior completo	Setor administrativo privado
GR-18	36	Negra	Casada	16 anos	5 filhos: (20, 18, 16, 14 e 12 anos)	Ensino fundamental	Salgadeira autônoma
GR-20	25	Negra	Viúva	15 anos	3 filhos (11, 3 e uma filha de 6 anos falecida)	Ensino fundamental	Auxiliar escolar
GR-22	36	Branca	Casada	20 anos	3 filhas (15, 10 anos e um bebê falecido)	Ensino médio	Desempregada
GR-24	48	Parda	Separada	30 anos	2 filhas (18 e 8 anos)	Superior completo	Vendedora
GR-25	26	Negra	Casada	25 anos	1 filha (10 meses)	Tecnóloga em segurança de trabalho	Desempregada
GR-21	34	Negra	Casada	33 anos	1 filha (6 meses)	Ensino médio	Desempregada

Diferentemente das mulheres entrevistadas na clínica particular, as mulheres entrevistadas da instituição filantrópica estão abaixo da idade média de fecundidade nacional e estadual, com 23,5 anos. A média de filhos também se apresenta acima da média nacional e estadual, com 2,6 filhos.

A maioria das mulheres entrevistadas nesse grupo se autodeclarou negra (67%), sendo apenas duas participantes autodeclaradas brancas. Este dado confirma a tendência nacional de que quase metade das mulheres negras está inserida na informalidade (IBGE, 2024).

Quanto ao nível de escolaridade, observa-se que quatro participantes declararam ter o nível superior completo, sendo que três delas com vínculo empregatício e três declararam ter curso técnico, sendo que apenas uma delas com vínculo empregatício. As participantes que declararam ter cursado até o ensino médio ou fundamental trabalham como autônomas ou estão desempregadas.

Para este grupo, a relação com a escola é marcada por interrupções causadas por responsabilidades precoces ou falta de recursos, mas a educação permanece como o principal sonho de futuro. Muitas participantes tiveram que abandonar a escola para cuidar de irmãos ou trabalhar na infância, como a participante GR-8, que ficou três anos sem estudar por morar em um sítio precário e precisar ser “mãe dos irmãos”.

A participante GR-11, por sua vez, repete a frase de sua mãe ao explicar que a educação é a única via para escapar do trabalho braçal: “*A caneta é mais leve que a enxada*”. A participante cursou enfermagem via FIES “na marra”, enfrentando até a sabotagem do ex-marido que não queria sua independência e fazia barulho de moto na porta da escola para perturbá-la.

As participantes relatam ainda um forte desejo de retornar aos estudos para conquistar dignidade e cessar humilhações domésticas. A participante GR-22 concluiu o ensino médio após o nascimento das filhas e planeja cursar Psicologia através do ENEM para “ter algo a mais”. Já GR-25 expressa profundo arrependimento por não ter focado em seu curso técnico na adolescência, vendo isso como o motivo de sua atual dependência financeira do marido.

A dependência financeira é uma barreira recorrentemente relatada pelas participantes do grupo 2. A saída do mercado de trabalho para cuidar dos filhos torna o marido o único

provedor e, portanto, detentor de poder, conforme relata GR-31: *“Igual teve de dia dele falar que ‘quem faz tudo aqui em casa, é eu, quem paga as contas, é eu’. Então a gente se sente muito inferior”*.

Nesse contexto, a permanência no casamento muitas vezes não é apenas uma escolha afetiva, mas uma estratégia de sobrevivência contra a miséria, mesmo quando o parceiro utiliza o dinheiro como ferramenta de humilhação e silenciamento. Talvez por isso, diferentemente do grupo 1, 67% das mulheres do grupo 2 declararam estar casadas.

Os dados obtidos nas entrevistas revelaram alguns dos desafios que as mulheres-mães participantes deste estudo enfrentam cotidianamente para criar seus filhos e se manterem. Os fragmentos das histórias contadas por elas, suas falas, suas queixas e indignações permitiram construir elaborações para além das estatísticas sociodemográficas. O intercâmbio psíquico estabelecido entre pesquisadora, participantes e referencial teórico foram permitindo escutar clinicamente questões em constante processo de repetição na narrativa das participantes.

Afinal, as experiências relatadas pelas participantes apresentam muitas semelhanças, apesar de suas diferenças. Todas as mulheres relataram ter que dar conta da criação dos filhos sozinhas, todas relataram que a maternidade produziu impactos na relação com o trabalho, exigindo adaptações, todas consideraram que os homens não participam igualmente no cuidado com os filhos. Enfim, independentemente de estar no contexto da classe média ou da periferia, entoaram o coro já repetido pelas mulheres ao longo da história.

E foi justamente nessa repetição de narrativas e de versões diferentes dela que foi possível indagar: o que há para além dessa repetição? Que forças são essas que tanto constroem as mulheres? Tais questionamentos permitiram não apenas questionar o que faziam as mulheres em suas maternidades, mas ao que elas precisavam reagir, contra o que elas precisavam se defender. Assim, foi possível recair o foco para o fato de que a exploração

do trabalho reprodutivo das mulheres não apenas mantém o privilégio de não exercer o cuidado por parte de muitos homens, mas também impõe muitos obstáculos sobre o desejo.

O que as falas das participantes permitiram acessar e trazer à luz é o mecanismo social de manutenção do não cuidar como um privilégio contemporâneo, sobretudo endossado pelo modo de produção neoliberal alicerçado cada vez mais na desvalorização do trabalho reprodutivo em detrimento do trabalho produtivo, funcionando como estratificação de classes pela manutenção da desigualdade.

A ausência paterna e a sobrecarga materna

Neste ponto da pesquisa já ficou claro o abismo socioeconômico que separa um grupo do outro. Enquanto as mulheres de classe média, integrantes do primeiro grupo, são preparadas para a luta através de investimentos em formação e projeção de futuro, fomentando o desejo, as mulheres do segundo grupo são convocadas ao cuidado para a sobrevivência, precisam agarrar-se ao presente porque o futuro requer um alto investimento que elas não tiveram condições de fazer.

Cada participante do segundo grupo, ao relatar a necessidade de ter adiado ou abandonado os estudos, ou ter saído do emprego, ou ainda ter renunciado a um sonho por causa da necessidade de cuidar dos filhos sem a ajuda de seu parceiro, apresenta a insígnia dessa exploração.

Enquanto as participantes de classe média adiaram a maternidade, concluíram os seus estudos, chegaram ao ensino superior e construíram uma profissão estável, as mulheres pobres mal terminaram o ensino fundamental e foram buscar o sustento com a ajuda de parentes ou em empregos precarizados, uma realidade que as mantém submissas simbólica e materialmente aos homens.

Mais uma vez, a problemática parece ser semelhante para ambos os grupos participantes da pesquisa, mas o peso que as mulheres precisam suportar é bem diferente de

um para o outro grupo. Conforme os relatos das entrevistas, é possível considerar a ausência paterna no exercício da parentalidade compartilhada, centralizando, quando não todo, grande parte do trabalho reprodutivo nas mulheres.

Uma ausência não apenas marcada pela relutância em participar dos cuidados, mas em alguns casos pelo abandono completo de qualquer assistência, inclusive na relutância em pagar pensão alimentícia. Os relatos apresentaram tantas semelhanças que foi possível construir uma tabela, conforme quadros apresentados abaixo:

Tabela 3: Relação dos genitores e o cuidado com os filhos no primeiro grupo

	Estado civil	Presença do pai dos filhos	Rede de apoio	Participação cotidiana	Situação financeira/pensão
GR- 10	Viúva e separada	Pai não coabitante	Mãe (avó das crianças)	Participa do cotidiano, mas centralidade feminina	Pensão regular. Servidora pública
GR- 19	Casada	Pai coabitante	Terceirizada. Mora longe da família de origem	Participa do cotidiano, mas centralidade feminina	Provedor principal. Desempregada
GR- 21	Separada dos pais de seus filhos	Pais não coabitantes	Mãe (avó das crianças)	Não participam do dia a dia, centralidade feminina	Pensão regular de ambos os genitores. Servidora pública
GR- 23	Separada dos pais de seus filhos	Pais não coabitantes	Mãe (avó das crianças)	Não participam do dia a dia; contato muito limitado ou inexistente. Moram em outras cidades	Pensão regular de um e irregular de outro. Servidora pública
GR- 27	Solteira	Pai não coabitante	Mãe (avó das crianças)	Participa do cotidiano, mas centralidade feminina	Pensão regular. Advogada autônoma
GR- 28	Separada do pai de seu filho	Pai não coabitante	Mãe (avó das crianças)	Não participa do dia a dia; contato muito limitado ou inexistente. Mora em outra cidade	Pensão irregular ou inexistente. Gestora no setor privado
GR- 29	Casada	Pai coabitante	Família materna e paterna	Participa do cotidiano, mas centralidade feminina	Renda compartilhada. Ambos trabalham remunerados.
GR- 30	Casada	Pai coabitante	Terceirizada. Mora longe da família de origem	Participa do cotidiano, mas centralidade feminina	Renda compartilhada. Ambos trabalham remunerados.

É possível verificar a partir desse primeiro quadro, mais uma vez, como a escolarização e a classe social aparecem como fatores de proteção social da mulher frente à

maternidade. Seis das oito participantes relataram ter acesso à renda e à pensão regular. O pai paga, mas quem cria efetivamente os filhos são as mães.

As entrevistadas relataram que a participação dos genitores é frequentemente negociada a partir de uma posição de independência feminina. Para GR-27, o pai é presente de forma “recreativa” (passeios), deixando para ela a disciplina: “Ele ficou com a parte boa e eu fiquei com a parte chata”. A participante GR-29, por sua vez, teve que “puxar” o marido para participar: *“Não foi espontâneo... em geral, se você não coloca, ele fica lá”*.

No caso de GR-21, o ex-marido usava o cuidado para atacá-la após o divórcio, enviando fotos de pequenos machucados para questionar a competência dela, servindo de mecanismo de punição contra a mãe, enviando fotos e questionando a capacidade dela de cuidar. Uma situação que a participante relatou conseguir reverter: *“Ele é uma criança, você acha agora, antes dele ir passar o final de semana com você que eu vou ter que fazer uma vistoria nele? Igual você faz?”*.

A necessidade de driblar narrativas culpabilizantes também está presente na fala da participante GR-19, ao relatar os conflitos que tem com a sogra que, para proteger o filho e eximi-lo das responsabilidades parentais, alega que todos os problemas que a criança apresenta são de origem materna. A participante defende-se: *“mas, igual meu esposo, ele não... O meu filho vai lá e fala ‘Vamos brincar, papai. Eu quero brincar com você’*. Ele fala, *‘mamãe, o papai não quer brincar comigo. Ele quer ver a TV’*”.

Nesse caso não é o marido quem acusa a mulher, mas é endossado por ele. A acusação encobre a realidade e tenta livrar o homem de sua responsabilidade paterna, demonstrando como a dinâmica patriarcal é transgeracional e o alto custo pago pelas gerações futuras. Quem perde com a ausência paterna, senão o filho? O que os pais, ao se ausentarem, têm transmitido aos seus filhos?

Temos, de um lado, mulheres de classe média que se protegem do desamparo social e familiar pela via da educação e do adiamento da maternidade e, por outro lado, homens que se refugiam pela via da educação para não se haverem com o trabalho reprodutivo. Se essa é a realidade de mulheres de classe média, o que esperar da realidade das mulheres pobres?

Tabela 4: Relação dos genitores e o cuidado com os filhos no grupo 2

	Estado civil	Presença do pai dos filhos	Rede de apoio	Participação cotidiana	Situação financeira/pensão
GR- 7	Casada	Pai coabitante	Mãe (avó das crianças)	Participa do cotidiano, mas centralidade feminina	Provedor principal; Desempregada. Recebe Bolsa Família
GR- 8	Casada	Pai coabitante	Mãe e sogra (avós das crianças)	Participa do cotidiano, mas centralidade feminina	Renda compartilhada. Ambos trabalham remunerados.
GR- 9	Separada do pai da filha	Pai não coabitante	Pai e mãe (avós das crianças)	Presença esporádica; relação marcada por conflitos e ausência afetiva em vários momentos	Pensão fixada judicialmente insuficiente. Trabalha em empresa (CLT)
GR- 11	Separada	Pai não coabitante	Família materna (primas, tia e mãe)	Não participa do dia a dia nem de decisões; contato muito limitado ou inexistente. Mora em outra cidade	Pensão fixada judicialmente insuficiente. Trabalha como autônoma
GR- 16	Casada	Pai coabitante	Mãe (avó das crianças)	Quase não participa do cotidiano, centralidade feminina	Renda compartilhada. Ambos trabalham remunerados.
GR- 17	Casada	Pai coabitante	Família materna (mãe, pai e irmãos)	Participa do cotidiano, mas centralidade feminina	Renda compartilhada. Ambos trabalham remunerados.
GR- 18	Casada	Pai coabitante	Mãe (avó das crianças)	Participa do cotidiano, mas centralidade feminina	Provedor principal. Trabalha como autônoma
GR- 20	Viúva	Pai falecido	Família materna e paterna	Presença restrita ao período anterior ao falecimento; depois maternidade torna-se exclusivamente materna	Não há pensão do genitor; Trabalha como auxiliar escolar
GR- 22	Casada	Pai coabitante	Mãe (avó das crianças) e irmã	Participa do cotidiano, mas centralidade feminina	Renda compartilhada. Comércio local
GR- 24	Separada	Pai ausente	Família materna	Não participa do cotidiano, apenas financeiramente	Pensão regular. Vendedora
GR- 25	Casada	Pai coabitante	Família materna	Participa do cotidiano, mas centralidade feminina	Provedor principal. Desempregada. Espera aprovação do Bolsa Família

GR- 31	Casada	Pai coabitante	Família materna	Participa do cotidiano, mas centralidade feminina	Provedor principal. Desempregada
---------------	--------	-------------------	--------------------	---	-------------------------------------

Verifica-se no segundo grupo, diferentemente do primeiro grupo, uma maior prevalência da participação financeira masculina, marcada por uma divisão rígida de papéis onde o homem é o “provedor” e a mulher a “cuidadora total”. A participante GR-16 relata, por exemplo, que seu marido reclama de cansaço para não participar das terapias da filha que recebeu o diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH):

“Sempre sou só eu com ela... ele diz que não pode ir porque tem serviço”.

A participante GR-25 diz que o marido “ajuda”, mas evita tarefas básicas como o banho ou acordar à noite: *“De madrugada, é eu... fralda também, eu tenho que falar para ele trocar”*. Para GR-24, o ex-marido é financeiramente presente, mas ausente na rotina: *“O pai só pega na hora que está cheirosinho, bonitinho, para tirar foto”*.

Em ambos os grupos, a maternidade é experienciada como um trabalho integral para a mulher, onde o pai atua como provedor de recursos ou lazer, mas raramente compartilha a carga mental e a responsabilidade última pela formação e saúde do filho, ou seja, raramente se compromete com o trabalho de cuidado, o que significa dizer que o trabalho doméstico que essas mulheres fazem os beneficia igualmente.

Se no primeiro grupo a separação livra as mulheres de cuidar de seus maridos, no segundo grupo a paternidade periférica denuncia que os homens, ao invés de estarem na posição de cuidadores, estão mais na posição de serem cuidados. O pai, porta-voz da lei, no entendimento de Freud e Lacan, o mantenedor de um ambiente suficientemente bom, no entendimento de Winnicott, aparece nos relatos das participantes como indiferente às responsabilidades que lhe cabem:

“Meus filhos fazem o que querem com o pai deles. Esses dias mesmo a nossa briga foi por causa deles. A do meio, ela discute com ele como se fosse amigo. Eu falei para ele, não podem deixar isso não. Você é o pai dela e ela sua filha. Entendeu? Eu falo para

ele. Eu olho só de olhar para ela e já sabe que eu estou para parar com aquilo. E não, ele trata as crianças como se fosse irmão” (participante GR-16, do grupo 2).

O trecho da fala da participante GR-16 permite questionar a densidade significativa “Nome-do-Pai”, que exerce a função de castração simbólica e marca a falta tão necessária à constituição do desejo, uma função que, em termos práticos, é desempenhada por um terceiro que se anuncia na relação como alguém que estabelece um limite entre o eu e o outro. É isso que a psicanálise lacaniana compreende como lei. O que as falas das participantes parecem reclamar é que elas estão tendo que fazer esse trabalho sozinhas, “só de olhar e já sabe”. O trabalho de cuidar, de educar, de orientar para o mundo, de dar limite e proteger a criança do outro e de si mesma. Um trabalho colossal que segue, para as mulheres participantes deste estudo, em seus ombros.

Seria de caso de questionar se as mulheres não estão dando espaço para os homens entrarem nessa relação que podemos freudianamente considerar como edípica? Será que a emancipação feminina atingiu patamares tão altos que os homens ficaram deslocados e sem função, como popularmente tem circulado pelos discursos mais conservadores? Ou talvez os movimentos sociais tenham alcançado tantas conquistas que pôs em xeque o desempenho paterno? Emancipação? Oras, as falas das participantes dialogam profundamente com as estatísticas do IBGE e, até onde nos é possível averiguar, a qualidade de vida das mulheres mães brasileiras está longe de ser um mar de rosas a ponto de dispensar seus parceiros na criação dos filhos.

“O apoio do pai deveria ser igual o meu. Era para ele estar junto comigo, mas ele sempre diz que não pode ir porque tem serviço para fazer. Ele sempre arruma um serviço dele na frente de tudo. Porque era para nós dois juntos. O pai e a mãe estão juntos. E sempre sou só eu com ela. Eu falo para ele: ‘você também tem que me

ajudar, tem que ir'. O psicólogo mesmo, é o pai e a mãe juntos, os dois moram juntos, mas só eu vou. Ele foi só no primeiro dia" (participante G-16, do grupo 2).

Talvez estejamos diante da necessidade de olhar para o fenômeno da maternidade e revisitar conceitos importantes da psicanálise para melhor compreender os problemas do nosso tempo e espaço. Talvez a queixa das mães seja um pedido de socorro, nos termos de Winnicott, a denunciar violências antigas reapresentadas em formas contemporâneas de opressão, cujo preço recairá com juros sobre as futuras gerações.

O esforço criativo das mulheres na transgressão de uma lei arcaica

De certa forma, é compreensível pensar que a lei, o desejo e a transgressão na perspectiva de Freud, em que a renúncia pulsional estabelece a força motriz do desejo utilizando-se da transgressão, direcionando o desejo a buscar realização naquilo que a cultura restringe. A problemática histórica no final do século XIX foi o exato retrato desse jogo de forças, em que as restrições sexuais e sociais impostas às mulheres lhes produziam a sintomatologia de conversão histórica.

Também faz sentido pensar o desejo como vitalidade, conforme aborda Winnicott, em que a lei é resultado das condições ambientais disponíveis ao sujeito e a transgressão como sendo um pedido de socorro, um movimento involuntário do sujeito pela busca por limite e espaço seguro para exercer a própria autonomia e criatividade. O contexto pós-grandes guerras mundiais de meados do século XX, em que Winnicott foi contemporâneo, testemunhou a expansão de movimentos sociais a produzir rupturas culturais importantes.

Lacan, por outro lado, foi contemporâneo a esses movimentos como a primavera francesa de 1968. Por isso, é igualmente compreensível o entendimento lacaniano da lei, como ordem simbólica que barra o sujeito. O desejo nasce dessa falta que impõe ao sujeito movimento pela busca da satisfação e a transgressão emerge como uma forma de fidelidade ao próprio desejo.

A articulação de lei, desejo e transgressão por parte desses três pilares da psicanálise permite considerar que os limites impostos pela cultura, estandarte da lei, ao constrangerem as moções pulsionais ou criativas do sujeito, este se move de forma a precisar confrontar a lei e suas restrições, tencionando-a e modificando-a. Não foi exatamente isso que os movimentos feministas produziram ao longo de mais de um século de lutas pelos direitos das mulheres?

Tal luta está permanece atual quando ouvimos nos relatos das participantes falas como:

“Saía correndo da faculdade e buscava eles na escola e ia para casa. E quando a escola de um deles era à tarde, eu tinha de colocar os dois à tarde e eu estudava à noite. Nessa época eu não trabalhava e eu morava numa casinha de Cohab que eu ganhei e era assim, eu ficava trocando de turno na faculdade, um semestre estudava de manhã e ou à noite. Eu fiz o Enem, ganhei pouquíssimos pontos, mas naquela época me garantiu o FIES 100%, eu não pagava nada. Eu também estava no bolsa família nessa época, que ajudava muito. Mas, estudar à noite era, digamos assim, um inferno, porque ele tinha ciúmes, né? Porque a pessoa apronta, ele acha que você também apronta, que você faz a mesma coisa (...) eu estava trabalhando em um hospital. Eu estava casada novamente. Aí a gente fez alguns planos e foi por água abaixo. Ou seja, eu saí do serviço para engravidar. Passar a gestação em casa. Minha ideia era viajar também com o meu ex-marido, que é caminhoneiro, porque eu gosto. Mas, eu saí do serviço, engravidei e me separei (porque ele também ‘aprontava’). Agora eu estou vendendo donuts para complementar a renda”. (Participante G-11, do grupo 2).

O relato de GR-11 nos permite lembrar da trajetória da heroína e a fantasia de conquistar a independência pelos estudos e transgredir a opressão imposta pelo marido. Fantasia que ela consegue realizar, visto que conclui o curso e encontra emprego na área de formação, além de, em meio a esse percurso, conseguir separar-se do marido opressor. No entanto, seu relato nos informa que, ao apaixonar-se novamente, ela formula um outro roteiro

imaginário, o de acreditar que ele ocuparia o lugar de marido fiel e provedor com o qual ela subiria na boleia de um caminhão, apontando para sua repetição sintomática que está alicerçada nos ideais socialmente compartilhados do que se espera que um homem faça por uma mulher. Movida por esse desejo e a fantasia a ele correspondente, ela abandona o emprego e, conseqüentemente, a autossuficiência financeira. Essa fantasia, porém, não se concretiza, pois ela descobre que o novo marido, embora provedor, não era fiel. No momento da entrevista, ela se encontrava desempregada e grávida do agora ex-marido, vendo-se dependente financeiramente e preparando-se sozinha para a chegada de um novo bebê e todos os cuidados a ele inerentes.

Quando pensamos nos ideais socialmente compartilhados que circulam pela cultura, Rossafa e Blum (2021) argumentam que o ideal de mulher contemporânea é aquele que busca ser uma profissional de sucesso e uma mãe dedicada, exigindo que a mulher se dedique integralmente ao outro, seja esse outro um trabalho ou uma família ou um marido. A análise das falas das participantes deste estudo permite fazer um acréscimo a essas considerações.

Talvez o ideal de mulher contemporânea não seja ser profissional de sucesso e mãe dedicada, mas sim ser profissional de sucesso para depois ser mãe. Tal ideal pode ser compreendido como uma lei cultural a impor limites sobre as mulheres, estabelecendo condições não apenas cada vez mais exigentes para o exercício da maternidade, colocando-o, porque não dizer, como proibido, transgressor: *“Eu nunca quis ter filhos... eu sempre fui mais egocêntrica”* (participante G-23, do grupo 1).

Quando retomamos a análise dos dois grupos, verificamos que as mulheres pertencentes à classe média, de maioria branca, são as que mais possuem curso superior completo e estabilidade profissional, que pode significar sucesso nos dias de hoje. É esse grupo de mulheres que possui menos filhos e que mais adiou a maternidade em comparação com as mulheres residentes da periferia.

Quando Federici (2017) denuncia a exploração do trabalho reprodutivo como um dos alicerces fundamentais para o capitalismo, ela também nos permite pensar que os ideais de mulher ocidental historicamente construídos foram sendo transformados e integrados à lei cultural de forma a beneficiar cada vez mais um pequeno grupo de pessoas e explorar outro.

A maternidade é, nesse sentido, um problema, porque exige um cuidado de outra ordem e chama atenção para aquilo que não pode ser mensurado justamente por ser indispensável. O trabalho de cuidado, portanto, pode ser compreendido como transgressor por ameaçar a lógica da produtividade. Isso configura uma das grandes contradições do modelo atual: ao mesmo tempo em que a exploração do trabalho reprodutivo é necessária ao produtivismo neoliberal, é justamente essa dinâmica que o coloca em risco.

“Porque, querendo ou não, isso pesa bastante para nós. Eles perguntam mesmo.

Porque eles consideram, assim, que o neném vai ficar doente a qualquer momento, que eu vou precisar lavar no médico, que eu vou faltar no serviço. E é verdade. Né? Então, ser mãe acaba sendo um fator que dificulta para ter um emprego” (Participante G-11, do grupo 2).

A maternidade tem sido evidenciada como algo que constrange a mulher e atrapalha a busca pela independência. Porém, quando analisada sob uma perspectiva crítica da cultura contemporânea, talvez seja possível compreender que a resistência em conseguir um trabalho após a maternidade diz exatamente o quanto não cuidar é um privilégio.

Ser recusada em um trabalho por causa da maternidade pode mobilizar muita culpa diante da percepção de fracasso em não corresponder ao ideal de profissional de sucesso para poder ser uma mãe dedicada. Quando, talvez, a recusa queira dizer que o outro não tem interesse em exercer um cuidado, pois é exatamente isso que acontece quando um trabalhador precisa se ausentar para cuidar de um filho: o empregador exerce, ainda que temporariamente, um cuidado. Na ausência de um, o outro é convocado a cuidar.

Sem ter quem cuide da mãe preta periférica, ela não pode se ausentar dessa função por nenhum minuto e, com isso, é subjugada à função de cuidado, sem espaço para a realização do desejo quando ele não coincide com a maternidade:

“Ter mais ajuda, né? Porque eu tenho vontade de fazer mais coisas, eu tenho vontade de fazer faculdade. Eu tenho vontade de fazer faculdade, eu tenho vontade de fazer outras coisas, né? Não tem como eu fazer. Se eu conseguisse uma auxiliar de sala para ela, ficaria mais fácil. Eu podia arrumar serviço em outra coisa” (Participante G-16, do grupo 2).

Ter mais ajuda significa democratizar as funções de cuidado, convocando não apenas homens, mas toda a sociedade e os poderes públicos a realizarem esse trabalho. A exploração do trabalho reprodutivo impede que a mulher, sobretudo no contexto de baixa renda, exerça outras atividades e cuide de si mesma.

O que as análises aqui presentes permitem considerar é que o comportamento de ausência dos genitores, a cultura da indiferença presente no setor produtivo da sociedade são efeitos de uma cultura que reluta em distribuir o poder. A própria lei cultural que fundamenta a cultura sob o pretexto de proteger a sociedade é aquela que carrega traços arcaicos a perpetuar formas de exploração.

As maternidades, no entanto, consideradas historicamente o destino da mulher, agora parecem ganhar força como pauta de reivindicação feminina, pela busca por igualdade de cuidados, se contrapondo ao cenário que sempre encontrou na maternidade a justificativa ideológica da opressão da mulher. De tempos em tempos, quando essa opressão chega a patamares altíssimos, a maternidade pode se constituir como uma motivação revolucionária.

A Marcha das Mulheres sobre Versalhes, na França, em 1789, por exemplo, reuniu mulheres furiosas nos mercados de Paris com a escassez de pão e iniciaram uma das mais potentes ações da Revolução Francesa.

As operárias têxteis de Petrogrado, em 1917, saíram às ruas reivindicando melhores condições de vida. Ao passar pelas fábricas vizinhas, exigiam que os operários homens se juntassem ao protesto. Esse movimento teve importância no processo da revolução Russa e deu origem ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março.

No Brasil, enquanto a ditadura proclamava o “milagre econômico”, mães da periferia de São Paulo fundaram clubes de bairro que se transformaram no Movimento do Custo de Vida (MCV). Em 1978, lotaram a Praça da Sé com mais de 20 mil pessoas, exigindo congelamento de preços e reajuste salarial. É considerado o maior movimento feminino de resistência à ditadura brasileira, tendo contribuído diretamente para a redemocratização do país (TV Senado, 2025).

O poder do encontro coletivo e do mútuo cuidado precisa se sobrepor à ampla disseminação do modo de vida individualizante para convocar o Estado a suprir o cuidado que seus cidadãos necessitam. Talvez, o caminho para isso, seja a legitimação da maternidade como um trabalho.

Considerações finais ou por uma lei de cuidado

Observa-se que o cuidado materno, tão valorizado simbolicamente pela cultura, não apenas não oferece possibilidade de sustento às mães, como também as adocece pela característica ininterrupta e totalizante dessa função. Quando falamos de uma lei simbólica cultural, pressupomos uma lei que rege os estatutos da constituição subjetiva, a impor castração, ou seja, a capacidade de renunciar à satisfação pulsional. Porém, a própria cultura detentora desse estandarte é a mesma que abre brechas para amenizar a força dessa lei para os homens, por meio de dispositivos que atenuam a renúncia para essa parcela de seres viventes enquanto oneram as mulheres. Essa lei, portanto, não é imparcial e são exatamente os efeitos dessa parcialidade nas relações, nos aparatos estatais e nas próprias mulheres que este

trabalho permite denunciar e afirmar que a lei que é de castração precisa tornar-se também lei de cuidado e de responsabilização coletiva.

Mesmo as maternidades revelaram-se como uma posição subjetiva de contradição irreduzível, sendo simultaneamente o local do gozo e da realização subjetiva, e o território do sacrifício e do exercício do cuidado. É na exaustão material, na ausência do Estado e na indiferença do outro que o trabalho de cuidado se torna um mecanismo de reprodução da pobreza e da desigualdade de gênero.

A transgressão dessa lei simbólica, nesse contexto, torna-se a saída inevitável para o próprio desempenho do cuidado. A restrição de recursos de que as mulheres integrantes deste estudo relataram viver não apenas permite destacar a transgressão que com elas foi feita, mas também a transgressão que elas precisam fazer para poderem seguir ou, como diria Rita Lee: *“suspenderam os jardins da Babilônia e eu pra não ficar por baixo resolvi botar as asas pra fora”*.

Enquanto as maternidades operarem sob o significante do cuidado como sendo um sacrifício natural da mulher, continuaremos a testemunhar o esgotamento de corpos femininos. A dignidade materna exige a transição do sacrifício individual para a responsabilidade pública e coletiva, propondo dessa maneira, um novo pacto social, que na prática significa dizer: Por uma lei de cuidado.

Torna-se fundamental, assim, a consolidação de políticas públicas que reconheçam a maternidade como uma função social, como a criação da renda básica de maternidade, com subsídio direto para mães em vulnerabilidade, reconhecendo o valor econômico do cuidado e reduzindo a dependência financeira, e a expansão de creches públicas em tempo integral como direito laboral universal, além de repensar radicalmente a dinâmica das jornadas de trabalho para as mulheres que são mães.

Referências:

- Abreu, L. F. L. (2018). Maternidade solo e repercussões psíquicas na primeira infância: Uma revisão à luz da psicanálise e das desigualdades sociais [Artigo]. *Revista FT*.
- Araújo, M. H. P. de O., & Amorim, B. M. O. de. (2025). Contos de dor, amor e alegria: Representações sociais da maternidade solo. *Psicologia & Sociedade*, 37, e289724. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2025v37289724>
- Ávila, A. A. (2019). Armadilhas da culpabilização materna. *Revista Estudos Feministas*, 28(2), e65236. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n265236>
- Brasil, K. T., Lazzarini, E. R., Scheinkman, D., Maesso, M., Baron, S., Legnani, V., & Drieu, D. (2025). Parenthood: Contributions from psychoanalysis to public health policies. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 41(spe1), e41nspe11. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e41nspe11.en>
- Costa, T. G., & Santos, E. F. (2024). Representações sociais da maternidade solo em adolescentes negras. *Áskesis*. <https://doi.org/10.14244/2238-3069.2023/3>
- Fédida, P. (1992). *Nome, figura e memória: A linguagem na situação psicanalítica*. Escuta.
- Ferenczi, S. (1990). *Diário clínico (1932)*. Martins Fontes.
- Fernandes, M. A. (2015). Da temporalidade da existência e do instante: Uma investigação ontológico-existencial segundo o pensamento de Heidegger. *Natureza Humana*, 17(1).
- Ferrari, R. da S. (2023). *Maternidades, assombro e elaboração: Uma perspectiva psicanalítica*. Artes & Ecos.
- Figueiredo, L. C., & Minerbo, M. (2006). Pesquisa em psicanálise: Algumas ideias e um exemplo. *Jornal de Psicanálise*, 39(70), 257–278.
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In J. Salomão (Ed.), *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930–1936)*. Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1930)
- Freud, S. (2010). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In J. Salomão (Ed.), *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (O caso Schreber), artigos sobre técnica e outros textos (1911–1913)*. Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1912)
- Freud, S. (2012). Totem e tabu: Algumas concordâncias entre a vida psíquica dos homens primitivos e outros textos. In J. Salomão (Ed.), *Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912–1914)*. Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1913)
- Garcia, C. C. (2002). *O que é maternidade*. Brasiliense.
- Halasi, F. de S. (2018). *A mulher brasileira contemporânea e a maternidade da culpa* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUC-SP. <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21668>

- Iaconelli, V. (2023). *Manifesto antimaternalista: Psicanálise e políticas da reprodução*. Zahar.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). *Censo Demográfico 2022: Fecundidade: Resultados do universo*. <https://www.ibge.gov.br>
- Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 6(1), 115–138. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982003000100007>
- Lacan, J. (1959/1997). *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise* (A. C. T. de M. Campos, Trad.). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1964/1988). *O livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (J.-A. Miller & J. Miller, Trad.). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1966/1998). *Escritos* (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar.
- Lacan, J. (1972/1985). *O seminário, livro 20: Mais, ainda* (M. C. L. Penot, Trad.). Jorge Zahar.
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (1967/2001). *Vocabulário da psicanálise* (P. Tamen, Trad.; 4ª ed.). Martins Fontes.
- Lippi, M. (2010). Os percursos da transgressão (Bataille e Lacan). *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 12(2), 247–261. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982009000200001>
- Martins, D. M. B., Bonfim, C. B., & Bernardo, K. J. C. (2022). Maternidade solo e interseccionalidades: Práticas de cuidado no contexto da atenção básica. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 11, e4393. <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpd.2022.e4393>
- Mendonça, S. C. de (Org.). (2021). *Maternidades plurais: Vivências, vulnerabilidades e resistências*. Editora CRV.
- Mezan, R. (2002). *Interfaces da psicanálise*. Companhia das Letras.
- Mezan, R. (2024). O método psicanalítico no texto acadêmico: Três exemplos e algumas observações. *Jornal de Psicanálise*, 57(106), 187–215.
- Minerbo, M. (2013). Transferência: Diálogo com um jovem colega. *Jornal de Psicanálise*, 46(85), 167–182.
- Minerbo, M. (2014). *Neurose e Não-Neurose*. Casa do Psicólogo.
- Nascimento, A. M. V. S., Martins, D. M. B., Bonfim, C. B., & Bernardo, K. J. C. (2022). Maternidade solo e interseccionalidades: Práticas de cuidado no contexto da atenção básica. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 11, e4393. <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpd.2022.e4393>

- Rossafa, R. G., & Antloga, C. (2025). Estás por conta própria: Reflexões psicanalíticas acerca da maternidade no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 41(spe1), e41nspe05. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e41nspe05.en>
- Rossafa, R. G., & Blum, V. L. (2021). *Ser mulher: A clínica psicanalítica a favor da escuta e produção de sentido*. EdUFMT.
- Silva, C. A. da, & Melo, M. (2020). *O mito do amor materno e a “maternidade real” nas redes sociais*. Estudos Feministas.
- Silva, H. C. da, & Donelli, T. M. S. (2016). Depressão e maternidade à luz da psicanálise: Uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia Clínica*, 28(1). http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652016000100005
- Silva, M. R., Oliveira, B. C., & Ferrari, A. G. (2022). Da experiência ao relato clínico: Desafios do registro em uma pesquisa psicanalítica. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 25(2), 31–38. <https://doi.org/10.1590/1809-44142022-02-04>
- TV Senado. (2025, dezembro 24). *Mães contra a ditadura: História do Movimento do Custo de Vida*. Programa Cidadania. Senado Federal. <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/cidadania-1/2025/12/maes-contr-a-ditadura-historia-do-movimento-do-custo-de-vida>
- Winnicott, D. W. (1993). *A família e o desenvolvimento individual*. Martins Fontes. (Obra original publicada em 1965)

5. Nasce uma elaboração

Freud (1914/2010) introduziu o conceito de elaboração para descrever o trabalho psíquico pelo qual uma experiência que havia sido meramente repetida, atuada, revivida sem consciência, começa a ser transformada em memória, em representação, em algo que o sujeito pode reconhecer como seu e, portanto, integrar à sua história. Elaborar é o trabalho que transforma o traumático em narrável. Não porque o trauma desapareça, mas porque o psiquismo encontra formas de sustentá-lo sem ser por ele destruído.

Há sempre algo no real que não cabe em palavras e é justamente nessa busca por nomeação que o pensamento tem a oportunidade de avançar. Com esta pesquisa não foi diferente. Havia hipóteses teóricas bem fundamentadas antes de entrar em campo: a de que a maternidade é um trabalho, a de que ele é atravessado por interseccionalidades de classe, raça e gênero, a de que o superego cultural opera como mecanismo de captura do desejo feminino, a de que a transgressão é a condição de possibilidade do desejo. Todas essas hipóteses foram confirmadas pelos dados. Mas os dados também disseram coisas que as hipóteses não haviam antecipado.

A tese central desta investigação, aquela que atravessa todos os seus capítulos e que os dados empíricos foram convocados a testar, é a de que a maternidade é um trabalho indissociável da realidade de classes no Brasil, profundamente marcado pelas interseccionalidades de gênero e raça, e que exige dos corpos das mulheres uma capacidade elástica que o sistema social não reconhece nem recompensa.

Mas o campo também a complicou. A tese, em sua formulação original, carregava o risco de uma leitura unilateralmente pessimista: a de que as mulheres-mães brasileiras são apenas vítimas de uma estrutura que as captura completamente, que seus corpos são apenas

superfícies de inscrição da exploração, que seus desejos são apenas efeitos das capturas a que estão submetidas. Os dados recusaram essa leitura.

O que os dados mostraram é que a estrutura captura, mas não completamente. Que os corpos sofrem, mas também resistem. Que os desejos são constrangidos, mas não extintos. E que a transgressão, entendida como o movimento de ir além da fronteira que o Outro institui (Lacan, 1966/1998), não é apenas uma possibilidade abstrata: ela é uma realidade concreta, muitas vezes imperceptível para quem a realiza porque acontece nas frestas do que é normativo, nas brechas do que é prescrito, nos pequenos atos de afirmação singular que os grandes relatos sobre opressão tendem a não incluir porque são cotidianos demais para ser vistos como resistência.

É por isso que a elaboração proposta aqui não é apenas teórica. É também ética. Elaborar os dados desta pesquisa significa recusar tanto a narrativa que nega o sofrimento quanto a narrativa que o fetichiza, que encontra nos corpos das mulheres-mães brasileiras apenas a prova de uma dominação absoluta e irresistível. O sofrimento é real e precisa ser nomeado com toda a sua extensão. Mas a resistência também é real, e precisa ser reconhecida com a mesma seriedade analítica, porque é nela que se ancora a aposta desta tese de que as coisas podem ser diferentes.

Ter um filho não é decreto de sofrimento, é possibilidade de realização, de criação, de reinvenções. O nascimento de um filho abre novas perspectivas que permitem olhar para a vida e seus percalços de forma diferente. Ter um outro de quem não se pode apartar é desejar um futuro e lutar por ele. Não há retorno à vida anterior à presença desse outro, é para frente que se passa a olhar, ainda que aos trancos e barrancos, quando pensamos nas condições sociais que o Brasil nos oferece.

Assim, a articulação entre o material empírico e o referencial teórico estrutura a dialética que organiza a experiência materna nos dois grupos entrevistados: a lei que captura e

o desejo que resiste. Utilizando a psicanálise como referencial teórico principal, o texto propõe a noção de "corpo proletário".

O conceito central de corpo proletário define o corpo da mulher periférica como aquele simultaneamente explorado como força de trabalho e como objeto de serviço reprodutivo não valorizado. Inspirando-se na metáfora de Collins (2019) da "mula do mundo", o artigo descreve corpos cuja humanidade é suprimida para sustentar a engrenagem capitalista, exigindo que suportem dores de forma heroica.

Embora o corpo proletário seja capturado e exaurido, o desejo é indestrutível. Ele se reinventa em brechas mínimas de subjetivação. O texto defende que a emancipação dessas mulheres não pode ser um ato individual de consultório, mas uma insurreição política e coletiva. A proposta de "maternagem ativista" de Carneiro (2003) é citada como um caminho que ressignifica o cuidado não como sacrifício, mas como ética de luta por justiça social. Por fim, o artigo clama por políticas públicas intersetoriais que permitam a essas mulheres serem mais do que apenas "cuidadoras", possibilitando que ocupem o lugar de sujeitos de seu próprio desejo. O desejo dessas mães, conclui-se, é a maior potência de insurreição contra a captura do Estado neoliberal.

Elaborar esses dados foi, portanto, mais do que um exercício intelectual. Foi uma forma de honrar o encontro que tornou esta pesquisa possível. Uma forma de devolver, em linguagem acadêmica, algo do que essas mulheres ofereceram em linguagem de vida, e uma forma de afirmar que esse algo merece ser ouvido, discutido, transformado em política e em prática. Que o grito que esta tese enuncia, precisamos de cuidados, não é apenas o grito de uma pesquisadora implicada com seu objeto. É o grito de um país que precisa, urgentemente, incorporar o cuidado ao seu estatuto de lei simbólica.

Referências:

Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117–132.
<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>

- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento* (J. P. Dias, Trad.). Boitempo. (Trabalho original publicado em 1990)
- Freud, S. (2010). Recordar, repetir e elaborar. In P. C. de Souza (Trad.), *Obras completas* (Vol. 10, pp. 146–158). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914)
- Lacan, J. (1998). *Escritos* (V. Ribeiro, Trad.). Zahar. (Trabalho original publicado em 1966)

Artigo 5

O corpo proletário e a insubmissão do desejo: As maternidades e suas possibilidades no Brasil

Resumo: Este artigo investiga os efeitos subjetivos da cultura de exploração sobre o desejo de mulheres em condições periféricas, propondo o conceito de "corpo proletário" para definir o corpo que é simultaneamente explorado como força de trabalho econômica e objeto de serviço reprodutivo não valorizado e introduzindo as noções de corpo erógeno e simbólico, constituídos pela linguagem e pelo desejo do Outro. Fazendo uso da metodologia de pesquisa em psicanálise, os dados foram produzidos por meio de duas entrevistas abertas pautadas pelo dispositivo do livre-falar e analisados sob a ótica da análise semiológica fundamentada na psicanálise freudo-lacaniana. Os resultados demonstram que a experiência materna na periferia é atravessada por determinações materiais e marcas mnêmicas de desvalorização racial, onde o corpo é frequentemente tratado como uma "mula do mundo". Contudo, a análise revela que, embora a precariedade socioeconômica e a ausência do Estado imponham obstáculos severos, o desejo individual dessas mulheres permanece indestrutível, encontrando formas de resistência e reinvenção. Conclui-se que a emancipação dessas mulheres exige a superação da lógica sacrificial da maternidade em favor de uma práxis política de "cuidado de si" coletivo, apoiada por políticas públicas e por uma ética de cuidado coletivo.

Palavras-chave: Maternidade; corpo; desejo; cuidado; psicanálise.

A teoria psicanalítica inaugura uma ruptura fundamental com a concepção médica e biológica do corpo ao introduzir a noção de corpo erógeno como sendo um corpo que não coincide com o organismo anatômico, mas que é constituído a partir das experiências de prazer e desprazer que marcam as primeiras relações do sujeito com o mundo e sua cultura, conforme Freud (1905/2016) apresenta em *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*. Esse

texto demonstra que a sexualidade humana é governada por uma força que se origina no corpo, cuja finalidade é a satisfação, mas que não tem um objeto preestabelecido, essa força foi chamada por Freud de pulsão (*Trieb*). A pulsão pressiona incessantemente em busca de satisfação, mas essa satisfação nunca é plena: há sempre um resto, um excesso que escapa à descarga e que constitui o motor da vida psíquica.

O conceito de zona erógena é central nessa elaboração, uma vez que considera que o corpo pode tornar-se erógeno à medida que é investido psiquicamente, desde a mais tenra idade, por quem cuida. O corpo erógeno é, portanto, um corpo construído pela experiência relacional, marcado pelos acasos e pelas escolhas, sejam elas conscientes ou não, da história singular de cada sujeito. Freud (1923/2011) aprofunda essa perspectiva ao afirmar que o eu é, antes de tudo, um eu corporal, uma projeção psíquica da superfície do corpo que organiza a experiência subjetiva a partir do contato com o mundo externo.

Essa concepção tem consequências decisivas para pensar o corpo materno em seus diferentes contextos sociais: ele não é apenas o corpo que gesta e amamenta, mas um corpo que carrega as marcas de sua própria história libidinal, marcas que se organizam de modos distintos conforme as experiências de prazer, cuidado e reconhecimento que cada mulher teve acesso ao longo de sua vida, além do contexto social que as atravessa.

A contribuição de Lacan ao conceito de corpo opera uma torção decisiva: o corpo não é dado pela natureza, mas construído pelo encontro com a linguagem. Em “O Seminário, Livro 11”, Lacan (1964/2008) articula o corpo à noção de pulsão como montagem, sublinhando que a pulsão circunda um objeto perdido, que ele denomina como o objeto *a*, que jamais é reencontrado, mas que orienta incessantemente a busca de satisfação do sujeito. O corpo, na concepção lacaniana é, fundamentalmente, um corpo furado, marcado pela falta que a entrada na linguagem instaura de modo irreversível.

Os três registros lacanianos, sendo eles o Real, Simbólico e Imaginário, organizam de maneiras distintas a relação do sujeito com seu corpo. No registro Imaginário, o corpo aparece como imagem unificada, resultado de um processo de identificação que o estágio do espelho inaugura. No registro Simbólico, o corpo é marcado pelo significante, ou seja, pelos nomes, pelos papéis, pelas interdições e permissões que a cultura inscreve sobre a carne. No registro do Real, o corpo escapa à simbolização: há sempre um resto que não se deixa capturar pela linguagem nem pela imagem, um excesso que retorna como sintoma ou como angústia (Lacan, 1966/1998).

Para Lacan (1966/1998), o sintoma resulta daquilo exatamente que a linguagem não dá conta de responder, seria a busca pela resposta da pergunta “o que queres”, na tentativa de localizar o que se é no desejo do grande Outro. Porque, o Outro é o porta-voz da linguagem e dos ideais operantes na cultura que norteiam como devemos ser e o que não podemos fazer, como já pressupunha Freud (1923/2011), mas isso, para Lacan, não é suficiente. A indagação acerca do desejo do Outro sobre o eu diz de algo que a linguagem, as normas e convenções sociais não dão conta de responder. Sintetiza, portanto, a falta, aquilo que irá configurar-se como desejo, ou seja, a busca, o constante movimento de se impulsionar na vida.

Acontece que, para a teoria lacaniana, o nosso olhar sobre a imagem do espelho é norteado pela submissão ao Outro, uma instância que opera como o tesouro dos significantes a organizar a posição subjetiva do sujeito. Assim, a noção de existência ofertada por esse Outro tende a se apresentar como produto acabado da linguagem, constituindo a dimensão consciente de como o sujeito se pensa e de quem ele é no campo da linguagem. Mas, a dúvida “o que queres” denuncia a falta no Outro e abre campo para aquilo que cabe apenas unicamente ao sujeito dizer de si mesmo. A indagação, portanto, abre espaço para o desejo.

Para pensar o corpo materno em seus diferentes contextos de classe, a articulação lacaniana parece ser especialmente interessante. A maternidade instala uma crise nos três

registros: no Imaginário, a gravidez transforma a imagem corporal de modo radical, o corpo que a mulher conhecia se expande, se reorganiza, se torna habitado por outro; no Simbólico, é o registro da linguagem, do significante e da lei, a mulher é convocada a ocupar o lugar da mãe, com todos os ideais e interdições que esse significante carrega; no Real, o encontro com o bebê mobiliza um gozo (*jouissance*) que excede a representação e que pode se apresentar tanto como êxtase quanto como angústia devastadora. Lacan (1972/1985) articula o gozo feminino a algo que permanece sempre além do que pode ser dito, para além do princípio do prazer como entrega e sacrifícios absolutos.

Maesso (2019) considera que a forma como essas transformações são atravessadas depende, em larga medida, da qualidade do suporte simbólico e material, que se distribui de modo profundamente desigual entre as mulheres de classe média e as mulheres periféricas no Brasil.

Para Chatelard (2019), a mulher de classe média e a mulher periférica chegam à maternidade com histórias corporais diferentes, com distintas qualidades de investimento libidinal em seus próprios corpos, com diferentes graus de permissão para sentir prazer e para reivindicar cuidado.

Baptista (2021) se apropria das formulações lacanianas para demonstrar que, no Brasil, o inconsciente e o corpo são atravessados por marcas mnêmicas de humilhação e desvalorização racial, ofertando uma importante dimensão da violência do racismo sobre o sujeito. Para a autora, a criança negra depara-se com uma imagem especular que não coincide com o ideal branco valorizado pela cultura. Um ideal que é internalizado e transmitido inconscientemente pelos próprios pais. Enquanto a criança branca é confirmada como sujeito pelo olhar do Outro, a criança negra percebe uma dualidade no olhar: o amor ao filho entra em conflito com a negação simbólica do que a pele negra representa em uma sociedade racista.

Para as mulheres que habitam as periferias urbanas brasileiras, a experiência materna se configura, em grande medida, em um campo radicalmente diferente do encontrado pela mulher de classe média, não menos complexo subjetivamente, mas atravessado por determinações materiais e simbólicas que impõem obstáculos de outra ordem, conforme apontam Maesso (2018) e Chatelard (2017).

A precariedade das condições de vida não é um pano de fundo neutro sobre o qual a experiência materna se desenrola: ela é um constituinte fundamental dessa experiência, inscrevendo-se no corpo dessas mulheres mães. Collins (2019) utiliza a metáfora da "mula do mundo" para descrever esse corpo tratado como máquina viva, cuja humanidade é suprimida para facilitar a exploração capitalista, um corpo que deve suportar a dor de forma heróica.

O problema central deste estudo reside na compreensão dos efeitos subjetivos da cultura de exploração sobre o desejo de mulheres em condição periférica, propondo o conceito de corpo proletário para definir esse corpo que é simultaneamente explorado como força de trabalho econômica e como objeto de serviço reprodutivo não valorizado, também busca-se pensar o papel das políticas públicas na garantia da emancipação desses corpos.

Para tanto, mulheres, mães da periferia da região metropolitana de Cuiabá foram escutadas por meio de uma entrevista aberta, a fim de compreender o peso que carregam em seus corpos e a resistência de seus desejos. Os dados foram analisados a partir do paradigma de pensamento da psicanálise, privilegiando a análise semiológica (Freud, 1910/2006) do discurso das participantes. Por análise semiológica entende-se o processo que “atribui significações aos fatos da vida social concebidos como sistemas de significação: imagens, gestos, rituais, sistemas de parentesco, mitos etc” (Rossafa e Blum, 2021, p. 131). Partindo, assim, das falas das participantes e seus saberes para ir ao encontro da teoria.

A pesquisa sobre os corpos maternos e seu percurso metodológico

Este estudo contou com a participação de 12 mulheres-mães, residentes em bairros periféricos da região metropolitana de Cuiabá, Mato Grosso, inseridas em contexto de vulnerabilidade social. As participantes foram identificadas a partir de critérios de inclusão que consideraram a condição de maternidade ativa, a residência em território periférico e a vivência de situações de precariedade socioeconômica, tais como renda insuficiente, acesso limitado a serviços públicos de saúde e educação, ausência ou fragilidade de redes de suporte institucional e, em muitos casos, exercício solitário da função materna. A composição do grupo reflete a diversidade de trajetórias subjetivas marcadas pela intersecção entre gênero, classe e vulnerabilidade social (Collins, 2019; Iaconelli, 2015), constituindo um corpus empírico representativo das condições de existência investigadas.

A produção dos dados foi realizada por meio de entrevistas abertas, estruturadas a partir do dispositivo do livre-falar, inspirado na clínica psicanalítica (Figueiredo, 2000; Iribarry, 2003). A condução das entrevistas orientou-se pela escuta analítica e pela atenção flutuante (Freud, 1996), postura que supõe a suspensão de julgamentos prévios e a receptividade àquilo que emerge de forma não programada na fala da participante. Essa posição metodológica reconhece que a escuta da pesquisadora não é neutra, mas constitutiva: ela participa ativamente da produção dos dados, na medida em que a fala se organiza também em resposta a quem escuta (Figueiredo, 2000; Minerbo, 2016).

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio com o consentimento das participantes e posteriormente transcritas de forma integral, preservando marcas de hesitação, pausas, repetições e rupturas enunciativas, elementos considerados analiticamente relevantes para a leitura discursiva e psicanalítica do material.

A análise dos dados foi organizada em duas etapas complementares e metodologicamente distintas. Na primeira etapa, de caráter estrutural e empírico, procedeu-se à leitura integral das transcrições, com vistas à identificação de recorrências discursivas,

construção de núcleos de sentido e mapeamento de afetos, tensões, contradições e repetições presentes nas falas (Orlandi, 2007; Minayo, 2014).

Cada entrevista foi organizada em um dossiê analítico individual, sistematizando os elementos discursivos mais salientes, os eixos temáticos recorrentes e os pontos de ruptura ou ambivalência no discurso. Elementos presentes de forma recorrente em diferentes participantes foram privilegiados em relação a singularidades isoladas, na medida em que a análise não se orienta pelo estudo de casos individuais, mas pela identificação de processos subjetivos que atravessam o coletivo (Minayo, 2014; Orlandi, 2007).

A segunda etapa da análise consistiu em uma leitura hermenêutica de orientação psicanalítica lacaniana, aplicada ao material discursivo previamente organizado na etapa estrutural. Diferentemente de uma leitura de conteúdo, que busca identificar o que foi dito de forma explícita, a análise psicanalítica do discurso orienta-se pelo que escapa à formulação consciente: as repetições involuntárias, os deslizamentos de sentido, os pontos de ruptura enunciativa, as contradições internas e os silêncios que pontuam a fala (Lacan, 1998; Freud, 1996).

O lugar da pesquisadora nesse processo não é exterior ao campo investigado: a pesquisadora ocupa, na situação de entrevista, uma posição transferencial que organiza a fala da participante e participa da produção do próprio material analisado. Reconhecer esse aspecto não invalida a pesquisa, mas a situa epistemologicamente como um processo intersubjetivo, no qual a interpretação é sempre construída na relação entre quem escuta e quem fala, mediada pelo referencial teórico que orienta o olhar da pesquisadora (Figueiredo, 2000; Minerbo, 2016).

Nessa perspectiva, o discurso não é tratado como um conjunto de enunciados que comunicam intenções, mas como um campo atravessado pelo inconsciente, onde o sujeito se enuncia para além do que pretende dizer (Orlandi, 2007; Figueiredo, 2000). A análise

psicanalítica não interpreta o sentido literal das falas, mas interroga a estrutura discursiva em busca de indícios sobre o modo como o sujeito se posiciona diante do Outro, como organiza seu desejo e como o corpo é inscrito na linguagem (Lacan, 1998; Maesso, 2018).

A análise se procedeu por meio da construção progressiva de hipóteses interpretativas, elaboradas a partir das recorrências discursivas mapeadas na etapa anterior. Quando um determinado padrão enunciativo se repetia em diferentes entrevistas, passava a ser tratado como índice de um processo subjetivo socialmente compartilhado, e não como característica individual de uma participante (Minayo, 2014; Chatelard, 2017).

As hipóteses assim construídas destinam-se, antes, a iluminar os modos pelos quais a cultura de exploração inscreve seus efeitos no desejo e no corpo das mulheres-mães em contexto de vulnerabilidade.

As tramas da ilusão e o despistar do desejo

Em "O futuro de uma ilusão", Freud (1927/2014) considera que a ilusão não é sinônimo de erro; é uma crença motivada pelo desejo, independentemente de sua verificação pela realidade: "O que é característico das ilusões é que elas derivam de desejos humanos. [...] Designamos como ilusão uma crença quando na sua motivação o cumprimento de desejo é proeminente, e assim procedemos sem consideração com sua relação com a realidade, tal como a própria ilusão renuncia às suas verificações" (p. 33).

A ilusão, portanto, deriva do desejo, ela nasce de uma necessidade psíquica, de um anseio que pressiona por satisfação. Freud (1927/2014) continua: "Algumas ilusões são assim confirmadas pela realidade, que uma jovem da burguesia tenha a ilusão de que um príncipe virá buscá-la para se casar — isso é possível" (p. 33). A ilusão, portanto, pode ou não ser verificada pelo real, e essa verificação é secundária à sua constituição como ilusão. O que a define não é sua falsidade, mas sua motivação desejante que não obedece ao princípio de contradição nem ao critério de realidade como sua instância reguladora primeira.

A ilusão é, portanto, uma formação psíquica que herda a lógica alucinatória do processo primário, de evocar alucinatoriamente o objeto satisfatório perdido, mas que se atualiza às crenças culturalmente compartilhadas. Ela é uma alucinação *socializada*, uma percepção coletiva de satisfação possível que o desejo projeta sobre o real sem submetê-lo inteiramente ao teste do princípio de realidade (Freud, 1900/2019).

Seguindo ainda com Freud (1911/2010) a ilusão, habita a zona de fronteira entre o princípio de prazer, aquele que prazer busca satisfação imediata independentemente do real e o princípio da realidade, que introduz a capacidade de adiar a satisfação em favor de uma realização mais segura no futuro: ela acolhe o desejo, mas lhe oferece uma formulação cognitiva que permite ao sujeito sustentá-lo sem alucinação manifesta. A ilusão, nessa perspectiva, é sempre relativa aos ideais culturais. Acredita-se que o príncipe virá, que a riqueza chegará, que a justiça prevalecerá porque o desejo igualmente está inscrito nos ideais culturais (Freud, 1914/2010).

As falas das mulheres entrevistadas neste estudo nos permitem considerar os ideais que circulam na cultura e de que maneira as mobilizam, não para desmistificar suas ilusões, mas para escutar a verdade do desejo que a ilusão encobre e poder denunciar os mecanismos da exploração que lhes força a renúncia cotidiana e despista a realização do desejo. Para tanto, do universo de 12 participantes, este estudo se ocupou de analisar os relatos de duas delas.

Uma das entrevistadas, de 37 anos, mãe de dois filhos do primeiro casamento e grávida de seu segundo marido, separada, principal mantenedora de sua família, relatou que sua história de vida foi marcada por muita luta por sobrevivência. Seu genitor não era presente e sua mãe tinha um segundo marido. Ela precisou trabalhar muito cedo e muito cedo se casou e teve seus filhos. Desde o início de seu casamento, seu primeiro marido não aceitava que ela estudasse, mesmo assim, ela o fez.

Fez faculdade de enfermagem após começar o curso de técnico também na área da enfermagem, mas ao conseguir acesso às políticas de incentivo ao ensino superior, pôde mudar de curso. Durante o período em que cursava a faculdade, a entrevistada relatou sofrer muito com a sobrecarga de trabalho doméstico, criação dos filhos, além de ter que lidar com o comportamento ciumento do marido. A separação de seu primeiro marido ocorreu antes de sua graduação, após ela descobrir que quem a traía era ele. Para que ela pudesse terminar o curso, seus filhos foram morar com o pai e a madrasta. Situação que se reverteu após ela graduar-se. A participante relata:

“Depois que eu terminei a minha faculdade, eu estava com os meus dois filhos morando comigo. E eu queria fazer medicina no Paraguai. Então, eu poderia ir morar em uma cidade no Brasil e atravessar a rua para fazer o curso. Que era das sete da manhã às três da tarde. Eu poderia trabalhar à noite (como enfermeira). Sem filhos. Porque o salário não ajuda. E eu não fui. Porque eu me sentei com a minha filha e conversei com ela: “Você tem condições de morar com seu pai por um tempo? Vamos ver se eu consigo manter nós três lá na outra cidade para eu estudar. Eu gostaria de fazer o curso”. E são seis anos de curso. Aí ela me contou, chorando, que não dava. Que ela não queria morar com a madrasta dela, mas que aceitava ir para eu poder fazer o curso. E eu... Não consegui, não fui (pausa longa de choro). Então, eu desisti”.

O relato da participante resume a impossibilidade de conciliação do trabalho reprodutivo com a construção de uma carreira, a impossibilidade de corresponder ao ideal de mulher contemporânea que determina: ser profissional de sucesso e mãe dedicada (Rossafa & Blum). Para uma mulher de classe média, que passou pelo processo de escolarização e profissionalização antes da maternidade, tal ideal está mais ao alcance das mãos, talvez com o desafio de conseguir corresponder às expectativas de produtividade em meio ao trabalho de

cuidado, o que já não é pouca coisa. Até mesmo porque o ideal determina ser uma coisa “e” outra e não uma coisa “ou” outra.

Para a participante, no entanto, marcada pela pobreza, pela precariedade do ensino e pelo matrimônio e maternidade precoces, a busca pelo ideal de ascensão social pela via da medicina é absorvida pela própria realidade: não há quem a substitua no trabalho reprodutivo. O pai não aparece como uma opção e a madrasta não se apresenta como uma substituta à altura.

Outro aspecto que a fala da participante permite considerar é a estratégia traçada por ela para conseguir fazer medicina: ir para o Paraguai. Silva e Cavalcanti (2024) lembram que fazer medicina em países vizinhos ao Brasil é uma rota bastante conhecida por estudantes brasileiros que vieram do ensino público na busca por acessibilidade, uma vez que cursar medicina no Brasil é um privilégio destinado historicamente às classes mais abastadas, sobretudo após a redução dos programas de financiamento estudantil.

A participante se ilude ao acreditar que ela, sendo mãe, poderia cursar medicina, planeja, sonha, pensa, mas sua realidade lhe obriga ao retorno à sua condição de cuidadora. Tal drama aponta para a perversidade do sistema: o sujeito foi capaz de desejar, de planejar, de agir. Mas, o que a impediu? Como o choro da filha a mobilizou? Não foi falta de vontade, mas uma vontade que é antes atravessada por uma espécie de compromisso estrutural da mulher com sua prole. O neoliberalismo, contudo, inverte essa causalidade, culpabilizando o sujeito por ter "desistido", levando a parecer que foi, no final das contas, falta de vontade.

“Então, eu sempre tive muita vontade. Eu tenho vontade de fazer luta, mas eu não tenho condição. Minha filha tem vontade de fazer curso, mas eu não tenho condição. Entendeu? Então, é muito difícil mesmo. Então, por mim, hoje em dia, eu não tenho vontade de fazer nada. Eu tenho vontade de comprar minha casa novamente. Fazer um quarto confortável para mim, para eles. Ter um carro para a gente passear. Eu tenho

vontade de nós três viajarmos. E... Depois que eles se casarem, que cada um for viver a sua vida, quem sabe eu retomo a minha. Que é viajar. Dentro de um caminhão. Eu tenho mais paixão por viajar”.

A participante se apresenta como sujeito que deseja, mas reconhece que o que a impede de se mover com mais liberdade na vida é justamente o cuidado exclusivo com os filhos. Embora não se possa dizer que a participante tenha consciência de que é vítima da exploração de seu trabalho reprodutivo, ela compreende a sua dura realidade, a de que o retorno à sua vida própria está condicionado à autonomia de seus filhos.

Trata-se de um corpo desejanste, porém, proletário. As crenças de ascensão social, liberdade, casa própria, advindas do desejo não são ilusões absolutamente impossíveis de serem realizadas, possuem alguma correspondência na realidade, porém, as condições políticas e sociais do contexto em que este corpo está, exige muito esforço para realizar uma pequena fração do que se deseja e é exatamente essa a dinâmica que interessa ao neoliberalismo, o modo de produção em que o Estado foi domesticado pelo mercado, conforme caracteriza Fraser (2009).

Tal dinâmica também está presente no próximo relato a ser analisado. Trata-se de uma mulher de 25 anos, viúva, mãe de três filhos, que migrou do Maranhão para Mato Grosso aos 14 anos de idade em busca de melhores condições de vida. Vinda de uma família numerosa e muito pobre do Maranhão, ela e os irmãos começaram a trabalhar desde crianças para ajudar os pais. A mãe trabalhava na roça colhendo coco e o pai na feira vendendo pastéis, a dinâmica em sua casa era: os irmãos mais velhos ajudam a cuidar dos irmãos mais novos, sendo ela uma das mais velhas, ajudou a cuidar de todos os irmãos mais novos, numa educação de muita responsabilidade. Responsabilidade é a palavra que essa participante mais utiliza para descrever sua criação e relação com os pais e com a própria maternidade. Ao imigrar para o Mato Grosso aos 14 anos, foi morar com seu irmão mais velho e matriculou-se na escola, mas

transcorridos alguns meses descobriu que estava grávida de uma menina. A participante não fala muito do pai de sua primeira filha e nem sobre em que condições ela ficou grávida, menciona, apenas: “A minha mãe tinha uma educação com a gente, mas ela não passava essas questões da sexualidade. Ela sempre falava que a gente tinha que ter cuidado com as pessoas ruins”.

A participante seguiu a vida sem qualquer ajuda ou participação do genitor de sua primeira filha, genitor que soube da existência dessa filha e a quem a participante relata todos da família conhecerem. Após o nascimento da filha, a participante tentou continuar os estudos levando a bebê para escola junto com ela, mas logo se deu conta de que não seria possível. Passou a trabalhar de segunda a sábado até meio dia em uma fábrica de alho, separando alho. Recebia 180 reais por semana com o qual ela ajudava a pagar o aluguel, pagava uma moça como babá e ainda comprava leite, fralda e alimentos.

“Quando eu me vi nessa situação de estar sozinha aqui. Eu não tinha minha mãe. Não tinha meu pai por perto. Eu fui para o hospital com pessoas que eu conheci aqui para ficar comigo lá. Porque eu não tinha ninguém para ir comigo. E... Nesse momento eu me vi sozinha lá. Ao mesmo tempo que eu me vi sozinha. Eu não me vi. Porque eu já tinha aquela... Aquele... Negócio de mãe, sabe? Porque minha mãe passou isso. E eu ajudava a cuidar dos meus irmãos. Então eu já tinha esse negócio do cuidado. Então eu já me sentia como uma mãe”.

A gravidez aos 14 anos é a expressão de uma determinação social em que a menina pobre e nordestina tem o corpo capturado pela maternidade antes de ter a chance de ser informada de seu desejo ou de compreendê-lo minimamente. Nogueira (2021) analisa como o corpo negro e periférico é historicamente territorializado pelo outro antes que o sujeito possa inscrevê-lo como próprio. A gravidez precoce é, nesse sentido, um dos episódios mais recorrentes dessa captura.

A cena ofertada pela participante é um retrato de como o corpo desejante da mulher preta e pobre vai sendo capturado para a lógica da exploração de sua força de trabalho. Ela diz: “eu já tinha aquela... Aquele... Negócio de mãe”, ela não pôde ficar só, recorreu imediatamente aos elementos transgeracionais que a prepararam para assumir qualquer responsabilidade, que espaço houve para pensar a si mesma e um futuro?

Esta entrevistada representa o caso-limite do corpus: o ponto em que todos os obstáculos convergem com máxima intensidade. A expressão "mula do mundo" de Collins (2019) é aqui imprescindível: trata-se de uma mulher jovem, nordestina, imigrante interna, viúva, que carrega sozinha o peso do trabalho reprodutivo, do luto, do cuidado de crianças doentes e da sobrevivência material. Ela é, literalmente, a mula do mundo, aquela sobre cuja força o mundo se apoia sem reconhecê-la.

A participante relata que meses após sua filha nascer, seus pais se mudaram para o Mato Grosso, juntamente com parte dos irmãos, permanecendo na região até o presente momento. Aos 18 anos ela conheceu o seu marido, com quem teve dois filhos. As duas gestações que teve, fruto desse relacionamento, foram de risco, com muitas complicações e que, posteriormente, após longo período de investigação médica, se confirmou como sendo sintoma de uma condição genética rara de seus dois filhos.

O marido é descrito como uma pessoa trabalhadora (trabalhava com instalação de cerca elétrica), alegre e muito presente na vida dos familiares e dos filhos. Ele foi vitimado pela Covid-19 em 2021, logo após o nascimento do filho e o adoecimento da primeira filha do casal, marcando o início de uma sequência de eventos trágicos.

“Então foi tudo assim, né? Foi uma atrás do outro. Uma semana eu tive meu filho, uma semana minha filha descobriu que estava doente, que ela ficou internada. Ele mal ficou comigo em casa, porque ele trabalhava o dia inteiro. E à noite ele ia dormir com ela, porque eu não podia ficar no hospital, né? Eu estava em casa de resguardo. E quem

ficava com ela era a prima (...) depois de uma semana que minha filha voltou para casa, aí o meu pai, meu esposo, meus irmãos, teve cunhada minha, todos pegaram com Covid. (...) meu esposo aparentemente estava bem, não estava tendo sintoma grave, mas foi de um dia para a noite ele piorou. E eu não estava sabendo nem como eu ia fazer. Porque eu não tinha dinheiro. Eu não estava trabalhando. Eu estava vivendo de ajuda dos outros. E me ver numa situação assim... De perda. Um atrás do outro. Por mais que eu pensasse assim: 'Teve muita gente que perdeu a família. Teve gente que perdeu dois pais. Perdeu a mãe. Perdeu o filho'. E que foi muito complicado. Eu sei que não fui só eu que perdi. Mas eu pedia a Deus para não levar ela”

Uma mulher cuja infância e adolescência foram vividas em função de servir aos outros e, quando encontra um parceiro e com ele constitui uma família, quando começava a se abrir a perspectiva de uma vida de maior amplitude do desejo para si, a negligência política a que o Brasil se viu lançado no período dos anos 2020 a 2022 a coloca novamente frente ao desamparo. Mal iniciava um luto e já precisava lidar com o outro, enquanto lutava pela sobrevivência.

O neoliberalismo se apresenta aqui em sua forma mais crua: o Estado delega à solidariedade comunitária o que é sua responsabilidade e, ao fazê-lo, mascara a ausência estatal com a generosidade popular. A crença em Deus, considerada por Freud uma ilusão, é aqui um consolo, talvez o único para lidar com a iminência de mais uma perda e com o desamparo. Sem ter com quem contar, o sujeito recorre a forças superiores, de onde, muitas vezes, encontra força psíquica para seguir desejante.

No caso da participante, sua filha vem a falecer em decorrência do adoecimento congênito irreversível após mais de um ano de muitas lutas, idas e vindas em hospitais, hemorragias, dores, gritos e preces de misericórdia. "Eu venho trazendo comigo a força que a minha filha teve de lutar para viver", relatou a participante, indicando que a morte da filha é

processada simbolicamente de uma forma que lhe permita permanecer desejante, realizando investimentos pulsionais que lhe permitam seguir viva.

Em termos freudianos, estamos diante de uma identificação que opera como saída do luto: ao invés de perder definitivamente o objeto amado, o sujeito o introjeta e faz dele o motor do próprio desejo. A filha morta torna-se, paradoxalmente, a razão de vida da mãe. Isso não é negação do luto, mas sim sua elaboração mais criativa. Em Lacan, diríamos que o Nome da filha passou a funcionar como letra que orienta o desejo materno.

Na data da entrevista, a participante tinha acabado de se inscrever no projeto social comunitário, ofertado por uma instituição filantrópica em seu bairro, para aprender a tocar violino. Até a data de escrita deste manuscrito, a participante já se encontrava como integrante da orquestra do mesmo projeto.

A maternidade não é, para essas mulheres, nem apenas opressão, nem apenas realização. É, fundamentalmente, um lugar de contradição. É ao mesmo tempo o que as limitou e o que impulsionou seus desejos; o que as sobrecarregou e o que lhes deu sentido; o que as aprisionou no papel e o que as convocou a transgredi-lo. Vale a pena lembrar aqui que outras experiências de mulheres como de classe alta, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, LGBTQIAP+ e gerações diferentes podem ser distintas e não foram contempladas neste estudo.

Em relação às mães heterossexuais, casadas ou viúvas que participaram deste estudo, a força que está em jogo é a mesma: essas mães têm feito o trabalho do Estado inteiro na criação de seus filhos. A ausência do Estado, através de políticas públicas eficientes, dificulta-lhes a existência e produz marca no corpo proletário, cuja marca não é a ausência do desejo, mas a escassez de vias pelas quais ele possa se realizar.

Corpo proletário e as saídas para o desejo

Contra toda expectativa de um corpus marcado por privação e renúncia, o que se encontra nas falas das participantes é a persistência do desejo. Nenhuma entrevistada abandonou completamente seus sonhos. O desejo aparece diferido, transferido, adaptado, mascarado, mas nunca extinto. Isso confirma a tese freudiana de que o desejo é indestrutível (como os desejos inconscientes do sonho) e a tese lacaniana de que o sujeito é aquilo que não cessa de não se inscrever, que continua buscando inscrição mesmo quando o campo simbólico é adverso.

Ao mesmo tempo em que abre campo para pensar o corpo e suas configurações culturais. Ao propor a ideia de um corpo proletário, este estudo se refere aos imperativos da cultura e como ela molda subjetividades, reconhecendo que algumas mulheres são mais subjetivadas para serem mais senhoras de si, enquanto outras são mais subjetivadas para estarem em função do outro, tal qual expõe Rosa de Luxemburgo (1914/2011) em seu escrito "A proletária":

Para a mulher burguesa proprietária, sua casa é o mundo. Para a proletária, todo o mundo é a sua casa, o mundo com o seu sofrimento e sua alegria, com sua atrocidade fria e seu tamanho. A proletária vaga com o trabalhador do túnel que liga a Itália a Suíça, acampa em barracas e seca, enquanto cantarola, a roupa dos bebês ao lado de rochas explodindo (p. 493).

O que Rosa de Luxemburgo nos conta é que a mulher do povo desde sempre trabalhou pesado, seja na lida do campo ou servindo seus senhores. Todavia, foi só a partir do surgimento da propriedade privada que passou a trabalhar excluída da produção social e cultural. Enquanto para a mulher burguesa proprietária sempre houve algo de seu, por exemplo, uma casa, para a mulher proletária, nem isso. Ao olharmos para as mulheres pobres e pretas do Brasil que são mães, podemos ainda acrescentar que, para elas, nem salário, nem oportunidade, apenas parcas políticas públicas e a solidariedade comunitária.

A partir do entendimento psicanalítico acerca da constituição de corpo, o primeiro passo para a soberania do desejo é a transição da posição de objeto, ou seja, sair da posição de ser falado por outros para a de sujeito do próprio discurso. Gonzalez (2020) utiliza o termo *infans* para descrever como o racismo e a pobreza infantilizam a mulher negra, retirando-lhe a fala própria.

A emancipação ocorre quando o sujeito introduz uma nova presença no mundo e resgata sua dignidade, acessando possibilidades de se autodefinir, conforme propõe Collins (2019). Nesse sentido, os ideais culturais majoritariamente propagados se apresentam como especialmente danosos para esse fim, porque gravitam em torno da branquitude e seus preceitos de exploração e objetificação, solicitando projetos que promovam e valorizem a diversidade identitária.

Carneiro (2023), por sua vez, ressignifica o conceito foucaultiano de "cuidado de si", ao deslocá-lo de uma dimensão individual e estética para uma práxis política e coletiva, fundamental para a resistência negra no Brasil. A autora defende que, enquanto em Foucault, o termo remete às práticas greco-romanas de exercício do sujeito sobre si mesmo para atingir um certo modo de ser e praticar a liberdade, a proposta é transformá-lo em um projeto político e coletivo que promova estratégias de emancipação frente ao "dispositivo de racialidade".

A inovação central da autora reside na tese de que, para populações subalternizadas, o cuidado de si se realiza no cuidado do outro. Diferente da tradição ocidental, que pode recair em um viés individualista, a autonomia do sujeito negro é inseparável da construção de sujeitos coletivos libertos dos processos de subjugação e subalternização. Essa dimensão política funde o bem-estar pessoal à luta coletiva pela dignidade humana.

Por fim, vale citar o conceito de maternagem ativista de Carneiro (2023), que visa redefinir o cuidado não como um sacrifício que anula o desejo da mulher, mas como uma

ética de responsabilidade pessoal que impulsiona a luta por justiça social, ampliando a noção de “cuidado de si” para seus pares, sua comunidade e para o próprio futuro e futuras gerações.

Assim, o caminho pela dignificação do corpo proletário da mulher mãe em condição de sobrevivência não pode ser pensado como um ato isolado ou a ser desenvolvido de forma individual em consultórios de psicologia é, antes de tudo, uma insurreição. Passa pela ruptura com a fantasia da submissão amorosa e pela construção de uma autonomia que integra o "eu" ao coletivo e pela luta e mobilização pela ampliação de políticas públicas.

A emancipação das mulheres negras e pobres, em meio a maternidade, no Brasil, exige a formulação de políticas públicas intersetoriais que reconheçam as especificidades do seu sofrimento psíquico e social como a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Ministério da Saúde, 2017) que representa um avanço no reconhecimento de que a mortalidade materna e infantil atinge de forma desproporcional esse grupo, fruto de um descaso assistencial e de preconceitos enraizados nas instituições de saúde.

Além disso, de políticas públicas voltadas para o retorno e permanência das mulheres mães aos estudos e qualificações, ampliação de creches e escolas em horários estendidos para que essas mulheres possam se pensar para além da posição de cuidadora e participar economicamente das decisões familiares e coletivas.

Talvez seja uma grande ilusão pensar que o Estado efetivamente esteja disposto a realizar um investimento público dessa monta em favor das mulheres mães pobres e pretas, uma ilusão calcada na crença da democracia e em relações mais igualitárias. Que o Estado de bases neoliberais não queira fazê-lo, sabemos, mas podemos também nutrir a ilusão de que o desejo há de convocar algum movimento e que tal movimento saia vitorioso, até mesmo porque se há alguma coisa que não se subordina, é o desejo.

Considerações finais

A análise aqui apresentada permite o corpo proletário não apenas como um corpo exaurido pelo trabalho ou ausência de desejo, mas como um corpo em que o desejo insiste, embora seja permanentemente adiado, desviado, sacrificado ou limitado em nome da sobrevivência dos outros, em especial dos filhos, sob a égide de uma cultura neoliberal que transforma a renúncia forçada em responsabilidade individual.

Os relatos analisados mostram que, mesmo sob condições de extrema precarização, o desejo não sucumbe: ele se desloca, se reinventa, encontra saídas mínimas, aparentemente modestas, mas que configuram brechas nas quais a mulher deixa de ser apenas objeto da demanda alheia para inscrever-se como sujeito que fala de si.

Se, por um lado, as políticas públicas aparecem como condição incontornável para a dignificação desses corpos, na medida em que o acesso à saúde, à educação, às creches e à proteção social incide diretamente sobre as possibilidades de elaboração do desejo, por outro, a própria história brasileira mostra a recorrente recusa do Estado em assumir tal responsabilidade, sobretudo quando se trata da vida de mulheres negras e pobres.

Nesse contexto, a noção de cuidado de si, revertida em práxis coletiva e insurgente, e a ideia de maternagem ativista apontam para uma reconfiguração radical, deslocando as maternidades do eixo sacrificial para um horizonte em que o cuidado, ainda que não deixe de ser trabalho, passa a articular-se à luta por reconhecimento e redistribuição. O corpo proletário da mãe periférica, quando se apropria dessa ética, deixa de ser apenas suporte mudo da reprodução social e passa a constituir-se como lugar de enunciação política, em que o amor aos filhos não se reduz à renúncia de si, mas se expande em direção à exigência de transformação das condições que historicamente capturaram seu desejo.

Por fim, se há algo que este estudo permite afirmar é que o corpo proletário da mulher mãe pobre e negra brasileira é, simultaneamente, o lugar de maior vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, de maior potência de insurreição. A insistência do desejo, mesmo sob

condições extremas de desamparo, indica que não basta ao Estado neoliberal abandoná-las: é preciso, ainda, tentar capturar e administrar seus sonhos, oferecendo-lhes migalhas de mobilidade como compensação simbólica pela exploração cotidiana; é contra essa captura que se erguem, nas falas das entrevistadas, pequenas, mas decisivas, afirmações de si, nas quais o futuro não é apenas sobrevivência, mas a possibilidade de, enfim, entoar algumas notas próprias.

Referências.

- Baptista, I. B. Nogueira. (2021). *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. Perspectiva.
- Birman, J. (2012). *O mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação* (7ª ed.). Civilização Brasileira.
- Carneiro, S. (2023). *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Zahar.
- Chatelard, D. S. (2019). O corpo na clínica psicanalítica: Marcas, sintomas e escritas. In D. S. Chatelard & M. C. Maesso (Orgs.), *O corpo no discurso psicanalítico*. Appris.
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento* (J. P. Dias, Trad.). Boitempo. (Trabalho original publicado em 1990)
- Conselho Nacional de Justiça. (2025). *Painel violência contra a mulher* [Painel interativo]. <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-violencia-contra-mulher>
- Figueiredo, L. C., & Coelho Junior, N. (2000). *Ética e técnica em psicanálise*. Escuta.
- Fraser, N. (2009). O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, 14(2), 11–33.
- Freud, S. (2006). *Obras completas, volume 09: Cinco lições de Psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos (1910)*. Imago. (Trabalho original publicado em 1910)
- Freud, S. (2010). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. de Souza, Trad., Vol. 10, pp. 108–121). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1911)
- Freud, S. (2010). Introdução ao narcisismo. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. de Souza, Trad., Vol. 12, pp. 13–50). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (2014). *Obras completas, volume 17: Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos (1926–1929)* (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras.

- Freud, S. (2014). O futuro de uma ilusão. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. de Souza, Trad., Vol. 17, pp. 231–301). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1927)
- Freud, S. (2010). *Obras completas, volume 18: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos (1930–1936)* (P. C. de Souza, Trad.). Companhia das Letras.
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Obras completas* (P. C. de Souza, Trad., Vol. 18). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930)
- Gonzalez, L. (2020). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In F. Rios & M. Lima (Orgs.), *Por um feminismo afro-latino-americano*. Zahar.
- Hooks, b. (2019). *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo* (Plataforma Gueto, Trad.). Rosa dos Ventos. (Trabalho original publicado em 1981)
- Hurston, Z. N. (2018). *Seus olhos viam a Deus* (C. Guimarães, Trad.). Rosa dos Ventos. (Trabalho original publicado em 1937)
- Iaconelli, V. (2013). *Mal-estar na maternidade: Do infanticídio à função materna* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo.
- Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 6(1), 115–138.
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (M. D. Magno, Trad., 2ª ed.). Jorge Zahar. (Seminário proferido em 1964)
- Lacan, J. (1998). *Escritos* (V. Ribeiro, Trad.). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1966)
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise* (A. Quinet, Trad.). Jorge Zahar. (Seminário proferido em 1959–1960)
- Luxemburgo, R. (2019). A proletária. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 11(1), 433. https://www.researchgate.net/publication/343706673_A_proletaria
- Maesso, M. C. (2019). O sofrimento na atualidade: Entre o laço social e o desamparo. In D. S. Chatelard & M. C. Maesso (Orgs.), *O corpo no discurso psicanalítico*. Appris.
- Melman, C. (2003). *O homem sem gravidade: Gozar a qualquer preço* (E. F. Bocca, Trad.). Companhia de Freud.
- Minayo, M. C. de S. (2014). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (14ª ed.). Hucitec.
- Ministerio da Saúde. (2017). *Política nacional de saúde integral da população negra: Uma política para o SUS* (3ª ed.). Editora do Ministério da Saúde.

- Minerbo, M. (2016). *Diálogos sobre a clínica psicanalítica*. Blucher.
- Nogueira, I. B. (2021). *A cor do inconsciente: Significações do corpo negro*. Perspectiva. (Tese de doutorado original defendida em 1998)
- Orlandi, E. P. (2007). *Análise de discurso: Princípios e procedimentos* (7ª ed.). Pontes.
- Popper, K. (1963). *Conjectures and refutations: The growth of scientific knowledge*. Routledge.
- Rossafa, R. G., & Blum, V. L. (2021). *Ser mulher: A clínica psicanalítica a favor da escuta e produção de sentido*. EdUFMT.
- Silva, R. da, & Cavalcanti, L. (2023). Sendo “Doutor” no exterior: Brasileiros estudando Medicina na Argentina. *Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações*, 7(2), 121–144. https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/46988

6. Considerações finais

Se fizermos de conta, uma tese de doutorado pode assemelhar-se a ter um filho. Em ambos passamos pela gestação que vai da fase embrionária ao desenvolvimento de um corpo orgânico. Nesse período gestacional da tese, semelhante ao do filho, o crescimento e o desenvolvimento desse corpo vão sendo avaliados constantemente e suplementado quando necessário. É a fase em que se avalia o que se tem e para onde se precisa ir, quais suplementações, cuidados e medidas tomar para que o filho e, nesse caso, a tese, possam nascer.

Assim como o corpo de um pequeno bebê, o corpo inicial da tese é ainda orgânico, não foi erotizado, quer dizer, ainda não tem contornos libidinais que lhe dão o colorido próprio, as características singulares de que tem direito de adquirir. É na relação diária de elaboração da tese que esses contornos vão se dando, sobretudo quando a perspectiva metodológica é de base psicanalítica. O caminho e a forma de caminhar vão produzindo “achados” valiosos, vitalizando as ideias da tese, confirmando as hipóteses e ampliando os horizontes. Equivale à sensação dos primeiros risinhos do bebê, seus momentos de encantamento e suas gracinhas.

Mas há também os momentos de cansaço, de noites em claro, quando nos debatemos com a angústia de não saber, com a inevitável necessidade de inventar, de ir além das fronteiras previamente estabelecidas. É quando nos reconhecemos mãe do filho, ou tese, quando um diz do outro e o outro diz do um. Um momento marcado também pelo fracasso. O fracasso dos ideais previamente estabelecidos. O filho, não é o filho imaginado, ele é um sujeito com características próprias e não se encaixa nos limites do sonho materno. Assim também é a tese. O desenvolvimento do corpo da tese vai ganhando contornos muito diferentes dos imaginados inicialmente. E é assim que temos a oportunidade de aprender com

a tese tanto quanto com o filho. É a partir dessa relação cotidiana que nos ensina, que nos permite incorporar novos olhares e possibilita que olhemos para nós mesmos de forma diferente. Os ideais sempre estarão no horizonte, mas a confrontação com a realidade é o que possibilita o novo nascer e existir.

O corpo desta tese foi organizado em torno de cinco artigos que constituíram, em conjunto, um percurso investigativo que foi da revisão crítica da literatura para o ensaio teórico, do ensaio teórico para a pesquisa de campo, e da pesquisa de campo de volta para o ensaio teórico. Cada um desses movimentos produziu achados específicos que possibilitaram aprendizados. Ao término deste percurso de cinco artigos, vinte entrevistas, um diário de campo, uma gravidez e quase cinco anos de trabalho, a tese central desta investigação pode ser finalmente formulada:

A maternidade no Brasil é um trabalho realizado majoritariamente por mulheres, que é atravessado de forma determinante pelas interseccionalidades de classe, raça e gênero, que sobrecarrega as mulheres, demandando sobre seus corpos sem com isso insubordiná-las completamente, atestando a indestrutibilidade do desejo.

Conclui-se também que a psicanálise tem uma responsabilidade específica nesse contexto, que vai além da escuta individual dos sofrimentos que esse sistema produz. Ela tem a responsabilidade de nomear os mecanismos inconscientes pelos quais o poder se instala na subjetividade feminina, convertendo a exploração em culpa e a estrutura em destino. Uma psicanálise que se limite a ajudar cada mulher a adaptar-se melhor às condições que a destroem está, mesmo sem o saber, servindo ao sistema que produz o sofrimento que ela pretende tratar.

Nesse sentido, pode-se concluir ainda que a transgressão não é necessariamente uma patologia é, antes, um caminho para o desejo e as mulheres-mães brasileiras que transgridem, que avançam além da fronteira que o Outro institui sobre o campo do seu desejo, não estão

falhando como mães, estão sim sobrevivendo como sujeitos. E essa sobrevivência subjetiva, longe de ser um problema, é a condição de possibilidade de qualquer maternagem que não se reduza ao sacrifício de si.

Pode-se considerar, ao final, que a emancipação das mulheres-mães brasileiras não pode ser individual. Ela exige transformações estruturais tais como: a redistribuição do trabalho de cuidado entre todos os membros da sociedade, independentemente de gênero; a construção de políticas públicas que reconheçam a maternidade como função social e que garantam as condições mínimas para o seu exercício digno; o reconhecimento econômico do trabalho reprodutivo e a construção de uma rede de proteção social que não deixe as mães, especialmente as mães em condição de vulnerabilidade, sozinhas diante de uma tarefa que nenhum ser humano deveria ter que realizar sozinho.

Há uma última imagem com que encerro este percurso. Quando meu filho deu seus primeiros passos, eu estava cansada. Estava ao mesmo tempo emocionada e preocupada com um prazo que não havia cumprido. Estava presente e ausente, como todas as mães que esta tese descreve. E vi, naquele instante, o que todas as mães veem e que a teoria precisa de muito esforço para nomear: que o sujeito que se cria num cuidado suficientemente bom não precisa de perfeição. Precisa de presença suficiente. Precisa de um chão que aguarde os tropeços. Precisa de alguém que não desapareça quando ele cair, mas que também não o impeça de se levantar sozinho.

Essa é a metáfora com que esta tese se encerra. O Brasil precisa aprender a ser, para suas mulheres-mães, o que uma mãe suficientemente boa é para um filho: não perfeita, não onipresente, não substituto de tudo o que falta. Mas presente. Suficientemente presente e suficientemente confiável. A gente precisa de um Brasil-mãe.

Esta tese foi escrita para que não precisemos mais fazer tanto sozinhas.

7. Perspectivas futuras: O trabalho de maternar

Uma das perguntas feitas nas entrevistas com as mulheres participantes deste estudo foi: “a maternidade pode ser considerada um trabalho?” (Anexo 1). A grande maioria das respostas afirmou que sim, a maternidade é um trabalho não remunerado, porém esse não é um entendimento universalmente compartilhado.

Conforme foi possível abordar ao longo dos textos, Federici (2017) demonstrou, que a separação do trabalho materno ou de cuidado da esfera de trabalho foi produzida, deliberada e sistematicamente, como condição de possibilidade da acumulação capitalista. O capitalismo precisava do trabalho reprodutivo para se sustentar, mas não podia reconhecê-lo como trabalho sem ser obrigado a remunerá-lo e, portanto, a incluí-lo no cálculo dos custos de produção. A solução encontrada foi converter o trabalho reprodutivo em vocação, em instinto, em expressão da natureza feminina. O que é natural não se paga. O que é amor não se remunera. O que é destino não se questiona.

No Brasil, essa lógica foi ainda mais eficaz porque a ela se somaram as condições específicas do colonialismo e da escravidão. O trabalho reprodutivo das mulheres negras, aqui, não foi apenas invisibilizado: foi diretamente expropriado. A mulher negra escravizada que amamentava os filhos dos senhores enquanto os seus próprios filhos eram entregues à sorte estavam sendo explorada em sua capacidade reprodutiva (Federici, 2017). E as mulheres negras e pardas que, no Brasil contemporâneo, realizam o trabalho doméstico remunerado nas casas das classes médias enquanto pagam outras mulheres mais vulneráveis para cuidar dos seus próprios filhos são a versão atualizada dessa mesma estrutura, menos brutal na forma, igualmente estrutural no conteúdo, conforme assevera Carneiro (2003).

O que os dados desta pesquisa revelaram pode ser considerado os primeiros sinais de uma consciência política nascente sobre o trabalho de maternar e as condições necessárias

para tal. Esse reconhecimento, esse momento em que o sofrimento individual se transforma em consciência coletiva, é precisamente o ponto de partida de qualquer processo de transformação política.

Tal consciência nascente articula-se com o que Iaconelli (2023) chama de caráter revolucionário da psicanálise, caracterizado pela capacidade de revelar os mecanismos inconscientes pelos quais o poder se instala na subjetividade, convertendo a opressão em interiorização, a exploração em culpa, a estrutura em destino. Uma psicanálise que reconhece as condições históricas e materiais nas quais os sujeitos se constituem não pode se contentar em ajudar cada mulher a adaptar-se melhor a condições que a destroem. Ela precisa, como parte da sua função clínica, contribuir para que o sofrimento seja nomeado na sua dimensão estrutural, para que a culpa seja devolvida às estruturas que a produzem, para que o desejo seja reconhecido como um direito e não como um luxo.

Fraser (2020) propõe que a superação da crise do cuidado exige uma transformação profunda nas formas como as sociedades capitalistas valorizam e distribuem o trabalho reprodutivo. Não se trata apenas de remunerá-lo, embora a remuneração seja uma das possibilidades a ser considerada: trata-se, mais fundamentalmente, de reconhecê-lo como função social essencial, distribuí-lo de forma equitativa entre todos os membros da sociedade, independentemente de gênero, e sustentá-lo coletivamente por meio de políticas públicas que garantam as condições mínimas para o seu exercício digno.

Além do trabalho físico que a maternagem exige, há o trabalho psíquico. Freud (1915/2010a) descreveu a pulsão como aquilo que impõe ao aparelho psíquico uma exigência constante de trabalho: o trabalho de ligar, de representar, de transformar o estímulo em sentido, de integrar o novo ao que já existe sem que a coerência do sujeito seja destruída. O trabalho psíquico é, nesse sentido, o trabalho fundamental de ser humano: o trabalho de existir

como sujeito num mundo que continuamente apresenta exigências que ultrapassam a capacidade de resposta disponível.

No caso das mulheres-mães, esse trabalho psíquico é multiplicado por um conjunto de fatores que a pesquisa de campo desta tese permitiu identificar. O primeiro é o trabalho de conciliação: a tentativa permanente de dar conta de exigências contraditórias, de ser ao mesmo tempo a profissional eficiente e a mãe presente, a mulher desejante e o corpo disponível para o cuidado, o sujeito que tem desejos próprios e o objeto que o filho precisa encontrar quando precisa encontrar. Esse trabalho de conciliação é, na maioria dos casos, invisível para quem o realiza, ele acontece nos bastidores da consciência, na forma de uma vigilância constante, de uma antecipação permanente das necessidades de todos, de uma capacidade de atenção dividida que nunca descansa completamente.

O segundo fator multiplicador do trabalho psíquico está na instância psíquica do superego (Freud, 1923/2011): a instância interna que cobra, pune e exige sem admitir as condições reais de existência do sujeito. A partir das narrativas das mães entrevistadas, é possível identificar a lógica de dupla impossibilidade: ao se dedicar ao cuidado dos filhos, o superego a pune por não estar sendo suficientemente produtiva; ao priorizar o trabalho produtivo, o superego a pune por não estar sendo uma mãe dedicada. Seja como for, a culpa e o fracasso aparecem como inevitáveis, permitindo reconhecer que não há posição que satisfaça o superego. E é exatamente essa insatisfação permanente que Freud (1930/2010b) identificou como a fonte do mal-estar civilizatório a manter o sujeito capturado.

O terceiro fator multiplicador do trabalho psíquico é o que os dados de campo revelaram como a exigência de manter uma disponibilidade afetiva consistente para os filhos mesmo em condições de exaustão, de regular as próprias emoções para que o ambiente de cuidado permaneça estável, de conter o próprio sofrimento para não sobrecarregar os filhos com ele, configurando-se como o trabalho emocional do cuidado.

Hochschild (2012, como citado em Antloga et al., 2019) nomeou esse processo de "gerenciamento emocional", o trabalho de produzir e sustentar estados emocionais adequados às demandas do contexto, independentemente do que o próprio sujeito está sentindo. No trabalho materno, esse gerenciamento é incessante e, na maioria dos casos, completamente não reconhecido. O que quer dizer que a mãe que consegue estar emocionalmente disponível para os filhos apesar de tudo não recebe reconhecimento por esse esforço, porque o pressuposto cultural é que essa disponibilidade é natural, que ela não custa nada, que ela simplesmente flui do amor que a mãe sente.

Se a exaustão não é natural, é produzida por condições estruturais modificáveis. Se a culpa não é justa, é um mecanismo de controle que devolve ao sujeito individual a responsabilidade pelo que a estrutura produziu. E se a solidão não é inevitável, ela é a consequência de um modelo de organização social que privatizou o cuidado, o trabalho de maternar/cuidar pode, com a vontade política e os instrumentos institucionais adequados, ser transformado em algo diferente.

Algo em que maternar seja, finalmente, uma escolha que a vida social ampara, em vez de um fardo que ela impõe: esse é o horizonte para o qual as perspectivas futuras a partir desta pesquisa apontam, formulada a partir dos dados, de histórias que tornaram esta tese possível e necessária. Assim, pensar a maternidade como um trabalho talvez seja o caminho de maior dignidade às mães em contexto de vulnerabilidade social no Brasil.

Referências:

- Antloga, C. S., Praun, A. G., Marques, A. P., & Seixas, T. (2019). Trabalho e saúde de mulheres no contexto brasileiro: contribuições da psicodinâmica do trabalho feminino. *Trabalho (En)Cena*, 4(1), 1–20. <https://doi.org/10.20873/2526-1487V4N1P1>
- Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117–132. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* (Coletivo Sycorax, Trad.). Elefante. (Trabalho original publicado em 2004)

- Fraser, N. (2020). Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia*, 27(53), 261–288.
- Freud, S. (2010a). As pulsões e seus destinos. In P. C. de Souza (Trad.), *Obras completas* (Vol. 12, pp. 51–104). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915)
- Freud, S. (2010b). Mal-estar na civilização. In P. C. de Souza (Trad.), *Obras completas* (Vol. 18, pp. 13–122). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (2011). O eu e o id. In P. C. de Souza (Trad.), *Obras completas* (Vol. 16, pp. 13–74). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923)
- Iaconelli, V. (2023). *Manifesto antimaternidade*. Companhia das Letras.

Anexo 1:
Roteiro de entrevista

Você está sendo convidada para participar, como voluntária, da pesquisa “Entre a criação e a transgressão: a maternidade e a realidade de classes brasileira”, da pesquisadora Renata Garutti Rossafa. Por favor, responda as questões abaixo:

Idade: _____ Natural de: _____

A quanto tempo mora na cidade: _____

Com quem reside: _____

Mora perto de familiares ou conhecidos: _____

Cor: _____ Religião: _____

Estado civil: _____ Quantos filhos: _____

Idade dos filhos: _____

Com que idade teve o primeiro filho: _____

Filhos com demandas especiais (quais): _____

Cuida de mais alguém (membro da família ou conhecidos): _____

Profissão: _____ Escolaridade: _____

Com que trabalha: _____

Renda familiar: _____

Recorre ou recorre a programas sociais: _____

01- Da sua história de vida, que eventos foram mais importantes para você? Se você fosse contar a sua história de vida para alguém, o que você acha que seria o mais importante que a outra pessoa soubesse?

02- Com que idade você se tornou mãe pela primeira vez?

03- O que foi mais marcante para você nessa experiência de ser mãe pela primeira vez?

04- O que é a maternidade para você?

05- Você contou (ou conta) com a ajuda de alguém para cuidar de seu(s) filho(s)?

06- O que a maternidade mudou em sua vida?

07- Você teve mais filhos? Como foi esse processo?

08- Como é um dia comum na sua vida? Você acorda e...

- 09- Você tem alguma fonte de renda?
- 10- Tem ou já teve algum trabalho formal?
- 11- Você acha que a maternidade dificulta ter um emprego? Por quê?
- 12- Tem ou pensa em ter uma profissão?
- 13- Você acha que a maternidade dificulta ter uma profissão? Por quê?
- 14- Você acha que a classe social interfere no desempenho da maternidade? Por quê?
- 15- Qual é a melhor coisa da maternidade?
- 16- Qual a pior coisa na maternidade para você?
- 17- Como você vê a participação do pai ou homens da família no cuidado com as crianças?
- 18- Você acha que maternidade é trabalho? Por quê?
- 19- Se você pudesse o que você mudaria na sua maternidade? O que?
- 20- Você mudaria alguma coisa na sua resposta da pergunta 04 (O que é a maternidade para você)?
- 21- Você acha que já passou por alguma situação só porque você é mãe?
- 22- Se alguém te perguntasse a sua opinião para ter ou não filho, você diria sim ou não? Por quê?
- 23- Você considera importante receber algum tipo de apoio na maternidade? Quais?
- 24- Você conversa ou já conversou sobre a maternidade com outras mulheres?
- 25- Considera que falar sobre isso com outras mulheres pode ser importante?
- 26- Você gostaria de participar como voluntária de um grupo de mulheres, com encontros de uma hora e meia, para falar sobre o tema “maternidade”? On-line ou presencial?

Anexo 2:

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada para participar, como voluntária, da pesquisa: **Entre a criação e a transgressão: a maternidade e a realidade de classes brasileira.**

Após ser esclarecida sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte desse estudo, VOCÊ DEVERÁ ASSINAR AO FINAL DESTES DOCUMENTOS EM DUAS VIAS, SENDO QUE UMA FICARÁ COM VOCÊ E A OUTRA COM A PESQUISADORA. No caso de você não querer participar desta pesquisa, não haverá problema algum, nem com a pesquisadora, nem com esta Instituição, a Universidade de Brasília (UNB). Você também poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ou constrangimento. Esta pesquisa atende aos requisitos éticos dispostos nas Resoluções CNS 466/2012 e 510/2016. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. Em caso de dúvida você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da UNB pelo telefone (61) 3107-1592, QUE TEM POR FINALIDADE GARANTIR AS CONDIÇÕES ÉTICAS DE QUALQUER PESQUISA. A SUA PARTICIPAÇÃO É TOTALMENTE VOLUNTÁRIA E NÃO ENVOLVE NENHUM VALOR MONETÁRIO, A RECEBER OU A PAGAR.

O objetivo desta pesquisa é investigar como as mulheres estão lidando com a maternidade hoje em dia. Sua participação nesta pesquisa consistirá em falar sobre suas experiências na maternidade, sua situação de vida e como você vê o fato de ser mãe. PARA TANTO SERÁ REALIZADA UMA ENTREVISTA ABERTA PARA DISCUTIRMOS ESSA QUESTÃO. Você também será convidada a participar de um grupo de conversa integrado por outras mulheres também voluntárias em dia e horário a ser combinado. O grupo poderá ser presencial, nas dependências da Fundação Nova Suíça Rachele Steingruber, localizada no bairro Jardim Potiguar, Várzea Grande, ou poderá ser on-line, pelo aplicativo de videochamada Google Meetings. Teremos no máximo cinco encontros, uma vez por semana, com duração de uma hora e meia cada.

Esta pesquisa, bem como todos os encontros do grupo será realizada por mim, Renata Garutti Rossafa, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (PPGpsiCC/UNB). Os riscos relacionados com sua participação na pesquisa são considerados baixos, pois você falará apenas sobre o que julgar conveniente falar, SEUS DIREITOS SERÃO TOTALMENTE RESPEITADOS E A QUALQUER MOMENTO

VOCÊ PODERÁ SE RETIRAR DA PESQUISA. Os benefícios para você enquanto participante da pesquisa dizem respeito ao fato de poder falar e partilhar aquilo que você queira. Falar com alguém tem mostrado produzir alívio, além de ajudar a pensar em coisas que antes não se havia pensado. Mesmo assim, caso as questões levantadas na entrevista ou nos encontros de grupo mobilize temas emocionalmente importantes e você sinta algum desconforto, a pesquisadora responsável poderá lhe prestar atendimento psicológico em sala apropriada na Fundação Nova Suíça Rachele Steingruber. VOCÊ PODERÁ ENTRAR EM CONTATO COM A PESQUISADORA ATRAVÉS DO TELEFONE (65) 9 9622-3792 OU E-MAIL renatagrossafa@gmail.com.

Os dados referentes à sua pessoa serão confidenciais e garantimos o sigilo de sua participação durante toda a pesquisa, inclusive em sua divulgação. Os dados serão divulgados de forma a não possibilitar sua identificação, pois não serão mencionados nomes ou qualquer dado que possa revelar sua identidade.

Considerando os dados acima, CONFIRMO estar sendo informado dos objetivos desta pesquisa e em caso de divulgação AUTORIZO a publicação.

Eu _____, idade: _____,
sexo: _____ Naturalidade: _____ portador(a) do
documento RG Nº _____ declaro que entendi os objetivos, riscos e
benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura da participante: _____

Assinatura da pesquisadora principal: _____

Data: _____, _____ de _____ de 20 ____.

Anexo 3:**Termo de autorização para utilização de imagem e som de voz para fins de pesquisa**

Eu, _____, autorizo a utilização da minha imagem e som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a no projeto de pesquisa intitulado Entre a criação e a transgressão: a maternidade e a realidade de classes brasileira, sob responsabilidade de Renata Garutti Rossafa vinculada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília.

Minha imagem e som de voz podem ser utilizadas apenas para análise da pesquisadora responsável com o objetivo de realizar produção de conhecimento para apresentação em conferências profissionais e/ou acadêmicas, atividades educacionais e produção de livros e artigos científicos.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem nem som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e som de voz são de responsabilidade do/da pesquisador/a responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com o participante.

Assinatura do participante

Assinatura do/da pesquisador/a

Cuiabá, ____ de _____ de _____

Anexo 4:

Declaração de uso de inteligência artificial generativa

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura

Instituição: Universidade de Brasília

Título da Tese: Entre a criação e transgressão: As maternidades na realidade brasileira

Autora: Renata Garutti Rossafa

Orientador(a): Carla Antloga

Data: 6 de abril de 2026

Declaração

Declaro, para os devidos fins de integridade acadêmica e científica, que a presente tese de doutorado foi elaborada com o apoio pontual de ferramentas de **inteligência artificial generativa (IAG)**, em conformidade com os princípios de transparência, responsabilidade e uso ético estabelecidos no *Referencial para Desenvolvimento e Uso Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação* (Ministério da Educação, 2025) e com as diretrizes da instituição de ensino à qual este trabalho está vinculado.

1. Ferramentas de IAG Utilizadas

Ferramenta	Finalidade declarada	Período de uso
Notebook Pró	Revisão e formatação	Março e abril de 2026
Gemini Pró	Revisão e formatação	Março e abril de 2026
Perplexity Pró	Revisão e formatação	Março e abril de 2026

2. Modalidades de Uso

O uso das ferramentas de inteligência artificial generativa nesta pesquisa restringiu-se às seguintes funções de apoio, **sem substituição da autoria intelectual, do rigor metodológico e da responsabilidade acadêmica da pesquisadora:**

- **[X] Suporte à revisão de literatura:** auxílio na identificação e organização inicial de referências bibliográficas, com posterior verificação e validação pela pesquisadora em fontes primárias qualificadas.
- **[] Apoio à estruturação textual:** elaboração de esboços ou sugestões de organização de seções, integralmente revisados, adaptados e reescritos pela pesquisadora.
- **[X] Revisão gramatical e estilística:** verificação de consistência linguística e coesão textual, com validação e decisão final pela autora.
- **[] Organização e síntese de dados:** suporte à organização de anotações e categorias analíticas, com interpretação e análise conduzidas exclusivamente pela pesquisadora.
- **[] Tradução de trechos:** auxílio na tradução de fragmentos de textos estrangeiros, com revisão e contextualização teórica pela autora.
- **[] Outro(s):** _____

3. Atividades Exclusivamente Realizadas pela Pesquisadora

Em conformidade com os princípios de autoria intelectual, originalidade e integridade científica, as seguintes atividades foram realizadas **exclusivamente pela pesquisadora**, sem uso de sistemas automatizados:

- Formulação dos objetivos, hipóteses e perguntas de pesquisa;
- Construção e desenvolvimento do referencial teórico-psicanalítico;
- Condução e transcrição das entrevistas;
- Análise qualitativa e interpretação dos dados à luz do quadro teórico adotado;
- Elaboração das argumentações, sínteses conceituais e conclusões originais;
- Decisões metodológicas e epistemológicas ao longo de todo o percurso investigativo;

- Revisão crítica final de todo o conteúdo produzido.

4. Princípios Éticos Observados

O uso de ferramentas de inteligência artificial generativa nesta tese pautou-se pelos seguintes princípios, em consonância com o Referencial para Desenvolvimento e Uso Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação (MEC, 2025):

a) Transparência: Todo uso de IAG é declarado neste documento, sendo informado com clareza quanto às ferramentas empregadas e às finalidades específicas de sua utilização.

b) Responsabilidade intelectual: A pesquisadora assume integral responsabilidade pelo conteúdo, pelos argumentos e pelas conclusões presentes na tese, reconhecendo que a IA atuou como instrumento de apoio, e não como autora ou coprodutora intelectual do trabalho.

c) Integridade acadêmica e autoria: Os sistemas de IAG utilizados não são reconhecidos como autores ou coautores deste trabalho, em conformidade com os padrões éticos internacionais de publicação e pesquisa científica. Todo conteúdo gerado por IA foi criticamente avaliado, substancialmente reelaborado ou descartado pela pesquisadora.

d) Originalidade: A análise, a interpretação e a produção de conhecimento que constituem o núcleo desta tese resultam da elaboração intelectual autônoma da pesquisadora, preservando a originalidade e a confiabilidade dos resultados científicos.

e) Proteção de dados e privacidade: Nenhum dado pessoal identificável de participantes da pesquisa, trechos brutos de entrevistas ou informações sensíveis foram inseridos em ferramentas de IAG, em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e aos princípios éticos da pesquisa com seres humanos.

f) Ausência de uso acrítico: Os conteúdos gerados por sistemas de IAG foram submetidos a processo contínuo de verificação, revisão e validação crítica pela pesquisadora, com base em fontes primárias e no referencial teórico da pesquisa.

5. Limitações e Advertências

Reconhece-se que os sistemas de inteligência artificial generativa podem gerar respostas imprecisas, incorporar vieses associados aos conjuntos de dados utilizados em seu treinamento e apresentar desempenho sensível às condições e aos contextos de uso (MEC, 2025). Em razão disso, todo conteúdo obtido por meio dessas ferramentas foi tratado como material preliminar, submetido à supervisão crítica da pesquisadora e ao controle rigoroso do(a) orientador(a).

6. Responsabilização

A pesquisadora declara estar ciente de que a omissão de informações sobre o uso de ferramentas de IAG, bem como o uso indevido ou acrí-tico dessas ferramentas, constitui violação aos princípios de integridade acadêmica e pode acarretar as sanções disciplinares previstas na legislação vigente e no regimento da instituição.

Renata Garutti Rossafa (pesquisadora) e Carla Antloga (orientadora)

Referência normativa:

BRASIL. Ministério da Educação. *Referencial para Desenvolvimento e Uso Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação*. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: abr. 2026.